

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

ÉRIKA AMANDA TEIXEIRA DE MENDONÇA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS RECUPERANDOS E EGRESSOS DA
APAC DE CAMPO BELO/MG**

Varginha/MG

2017

ÉRIKA AMANDA TEIXEIRA DE MENDONÇA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS RECUPERANDOS E EGRESSOS DA
APAC DE CAMPO BELO/MG**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Administração Pública.
Orientador: Dimitri Augusto da Cunha Toledo.

Varginha/MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

M539s Mendonça, Érika Amanda Teixeira de.

Os sentidos do trabalho para os recuperandos e egressos da
APAC de Campo Belo/MG / Érika Amanda Teixeira de Mendonça. -
Varginha, MG, 2017.

127 f. : il. -

Orientador: Dimitri Augusto da Cunha Toledo.

Dissertação (mestrado em Administração Pública) - Universidade
Federal de Alfenas, *campus* Varginha, 2017.

Bibliografia.

1. Trabalho. 2. Prisões - Missões e assistência social. 3.
Reabilitação de criminosos. I. Toledo, Dimitri Augusto da Cunha. II.
Título.

CDD - 365.66

ERIKA AMANDA TEIXEIRA DE MENDONÇA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA OS RECUPERANDOS E EGRESSOS
DA APAC DE CAMPO BELO/MG**

A Banca examinadora abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha. Área de concentração: Administração Pública.

Aprovada em: 09 de Março de 2017

Prof. Dr. Dimitri Augusto da Cunha Toledo Assinatura:

Instituição: Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.

Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Guerra

Assinatura:

Instituição: Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.

Prof^a. Dr^a. Virgínia Donizete de Carvalho

Assinatura:

Instituição: Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG.

Dedico este trabalho a todos os recuperandos e presos, pela oportunidade que me dão, através do nosso encontro, de conhecer melhor a realidade da vida cotidiana e a mim mesma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram do meu processo pessoal e profissional ao longo deste Mestrado, sonho antigo, que hoje se concretiza!

Ao meu pai, que sempre me apoiou a avançar um pouco mais.

À minha mãe, que caminha comigo e me sustenta nas alegrias e adversidades.

Ao Alisson, meu presente de todos os dias, por entender a necessidade de me ausentar, mesmo quando na verdade não entendia.

Aos mestres que me acompanharam até aqui, por despertarem em mim a paixão pela leitura e pela pesquisa.

Aos professores da Banca de Qualificação, Carol, Virgínia e Leo, que tanto contribuíram com as suas observações.

Em especial ao Dimitri, que foi mais do que um orientador, e sim um parceiro de trabalho.

“[...] são os tempos que mudam, são os velhos que em cada hora envelhecem um dia, é o trabalho que deixou de ser o que havia sido, e nós que só podemos ser o que fomos, de repente percebemos que já não somos necessários no mundo, se é que alguma vez o tínhamos sido antes, mas acreditar que o éramos parecia bastante, parecia suficiente, e era de certa maneira eterno pelo tempo que a vida durasse, que é isso a eternidade, nada mais do que isso”.

A Caverna, José Saramago (2000).

“Prisões, nem as de amor”.

Fernando Pessoa (1956)

RESUMO

Este estudo se propôs a compreender os sentidos do trabalho para os indivíduos que viveram ou estão vivendo o cumprimento de pena em restrição de liberdade. Atualmente, a crise no sistema prisional brasileiro é apontada como um dos assuntos mais urgentes que carecem de soluções e intervenções dos órgãos públicos, como se a falência do sistema fosse característica dos tempos atuais e sua necessidade de reforma típica do momento presente, o que é contestado por Foucault. O trabalho encarcerado é tema de discussões em relação aos seus objetivos; afinal, para que trabalham os presos? Por isso, a necessidade de compreender os sentidos atribuídos pelos próprios presos ao trabalho e a relação que estabelecem com esta categoria considerada como central na vida dos sujeitos (uma vez que propicia a transformação de si mesmo e do mundo) insere a práxis social como habilidade humana, vincula e cria o sentimento de pertença a um determinado grupo, possibilitando ao indivíduo se reconhecer no que faz, e, portanto, como Karl Marx compreende, modificar-se por meio da experiência laboral. O local escolhido para aplicação deste projeto foi a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de Campo Belo/MG em função da facilidade de acesso da autora. Foram realizadas entrevistas em profundidade com 10 sujeitos, sendo 5 recuperandos do regime fechado e 5 egressos, que haviam cumprido pena na instituição. As entrevistas foram realizadas mediante de um roteiro, sendo elas gravadas e transcritas. Pode-se constatar que, de modo geral, os sujeitos não conseguem identificar as potencialidades do trabalho, restringindo a categoria aos aspectos de sobrevivência, ao preenchimento do tempo, à obrigação e à possibilidade de obter recursos financeiros que permita o consumo. Na análise dos dados de alguns egressos foi possível averiguar definições mais elaboradas que identificam o trabalho ao seu caráter transformador, constituidor da identidade humana, responsável pelas interações e sociabilidades e capazes de fornecer ao sujeito que trabalha um reconhecimento perante o outro. Tais egressos estabeleceram vínculos mais profundos com a APAC e seus voluntários, que contribuíram diretamente com as mudanças na sua relação com o trabalho durante e após a prisão. Em relação ao trabalho dentro da APAC de Campo Belo, que conforme o método APAC é um dos elementos importantes na recuperação e mudança de vida do preso, fica claro a diferença em relação ao sistema comum (que não oferece opções), sendo atribuído ao trabalho o sentido apenas da obrigação, um trabalho opressor, como o próprio sistema. Ainda que a APAC consiga resgatar o caráter de humanidade do trabalho, sua proposta em relação ao regime semiaberto é bastante criticada, sendo considerada aquém das necessidades e potencialidades da instituição e dos recuperandos que ali cumprem sua pena.

Palavras-chave: Trabalho. Recuperando. Sentidos do trabalho. Sistema prisional. Egresso. APAC.

ABSTRACT

This study was proposed to understand the meaning of work for individuals who have been sentenced in prison as a restriction of freedom. Currently, the crisis in the Brazilian prison system is considered one of the most urgent issues that need solution and intervention from public agencies as if the failure of the system was a characteristic of the current times and the time of a current reform, which is contested by Foucault. The work performed by the imprisoned is subject of discussion regarding its purpose, after all, to whom to the imprisoned work for? Therefore, the need to understand the meaning attributed by the prisoners themselves to work and the relationship they establish with this category considered central in their lives, since it facilitates the transformation of oneself and the world, inserts social praxis as a human skill, binding and creating the feeling of belonging to a group, allowing the individual to be recognized at it, and therefore to change through work experience. The site chosen for the implementation of this project was the APAC (Association of Protection and Assistance to the Convicted) of Campo Belo / MG due to the author's facility of access. Interviews were conducted in-depth with 10 individuals, 5 of whom were recovering from the closed imprisonment regime and 5 who had finished their sentence in the institution. The interviews were conducted through a script, being recorded and transcribed. It can be observed that, in general, the individual cannot identify the potential of work, restricting the category to aspects of survival, use of time, obligation and the possibility of obtaining financial resources that allows consumption. In the analysis of the data of the former inmates it was possible to investigate elaborate meanings that identify the work to its transforming characteristic, essential to the human identity, responsible for human interactions and sociability and able to offer the working individual a recognition. These former inmates established a deeper connection with the APAC and its volunteers, who contributed directly to changes in their relationship with work during and after jail time. Regarding the work within APAC Campo Belo, which according to the APAC method is one of the most important elements in the recovery and change of the inmate's life, it is clear the difference between the the public system, which does not offer options, attributing to work the sense of obligation alone, an oppressive work like the system itself. Although the APAC manages to rescue the humanity of work, the proposal regarding the semi-open imprisonment regime is criticized, by decreasing the institution's needs and potential as well as the potential of the recoverees who are serving their sentence at such place.

Key words: Work. Recoverees. Meanings of work. Prison system. Formerinmates. APAC.

LISTA DE ABREVIATURAS

- APAC** - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
- CRS** - Centro de Reintegração Social
- CSS** - Conselho de Sinceridade e Solidariedade
- FBAC** - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados
- ONG** - Organização Não Governamental
- PFI** - PrisonFellowshipInternational
- PPP** - Parceria Público-Privada
- SUAPI** - Subsecretaria de Administração Prisional
- CR** - Centro de Reintegração
- CTC** - Comissão Técnica de Classificação
- LEP** - Lei de Execução Penal
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PNSSP** - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
- SEDS** - Secretaria de Estado de Defesa Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	POR QUE PRENDER AS PESSOAS?	22
2.1	A SOCIEDADE DISCIPLINAR.....	22
2.2	A INSTITUIÇÃO-PRISÃO.....	24
2.3	A FALÊNCIA DO SISTEMA PENAL.....	27
3	A HUMANIZAÇÃO DA PENA	31
3.1	APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC).....	31
3.2	O FUNDADOR MÁRIO OTTOBONI E O SURGIMENTO DA APAC	33
3.3	MÉTODO APAC	38
3.3.1	Participação da Comunidade.....	39
3.3.2	O Recuperando Ajudando o Recuperando.....	40
3.3.3	Trabalho	41
3.3.4	A Religião e a Importância de se Fazer a Experiência de Deus	41
3.3.5	Assistência Jurídica.....	42
3.3.6	Assistência à Saúde	42
3.3.7	Valorização Humana, Base Do Método APAC.....	43
3.3.8	A Família	44
3.3.9	O Voluntário e o Curso para a sua Formação	45
3.3.10	Centro de Reintegração Social (CRS).....	45
3.3.11	Mérito	45
3.3.12	Jornada de Libertação com Cristo.....	46
3.4	UMA VISITA À APAC. COMO É POSSÍVEL UMA CADEIA EM QUE OS PRESOS POSSUEM A CHAVE DA PORTA DA FRENTE?	47
4	DEFINIÇÕES E PROPOSIÇÕES ACERCA DO TRABALHO	56
4.1	A CATEGORIA TRABALHO EM MARX	56
4.1.2	A Transformação do Homem e da Natureza	56
4.1.3	A Humanização do Homem.....	59
4.1.4	A Origem da Práxis Social.....	60
4.1.5	O Pôr Teleológico	61
4.2	A PERSPECTIVA ATUAL DO TRABALHO	62

4.2	PRECARIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO.....	64
4.3	O TRABALHO E A CONDENAÇÃO	66
5	METODOLOGIA.....	69
5.1	AS ENTREVISTAS.....	70
5.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	72
6	OS SENTIDOS DO TRABALHO.....	76
6.1	SENTIDO DE SOBREVIVÊNCIA E FINANCEIRO.....	77
6.2	SENTIDO DE LEGALIDADE E HONESTIDADE.....	82
6.3	SENTIDO DE OCUPAÇÃO.....	86
6.4	SENTIDO DE OBRIGATORIEDADE E IMPOSIÇÃO.....	89
6.5	SENTIDO DE CONVÍVIO E INTERAÇÃO SOCIAL.....	92
6.6	SENTIDO DE TRANSFORMAÇÃO.....	94
7	O TRABALHO DOS PRESOS: CONSTRUÇÕES E (IM)POSSIBILIDADES	97
7.1	O TRABALHO NO SISTEMA COMUM.....	97
7.2	O TRABALHO NA APAC.....	99
7.2.1	O Semiaberto.....	101
7.2.2	O Trabalho Após o Aprisionamento.....	103
8	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	107
8.1	INSERÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO NO COTIDIANO DA APAC.....	108
8.2	ENCONTRANDO UMA VOCAÇÃO.....	109
8.3	ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	109
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE A - Diário de Campo.....	121
	APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista.....	128

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira é caracterizada por abismais desigualdades sociais e pela miséria da maioria de sua população, fatores estes que, combinados com um contexto histórico de subordinação às relações econômicas externas e a “troca” do Estado econômico e social pelo Estado penal e policial, culminam na violência criminal vivenciada pelas grandes cidades (WACQUANT, 2001 apud ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013). Os crimes financeiros, como tráfico de drogas, assaltos e furtos apresentam-se como uma saída dentro da ilegalidade diante do trabalho precário e do desemprego estrutural oferecido pelas vias legais. Ao se deparar com a criminalidade e seus desdobramentos, sociedade civil e responsáveis políticos querem propor medidas drásticas de combate à violência, como redução da maioria penal e elevação das penas, sem fazer a reflexão e crítica necessárias à questão da desigualdade social.

A criminalidade é considerada, então, como um sintoma, cujas causas nunca são discutidas, sendo que as consequências são tratadas como se tivessem causas próprias (ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013). O combate à criminalidade como política pública (sempre atrelada ao investimento em segurança pública e na presença ostensiva da Polícia Militar) mostra-se totalmente desconectado do contexto e das causas sociais relacionadas ao crime, que são subestimadas. Desde 1989 a morte violenta é a causa principal de morte no país e o sentimento de insegurança é agravado pela intervenção da polícia, que se apropria de forma rotineira da violência que combate, gerando um clima de terror (WACQUANT, 2005 apud ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013). A intervenção policial é solicitada pela população, que não consegue vincular as condições em que vive com a violência a que está submetida, seja de forma simbólica e em relação à negação de direitos como saúde e educação, ou de maneira física pelas agressões, prisões arbitrárias e total falta de privacidade da vida particular – que é exposta, invadida e investigada constantemente. O cenário é de vulnerabilidade social, com aumento da violência e sua consequente banalização, gerando um sentimento de impotência na sociedade (BARROS, 2005, p. 51-66).

A forma de perceber e de encontrar soluções em relação à criminalidade e à violência, na sociedade contemporânea, vem passando por grandes mudanças e, de certa forma, as práticas sociais parecem se distanciar dos ideais da modernidade com ações pautadas na maior discriminação e repressão (ORDONEZ-VARGAS, 2011). A sociedade brasileira, inclusive, vive um momento de retrocesso diante do cenário de

desarranjo social que culmina na violência como prática habitual de vida. Inúmeros são os pedidos de endurecimento das leis e punições, numa típica conduta de “olho por olho, dente por dente”.

Segundo Ordóñez-Vargas (2011), ainda que as estatísticas concluam que o aprisionamento não reduz os índices de criminalidade, a privatização das unidades prisionais e o apelo pela disponibilização de novas vagas é uma realidade, o que transforma os detentos em clientes. Em Ribeirão das Neves, por exemplo, já existem cinco instituições funcionando por meio da Parceria Público-Privada (PPP), o que indica uma tendência de mercantilizar o sistema prisional e extrair lucro dele. Os investimentos na expansão das prisões e no aumento do número de vagas são altos e há uma cobrança da sociedade para que isso aconteça, ainda que já esteja clara a incapacidade da prisão de efetuar algum efeito sobre a criminalidade (WACQUANT, 2001, 2005 apud ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013). A hipertrofia das prisões atende à política neoliberal, gerando maior repressão, detenção de grupos específicos da população e criminalização da pobreza. Os que consideram que a prisão possa ser uma resposta ao medo individual desconhecem a quantidade de gastos gerados por ela, a ineficiência na redução da criminalidade e os altos índices de reincidência (ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013).

Desde Foucault (2014) até o momento atual a história mostra como o aprisionamento não é uma resposta acertada em relação à questão criminal, uma vez que o número de prisioneiros cresce em altas proporções e as taxas de criminalidade, em contrapartida, não diminuem (ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013). A prisão já nasce como um projeto falido (FOUCAULT, 2014), que busca dar uma resposta pública à sociedade em relação às práticas criminosas ainda que não haja nenhum indício de que esta saída seja uma alternativa viável do ponto de vista econômico em relação aos resultados almejados e obtidos e ainda sobre os impactos sociais gerados pelo aprisionamento.

A detenção dos miseráveis, dos loucos e dos desobedientes em relação a uma conduta política, como no caso da Ditadura Militar¹, é prática comum na história brasileira. Em vários momentos históricos a prisão foi utilizada como forma de

¹ Período histórico brasileiro compreendido entre 1964 e 1985 em que os militares exerciam de forma autoritária as funções políticas no país.

contenção de populações que causavam algum tipo de conflito e questionavam a ordem/norma estabelecida, sendo consideradas subversivas.

Ao relembrar as mudanças nas formas de punição pontuadas por Foucault (FOUCAULT, 2014) é perceptível que na transição entre o uso dos suplícios como punição e a implantação da privação da liberdade as marcas no corpo foram extintas e maneiras mais eficientes ocuparam seu lugar (como a inscrição simbólica, que confere ao detento um estigma e faz com que o egresso do sistema prisional tenha poucas oportunidades, enquanto a criminalidade sempre se mantém como destino possível) (ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013). O egresso trava uma verdadeira luta para se enquadrar no sistema considerado “normal” e evitar os comportamentos desviantes diante dos apelos da criminalidade, que sempre lhe oferece possibilidades (diferente da sociedade que lhe nega o acesso ao trabalho, ao lazer, à cultura e às condições dignas de moradia) (BARBALHO; BARROS, 2011).

O trabalho é entendido aqui na perspectiva marxista da centralidade do trabalho na vida dos sujeitos e no meio social em que vivem, sendo ele o responsável pela construção das demais sociabilidades e relações de pertencimento. O homem é construído e constrói o mundo à sua volta por meio da prática laboral, sendo, portanto, a grande importância conferida a esta atividade humana (MARX, 2013).

A centralidade ontológica do trabalho é tema para diversos autores e nos traz o trabalho com o sentido de construção identitária do sujeito, pelo qual ele se insere no meio social, deixando de ser uma criatura orgânica para um ser social. É por meio do ato laborativo que o sujeito estabelece relações com o meio e com seus pares, realizando através destas interações modificações na natureza; no meio em que vive, no outro e em si mesmo. Desta forma o trabalho é responsável por criar o sentimento de pertença, pois identifica e vincula quem o realiza a um determinado grupo e contexto, criando uma combinação entrelaçada sobre o que sou e o que faço, uma vez que estas duas nomeações se fundem em uma só. Quando falo sobre mim, digo basicamente sobre o que faço, o que demonstra o quanto a identidade do sujeito é constituída a partir da sua atividade; a nomeação acontece pela perspectiva do trabalho. Se as críticas ao sistema prisional vigente são inúmeras, também há muitas reflexões e discussões acerca do trabalho realizado dentro dos muros. Foucault (2014) aponta sobre a inutilidade do trabalho dos presos, que existe em função da manutenção da ordem dentro da perspectiva da sociedade disciplinar e da adequação das “classes perigosas” em mão-de-obra adequada ao mundo do trabalho.

A proposição do método Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), iniciado há mais de 40 anos, com a proposta de mudanças drásticas no modo de encarceramento das pessoas, surge dentro deste contexto de desumanidade do sistema prisional brasileiro e diante das impossibilidades trazidas pela experiência da prisão. De acordo com Ordóñez-Vargas (2011), a metodologia propõe uma prisão alternativa e não uma alternativa à prisão. A instituição não promove um questionamento acerca do aprisionamento, mas sim uma melhoria nas condições do cumprimento de pena de acordo com as diretrizes da Lei de Execução Penal (LEP). A APAC exige que os direitos garantidos pela LEP, como possibilidade de trabalho e estudo ao longo da condenação, condições dignas nas unidades prisionais e acesso à assistência médica e jurídica, sejam cumpridas. Nada mais do que já deveria estar sendo feito pelo Estado, com a diferença de que, se pretende implantar esta metodologia a um baixo custo (uma vez que a entidade conta com o apoio de voluntários para grande parte de suas atividades), possui a sociedade local inserida e participante da rotina da instituição e os presos como colaboradores na gestão da prisão e no cuidado com o local de cumprimento da pena.

Não há registro formal atualizado sobre as estatísticas das APACs; tais informações são sempre comentadas nos cursos e nos encontros de formação das APACs, mas não é algo formalizado em termos de registro escrito. De acordo com Ari de Jesus, inspetor de Metodologia da Fraternidade Brasileira de Apoio aos Condenados (FBAC), órgão que fiscaliza e oferece suporte às APACs, atualmente há 50 APACs sem a presença da Polícia espalhadas pelo Brasil, sendo que 38 delas estão localizadas em Minas Gerais, estado com melhor adesão desta proposta, fato ocorrido principalmente em função do Projeto Novo Rumos² em que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais buscou apoiar financeiramente as APACs de tal estado.

As demais APACs estão espalhadas por estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Maranhão, Rio Grande do Norte e Mato Grosso. Conforme Ari, há cerca de 3300 recuperandos cumprindo pena em APACs atualmente, sendo que em torno de 2900 recuperandos estão nas APACs de Minas Gerais. Conforme o site da

² Projeto criado em 2011 pelo TJMG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) visando a humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade com foco na reinserção social da pessoa em conflito com a lei.

FBAC, outras 57 APACs já existem juridicamente e estão filiadas à FBAC, mas ainda não possuem sede própria para a sua instalação. Várias são as experiências pelo mundo em prisões com referência ao método da APAC em países como Canadá, EUA, Bolívia, Chile, Peru, Austrália, Nigéria, Espanha, Itália, Rússia, etc; como pode ser observado no mapa dos países no site³ da FBAC. Vale ressaltar que há poucas unidades para o público feminino, e elas estão localizadas nas cidades de Itaúna, Patrocínio, Pouso Alegre e São João Del Rei.

A APAC de Campo Belo/MG foi escolhida para esta pesquisa uma vez que a autora reside neste município e é psicóloga e voluntária desta instituição desde 2009 e, portanto, possui um fácil acesso à instituição e seus recuperandos.

Na perspectiva da APAC, o trabalho faz parte dos 12 elementos que sustentam sua metodologia, que serão esmiuçados em capítulo específico. Para Ferreira, Ottoboni e Senese (2016), o trabalho dentro da APAC é importante, mas de maneira isolada não traz nenhum benefício; não deve ser o único recurso utilizado na recuperação dos presos. Mais do que isso, dentro da metodologia *apaqueana*, por mais que seja buscado o equilíbrio entre os elementos da metodologia, itens como a religião e em alguns momentos a família ganham um status de maior importância do que os demais (inclusive do que o trabalho). Há uma movimentação muito grande de equipe e voluntários em garantir e preservar a assistência religiosa e manter a família participante do cotidiano da APAC, sendo que não se percebe o mesmo empenho em relação à atividade laboral. Isto em relação à APAC de Campo Belo, local de referência deste estudo. De acordo com Ferreira, Ottoboni e Senese (2016, p. 72):

No regime fechado, o objetivo do trabalho é a recuperação dos valores. Despertar a autoestima, as potencialidades, o senso de estética e a criatividade. A ênfase deverá ser o trabalho artesanal, o mais diversificado possível.

Nesta proposta, o trabalho realizado no regime fechado possui um caráter terapêutico, de reflexão e conhecimento sobre si mesmo. A metodologia prescreve que seria o momento de descobrir habilidades e aprender a realizar artesanatos. Ainda que não possua o objetivo de comercialização dos produtos fabricados é grande

³ FRATERNIDADE BRASILEIRA DE APOIO AOS CONDENADOS – FBAC. Disponível em: <www.fbac.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2017.

o interesse dos recuperandos em vender o que produzem, e eles se articulam por meio da família e das visitas para que isso aconteça. São raros os recuperandos que não realizam nenhum tipo de artesanato e este é um traço bem marcante dos presos em geral até mesmo fora das APACs. Bonés e barquinhos são produções típicas de detentos, por exemplo. Não há uma preocupação em relação à qualidade dos produtos ou ao processo criativo que poderia estar sendo explorada neste momento; ao contrário, raramente vemos um trabalho diferente, todos seguem um padrão nos tipos de artesanato desenvolvidos. O regime fechado da APAC de Campo Belo se apresenta como um local repleto de atividades; os recuperandos possuem sempre uma agenda cheia, com programação diversificada que inclui grupos religiosos, voluntários que realizam palestras ou ensinam alguma atividade (como aulas de música, por exemplo).

O trabalho no regime semiaberto, conforme a metodologia, deve visar à profissionalização, tendo o cuidado para que não se transforme em uma empresa. O envolvimento dos recuperandos com a manutenção da estrutura da APAC não deve ser priorizada em detrimento da capacitação profissional (FERREIRA; OTTOBONI; SENESE, 2016). O semiaberto é a época em que o recuperando, se não possui uma profissão ou ofício específico, deve o desenvolver, de acordo com o incentivo da APAC e seus parceiros. A educação profissionalizante deve acontecer dentro ou fora da APAC, de preferência em consonância com a profissão que se deseja seguir. Desta forma, de acordo com o método APAC, o artesanato perderia a sua importância inicial, sendo substituído pelo trabalho com uma visão para o mercado externo e como suporte para a ressocialização do preso.

No regime semiaberto da APAC de Campo Belo se percebe que há uma grande ociosidade dos recuperandos, e o incômodo da autora deste trabalho sobre tal assunto está citado algumas vezes no Diário de Campo (APÊNDICE A). Os que possuem a confiança da Direção são sobrecarregados com as funções que exigem uma maior responsabilidade, como a escolta (que é o acompanhamento de presos do regime fechado que saem para consultas médicas ou audiências) e o auxílio aos plantonistas (que são os responsáveis pela entrada e saída de todos da APAC). O semiaberto da APAC de Campo Belo possui uma estrutura de trabalho muito mais precária do que o fechado. Os recuperandos não querem mais realizar os artesanatos com tanto afincamento e já desejam atividades que possam dar um retorno financeiro ou uma capacitação profissional. Todos os que possuem 1/12 da pena já cumprida, regra

estabelecida pelo método APAC, podem requerer o direito de trabalho externo. Só permanece no local quem ainda não cumpriu o tempo exigido ou quem não conseguiu por nenhum meio a “carta de emprego”, documento emitido pelo empregador que atesta que o recuperando terá um trabalho com carteira assinada (solicitada como requisito ao trabalho externo).

Como a busca por trabalho fora da APAC é grande, em muitos momentos a entidade se encontra com um número reduzido de recuperandos cumprindo pena no semiaberto, o que dificulta a implantação de oficinas e cursos no local. A falta de trabalho adequado no local gera a saída dos recuperandos para o serviço extramuros, o que impossibilita ainda mais a implantação do trabalho dentro da instituição, no regime semiaberto, em função do número reduzido de pessoal.

Nas experiências havidas com as prisões, o trabalho encarcerado pareceu em alguns momentos um castigo a mais, como se a privação da liberdade não fosse o suficiente como punição. Os trabalhos repetitivos, desconectados da realidade, alienados, com baixíssimo retorno financeiro e desprovidos de qualquer função educativa ou objetivo de facilitador das relações sociais foram a regra encontrada quando a possibilidade de trabalho existia. Nesta perspectiva, o trabalho se desloca do seu status de direito para adquirir a função disciplinadora e punitiva citada por Foucault (2014). A proposta metodológica da APAC entende o trabalho como um dos elementos importantes na recuperação do ser humano, mas só os recuperandos podem dizer o que realmente acontece no cotidiano local. A inquietação, aqui, registrada no Diário de Campo (APÊNDICE A) devido às diversas situações observadas, reside em compreender como o sujeito em cumprimento de pena entende o trabalho, quais sentidos foram adquiridos em função da sua trajetória de vida e quais outros foram ou não modificados a partir da experiência do aprisionamento.

Se o trabalho no sistema prisional comum é vivenciado por meio de ofícios que visam à repetição de movimentos, de forma alienante, sem qualquer possibilidade de reflexão sobre a atividade realizada e sobre si mesmo (BARROS, 2005), é possível construir um outro trabalho durante o cumprimento de pena do indivíduo, que, obviamente, vá reverberar em sua relação com o trabalho extramuros? A APAC consegue também humanizar o trabalho com seu método de humanização da pena?

Para abordar a questão do trabalho junto aos recuperandos e egressos da APAC foi estipulado que o objetivo geral deste estudo consiste em compreender os

sentidos do trabalho para os recuperandos do regime semiaberto da APAC de Campo Belo e dos seus egressos, mediante uma análise comparativa.

Os objetivos específicos podem ser sintetizados na busca por compreender a vivência do recuperando e do egresso acerca da proposta da metodologia *apaqueana* em relação ao trabalho e também se propõe a estabelecer uma análise sobre as mudanças atribuídas ao trabalho ao longo do cumprimento de pena de recuperandos e egressos. O recuperando é um preso que cumpre pena em APAC e, obrigatoriamente, cumpriu parte de sua pena no sistema comum uma vez que a instituição só recebe presos que já tenham condenação estabelecida, ou seja, que já passaram por outra instituição do sistema prisional. Portanto, o recuperando, ao falar sobre sua relação com o trabalho no sistema prisional, pode discorrer sobre o trabalho encarcerado no método apaqueano e também no sistema comum, que primeiramente o recebeu, o que permite uma análise do sistema comum e do método apaqueano na entrevista do mesmo sujeito.

Para desenvolver esta proposta de trabalho foram realizadas 10 entrevistas, sendo 5 destes entrevistados recuperandos do regime semiaberto da APAC de Campo Belo e 5 egressos da mesma APAC. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e tratadas a partir da análise de conteúdo.

Os temas das prisões, do trabalho e das APACs são assuntos complexos, cheios de particularidades e nuances que exigem uma grande atenção e cuidado em suas formulações. Propor um trabalho conjunto e uma interseção entre estes temas é uma tarefa árdua, que demanda grande reflexão teórica e retomada constante à realidade prática dentro deste universo gigante de contradições, possibilidades e limitações. O Sistema Prisional necessita de atenção, reformulações e debate sobre os assuntos que o permeiam, sendo *o trabalho* o tema escolhido para este estudo dentro de tal universo.

2 POR QUE PRENDER AS PESSOAS?

2.1 A SOCIEDADE DISCIPLINAR

Nas primeiras páginas de “Vigiar e Punir”, Foucault (2014) reproduz o regulamento da programação da Casa dos Jovens Detentos, localizada em Paris, no ano de 1787. A sequência de atividades com horários rígidos e programação completa detalhada pode parecer, a princípio, opressiva e excessivamente controladora, mas não difere da postura adotada pelo Sistema Prisional em pleno ano de 2017. No espaço entre o século XVIII e o século XIX o corpo do condenado passou a não ser mais o foco principal da repressão, deixando de ser a punição uma cena pública para acontecer no campo da consciência abstrata, uma vez que a aplicação da punição não era motivo mais de vanglória para quem pune. Segundo Foucault (2014, p. 11):

Punições menos diretamente física, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação, merecerá tudo isso acaso um tratamento à parte, sendo apenas o efeito sem dúvida de novos arranjos com maior profundidade?

Desta forma, a justificativa da pena começa a ser alicerçada na reeducação, na “cura”, na correção e não na função punitiva do castigo. Conforme aponta Silva (2014), as técnicas disciplinares avançam sobre o corpo doente buscando ajustar os homens aos aparelhos de produção. O corpo é o propósito do poder, alvo das intervenções que almejam a disciplina por meio de uma tecnologia política da correção. A relação com o corpo, que passa a ser um intermediário, não é a mesma da época dos suplícios, uma vez que as punições se referem ao corpo embora não sejam aplicadas diretamente nele, como, por exemplo, nos casos de trabalho ou servidão forçada, na deportação ou na reclusão. As intervenções realizadas nele visam à privação da liberdade, em um sistema organizado de obrigações e interdições (FOUCAULT, 2014).

A tentativa de tornar os corpos dóceis e úteis é ampliada pelo poder disciplinar, contendo uma dupla natureza: política e econômica. Se o sistema capitalista de produção necessita de um corpo que seja a extensão dos meios de produção, é preciso tornar o trabalhador/preso apto para o trabalho. É preciso formar uma mão de

obra saudável e honesta, para utilizá-la no trabalho industrial, uma vez que o corpo tem um valor de destaque em um meio social constituído por relações de soberania (SILVA, 2014).

Na Inglaterra, em 1760, foi testada uma máquina de enforcamento que evitava as agonias lentas, o que retrata a nova moral do ato de punir, uma execução que atinja a vida e não o corpo. O uso da guilhotina, a partir de 1792, também vem atender à busca por uma morte instantânea. No início do século XIX começa uma época denominada por Foucault como época da sobriedade punitiva, em que se percebe o fim dos suplícios, sendo que este processo vinha acontecendo de forma irregular desde o século XVIII. Ganhou força a ideia de que a ocorrência dos crimes não deveria ser impedida por medo dos castigos, mas sim pela certeza da punição (ALCADIPANI, 2002). Embora os mecanismos de punição tenham estabelecidos outros tipos de funcionamento, práticas de tortura e castigos são frequentemente relatadas no sistema prisional atual. A prisão sempre aplicou medidas que causam sofrimento físico, como se estar preso não fosse o suficiente e fosse necessário aplicar medidas extras de sofrimento. Foucault (2014, p. 21) traz esta discussão indagando seu leitor: “É justo que o condenado sofra mais que os outros homens?”.

O afrouxamento da condenação buscava um sofrimento menor, mas apenas deslocou o objeto da ação punitiva, do corpo para a alma, atendo-se a uma realidade incorpórea. Nos últimos 200 anos a definição e a gravidade das infrações tiveram grandes alterações, algumas práticas deixaram de ser crime e outras passaram a ser penalizadas sem tanta gravidade. A alma do criminoso é convocada a participar da pena ao adotarem as “medidas de segurança” marcadas pela vigilância constante, pela medicalização e por tratamentos médicos obrigatórios. Desta forma, conferem à punição legal um foco sobre o indivíduo e não sobre a infração, não sobre o que cometeram e sim sobre o que são e o que pode se tornar. Não bastava apenas identificar o autor do crime, mas era preciso conhecer suas motivações para que fosse possível tomar as medidas apropriadas (FOUCAULT, 2014).

Os códigos penais dos séculos XVIII e XIX transferiram o poder de julgar e o poder de punir para outras instâncias além das dos juízes. São diversos os elementos extrajurídicos que desempenham papéis técnicos e “científicos” que legitimam e reinscrevem a justiça criminal através do saber.

2.2 A INSTITUIÇÃO-PRISÃO

A existência da instituição-prisão é anterior ao seu uso do sistema penal, advém de uma intenção de tornar os indivíduos dóceis e úteis. Conforme Foucault (2014, p. 223):

Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los e tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observações, registros e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza.

O final do século XVIII e início do século XIX marcam o começo do cumprimento de pena por meio da detenção, em um aparelho judiciário que se intitula autônomo e igualitário; em que o poder de punir deveria ser exercido da mesma forma sobre todos os membros da sociedade mas que é permeado por assimetrias e desigualdades em suas sanções. Desde sua criação os questionamentos acerca da sua existência e da sua finalidade sempre existiram: “Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E, entretanto, não “vemos” o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão.” (FOUCAULT, 2014, p. 223).

A privação da liberdade foi a forma mais justa encontrada para se punir de forma igualitária, uma vez que a liberdade tem o mesmo valor para todos. A ideia de estar preso em função do pagamento de uma dívida vem da noção de que o tempo é uma boa medida para ser fazer trocas, haja vista que pode ser quantificado e medido (SILVA, 2014). A transformação da punição através dos castigos e suplícios para a punição através do encarceramento mescla-se com o momento do desenvolvimento do capitalismo na medida em que surgiu a possibilidade da troca pelo tempo, postura adotada da mensuração do tempo nos moldes de uma sociedade capitalista, para a punição de cada delito, o isolamento durante um determinado período de tempo. A privação da liberdade é acompanhada pelo argumento de transformação do indivíduo ao longo do seu acautelamento, o que reforça a ideia da prisão como uma punição que pode ser utilizada de maneira generalizada (FOUCAULT, 2014).

A ação disciplinar sobre os indivíduos presos é constante, visando a uma educação total pela coação e recodificação da existência. Assim como os hospitais e os manicômios, as prisões também são consideradas instituições totais, havendo uma conformidade em suas definições. Goffman define as instituições totais como:

[...] local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 2011, p. 11).

Aspectos comuns às prisões são relatados por Goffman em sua descrição sobre as instituições totais, na qual ele inclui as unidades prisionais: barreiras em relação ao mundo exterior; todas as atividades do cotidiano ocorrem em um mesmo espaço na companhia de um número grande de pessoas que realizam tudo em conjunto e em horários rigorosamente estabelecidos; divisão clara entre o grupo controlado e a equipe dirigente; controle da comunicação entre os internados e a alta direção; restrição de informação etc.

Alguns princípios são citados por Foucault (2014, p.237) como necessários à instituição-prisão, existentes também nas demais instituições totais. São eles: o isolamento; em relação ao mundo exterior e também uma separação entre os detentos, impedindo que eles se tornem cúmplices e garantindo sua submissão por meio da solidão em que vivem; o trabalho, considerado um dos itens responsáveis pela transformação do preso. Na França, o trabalho era remunerado e a partir disso surgiu o seguinte questionamento: se ele é remunerado, o detento pode recusar trabalhar e ele, portanto, não faz parte da pena. O trabalho penal deve ser encarado como uma forma de ocupar o preso, transformando sua agitação e violência em atitudes mecanizadas e normatizadas. Desta forma, ao se indagar sobre a utilidade do trabalho penal, Foucault (2014, p. 237) afirma:

Não é um lucro, nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção.

Em relação ao trabalho, Goffman complementa pensando na prisão também como instituição total: qualquer que seja o incentivo ou estímulo dado ao trabalho

nestas condições ele não terá o mesmo sentido do mundo externo, pois expressa diferentes motivações e atitudes. Em alguns locais, o tempo integral do internado é colocado à disposição da instituição, gerando uma alienação da sua capacidade laborativa. Desta forma: “[...] o indivíduo que no mundo externo estava orientado para o trabalho tende a tornar-se desmoralizado pelo sistema de trabalho da instituição total.” (GOFFMAN, 2011, p. 22).

Outro princípio importante é a pena com um período de tempo justo, que deve ser acompanhada ao longo do cumprimento da condenação mediante punições e recompensas que fazem com que a ação da prisão sobre os apenados se torne efetiva, sendo o encarceramento considerado uma operação corretora. A gestão da pena deve pertencer aos mecanismos autônomos que controlam os efeitos da punição no espaço em que ela ocorre. Os profissionais que acompanham o detento estão mais aptos a realizarem esta atividade do que quem detém o poder penal. Por isso a prisão é um local de observação do indivíduo, em dois sentidos. Primeiro, em função da constante vigilância, segundo, em relação ao contato com o preso, a observação do seu comportamento, disposições e melhora, sendo a prisão um local de constituição de um conhecimento clínico sobre os condenados constituído de diversos instrumentos, como, por exemplo, o Panóptico (FOUCAULT, 2014).

O tema do Panóptico encontrou nas prisões um local ideal para sua efetivação e materialidade, ao promover observação e vigilância, saber e segurança, individualização e totalização, isolamento e transparência (FOUCAULT, 2014). Segundo Alcapadini (2002), o Panóptico é uma caricatura do poder disciplinar. Consiste em uma torre com largas janelas cercada por celas no formato de um anel. Um vigia fica na torre central e, pelo efeito da luz que entra pela janela de cada cela, consegue ver os presos sem que eles o vejam, gerando a sensação de poder estar sempre sendo vigiado sem poder ter certeza disso. O mais importante não é ter um guarda, mas que todos saibam que estão sendo vigiados, mantendo uma visibilidade constante de todos.

É importante salientar que a prisão não está expressamente contida no sistema penal que se desenvolveu entre os séculos VXIII e XIX. A busca por uma sociedade punitiva não se apoiava na adoção generalizada da prisão. Entretanto, os mecanismos e os efeitos das prisões se espalharam pela justiça criminal moderna, sendo preciso investigar os motivos da “eficácia” deste modelo e porque não houve um movimento de rejeição desta proposta. De acordo com Foucault (2014) foram identificados dois

tipos de criminosos: um no estereótipo do “monstro”, que rompeu com o pacto social, e o outro o do sujeito jurídico que poderia ser requalificado pela pena. O conceito de “delinquente” permite juntar estas duas posições e formar, a partir dos pressupostos médicos, psicológicos e criminológicos, uma junção entre o infrator da lei e aquele sob o qual é possível aplicar uma técnica científica.

Conforme aponta Silva (2014, p. 249), ao criar a patologia do “delinquente” é feito uma escala que vai do normal ao anormal, sendo o “delinquente”, a melhor caracterização da anormalidade. E é a partir desta anormalidade que a prisão passa a ser caracterizada com uma finalidade terapêutica. Apesar do fracasso das prisões na recuperação dos criminosos e em sua proposta terapêutica, o discurso de perigo e ameaça vinculado aos “delinquentes” e criminosos e de necessidade da manutenção social mantém seu lugar de saber e de aplicação do poder penitenciário, sendo estes mantidos por meio das mesmas técnicas disciplinares (SILVA, 2014, p. 249). Foucault (2014, p. 237) complementa este tema dizendo:

A prisão, essa região mais sombria do aparelho de justiça, é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber.

A seguir, breves considerações a respeito da falência do sistema penal.

2.3 A FALÊNCIA DO SISTEMA PENAL

A condenação e o cumprimento de pena em privação de liberdade gera reincidência, há mais chance de voltar para a cadeia, e, depois de sair dela, os presos são considerados antigos detentos. Em função do tipo de rotina estabelecida no local o resultado é a fabricação de delinquentes, pois o cotidiano se constrói em torno do isolamento, da inutilidade do trabalho imposto, de limitações violentas e das várias formas de abuso do poder em que a própria prisão se baseia. O ato de prender é seguido por uma série de eventos que desrespeitam as leis, principalmente em relação à execução penal no que se relaciona ao tempo de condenação e à ausência de progressão de regime, conforme Zomighani Júnior (2013). A prisão promove a

solidariedade entre os delinquentes, que se tornam cúmplices por terem vivenciado as mesmas situações, e gera miséria à família do detento, que muitas vezes fica sem a fonte principal da renda familiar (2014).

As medidas punitivas impostas pelas prisões não alcançam o objetivo de reeducação moral. O sistema prisional é questionado a todo momento em função do cenário de precárias condições, superlotação, reincidência alta, falta de oportunidades e preconceito em relação ao egresso, expansão do crime organizado e o fracasso em “recuperar” os criminosos (SILVA, 2014). Foucault (2014) afirma que a intenção de modificar a prisão é praticamente contemporânea à própria prisão, e o debate sobre o tema e as propostas e discussões acerca de sua melhoria foram constantes, desde seu início (ZOMIGHANI, 2013).

A resposta de reativar as técnicas penitenciárias tem sido dada constantemente para resolver o problema da instituição-prisão, numa tentativa de reforma constante de um fracasso permanente. Há mais de 150 anos as sete orientações são repetidas como premissas para uma reforma penitenciária. São elas: 1- A função principal da detenção deve ser a mudança de comportamento do indivíduo; 2- Os presos devem ser divididos na unidade prisional conforme a idade, a gravidade dos seus atos, as suas disposições e técnicas de correção que se deseja utilizar; 3- As penas devem ser modificadas ao longo do seu cumprimento de acordo com a individualidade de cada um, seus resultados, progressos e recaídas; 4- O trabalho é uma das medidas fundamentais à transformação e socialização dos detentos; 5- A educação é um direito do detento e um cuidado importante de interesse social; 6- O cumprimento da pena deve contar com a participação de equipe capacitada para garantir a boa formação dos indivíduos; 7- O encarceramento deve incluir o controle e a assistência também ao egresso até que ele se readapte definitivamente (FOUCAULT, 2014). As palavras e as proposições são repetidas, aceitas e sempre fracassadas.

Ao aprofundar os motivos do fracasso das prisões Foucault (2014) demonstra que as condenações não objetivam a suprimir as infrações, mas, sim, a realizar uma distribuição, distinção e utilização das mesmas, tentando organizar as transgressões em maneiras de submissão numa proposta de gestão das ilegalidades:

A penalidade seria então uma maneira de gerir as legalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de utilizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a

penalidade não “reprimiria” pura e simplesmente as ilegalidades, ela as “diferenciaria”, faria sua “economia” geral (FOUCAULT, 2014, p. 267).

Desta forma, as leis e a sua aplicação servem ao interesse de uma classe, e a gestão diferenciada das ilegalidades alimenta o mecanismo de dominação. A divisão entre pessoas trabalhadoras e pessoas perigosas faz uma demarcação entre quem pune e quem é punido. A busca pela paz oferece uma manutenção da ordem social, exercendo um trabalho político de controle dos indivíduos (SILVA, 2014). Não é por acaso que a instituição-prisão perdura e que ainda segue imponente como a principal forma de punição dos dias atuais.

Ao analisar a questão das prisões sob a ótica contemporânea, percebe-se uma redefinição do papel do Estado ao reduzir sua função social e ampliar a intervenção penal. A partir da adoção de um maior rigor penal os Estados Unidos quadruplicou sua população carcerária na década de 70, a partir da doutrina da “tolerância zero”, que passou a perseguir de forma agressiva quem cometia pequenos delitos, mendigos, sem-teto e os pobres que ocupavam os espaços públicos (WACQUANT, 2001 apud ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013).

Um duvidoso estudo do Ministério da Justiça federal dos Estados Unidos concluiu que o fato da população carcerária ter triplicado entre o período de 1975 e 1989 teria evitado 390.000 crimes (estupros, homicídios e roubos) na tentativa de legitimar a reclusão como meio eficaz de impedir a criminalidade. A ideia propagada era a que não era necessário preocupar-se com as causas da criminalidade e sim com as suas consequências (ZOMIGHANI JÚNIOR, 2013).

De acordo com Zomighani Júnior (2013) a política dos governos neoliberais promove o crescimento do sistema prisional e policial, deixando em prejuízo as demandas sociais do Estado. A prisão é utilizada como forma de reagir e controlar o sentimento partilhado de insegurança causado pelo contexto neoliberal. No Brasil, este cenário se agrava em função do passado de escravidão e exploração e pela natureza dos governos que caminham no sentido de reproduzir as desigualdades. Conforme Ordóñez-Vargas (2011, p. 79):

No panorama brasileiro, de forma semelhante ao cenário britânico e norte-americano, junto com as políticas de desencarceramento e

humanização do sistema penal, vigora o endurecimento da legislação penal, a violência policial, a crescente criminalização das pessoas, elevação nas taxas de encarceramento, construção de mais cadeias, privatizações das prisões, altos investimentos financeiros na segurança criminal por parte do Estado.

No próximo capítulo, a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), que será o local da pesquisa desenvolvida neste trabalho, será apresentada. É importante lembrar que a APAC é uma unidade do sistema prisional, que, embora disponha de uma proposta e métodos próprios de trabalho, possui como referência a Lei de Execução Penal (LEP). Portanto, todas as questões pontuadas por Foucault e demais autores citados acima são pertinentes também a esta instituição, em maior ou menor grau, como veremos adiante.

3 A HUMANIZAÇÃO DA PENA

3.1 APRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC)

Para contar a história da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) é preciso contar a história de Mário Ottoboni, um dos seus fundadores, que ainda está vivo e grande referência no trabalho desenvolvido pelas APACs até hoje. Como escritor, não apenas de livros mas também de peças teatrais (OTTOBONI; MARQUES NETTO, 1977), é ele quem conta e reúne as histórias e a formulação da metodologia apaqueana em seus vários livros lançados, considerados guias e manuais de orientações para a implantação e acompanhamento das APACs. Mesmo nos livros com inclinação mais biográfica, as informações, o histórico e os relatos sobre a APAC estão sempre presentes. A trajetória da instituição se confunde e se mescla à vida de Mário Ottoboni. Ele trabalha e milita até hoje em prol das APACs, e, mesmo com as limitações devido à saúde, marca presença e participa sempre que possível dos eventos mais importantes organizados pela FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), órgão que, conforme Ordóñez-Vargas (2011, p. 79), é uma entidade de utilidade pública com o objetivo de promover cursos, orientar, oferecer assistências jurídicas, manter unidades dos propósitos e organizar congressos para refletir sobre soluções relacionadas à socialização dos recuperandos⁴. Os membros da FBAC visitam periodicamente as APACs a fim de oferecer suporte, fiscalizar a implantação da metodologia e resolver conflitos locais. De acordo com Ottoboni (2011, p. 84):

A Fraternidade compete ainda a relevante missão de opinar sobre a conveniência das APACs firmar convênio com as SEDS do Estado de Minas Gerais, orientar “aplicação da metodologia, quer de funcionários, despesa e arrecadação, prestar contas, realizar congressos das APACs, ministrar Seminário de Formação de Voluntários, realizar Jornadas de Libertação com Cristo, manter site da APAC, relacionar-se com o Programa Novos Rumos e, no que for plausível, buscar harmonia de propósitos, representar a Entidade em

⁴ Conforme Ottoboni, o eufemismo “recuperando” é aceitável dentro de uma proposta de valorização humana em substituição dos termos “preso”, “interno”, “apenado”, “condenado”, etc, pois estes depreciam o ser humano.

eventos quem sejam de interesse das APACs, manter rigorosamente a uniformidade do método e a unidade das filiadas.

Com a expansão das APACs, o trabalho da FBAC aumenta a cada dia porque o número de unidades e cidades interessadas em implantar a metodologia ampliou muito – ao mesmo tempo em que em função das características de seu método, o acompanhamento e a orientação contínua dos membros da Direção é imprescindível.

O caráter voluntário de funções muito importantes dentro da APAC, como, por exemplo, presidente e vice-presidente fazerem com que tais atividades sejam desempenhadas, em alguns casos, por pessoas que não possuem formação em gestão mas que precisam necessariamente exercer este papel, o que pode gerar dificuldades no acompanhamento da proposta de trabalho e na gestão da equipe de funcionários.

Cada vez mais é exigido um conhecimento mínimo das questões legais, contábeis, de gestão administrativa e de pessoal da presidência, que em muitos casos se vincula à APAC inicialmente por meio da questão religiosa sem ter necessariamente uma formação prévia que auxilie neste tipo de função. Atualmente, evangélicos e católicos estão bem representados nas APAC, com participação efetiva com cultos e missas semanais.

Conforme Ordóñez-Vargas (2011, p. 120), o vínculo entre a metodologia *apaqueana* e o catolicismo existe desde a origem da instituição: “A APAC é reiterativamente caracterizada como uma Obra de Deus, tendo o Evangelho como grande inspirador”. Resende (2013) corrobora esta perspectiva ao afirmar que nas APACs a religião é a principal maneira de buscar a “recuperação”; principalmente a religião católica.

O tratamento dado aos recuperandos na APAC baseia-se principalmente na questão religiosa, que é tratada no método *apaqueano* como fator essencial para a recuperação. Para compreender como a religião tornou-se o alicerce do método APAC é preciso conhecer a biografia dos seus precursores, principalmente de Mário Ottoboni, referência principal desta metodologia.

3.2 O FUNDADOR MÁRIO OTTOBONI E O SURGIMENTO DA APAC

Mário Ottoboni nasceu em 11 de Setembro de 1931 no estado de São Paulo, na cidade de Barra Bonita, e em 1943 mudou-se para São José dos Campos (SP), aos 12 anos de idade, com seus pais (OTTOBONI; MARQUES NETTO, 1977).

Começou a trabalhar antes dos 14 anos em um bar e aos 18 anos era chefe de pessoal em uma Cerâmica (OTTOBONI, 2012). Foi funcionário público municipal, exercendo também cargos de confiança no município de São José dos Campos. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, tendo se dedicado não apenas aos trabalhos jurídicos, mas também aos literários. Jornalista, escreveu contos para jornais e peças teatrais e foi também redator e diretor de jornais locais e atuou como radialista também na Rádio Piratininga. Casou-se em 1961 e teve quatro filhos ao longo desta união que perdurou até o ano de 2016, quando sua esposa veio a falecer.

Em seu livro “Testemunhos de minha vida e a vida de meus testemunhos”, lançado em 2012, Ottoboni relata que foi a partir da experiência no Movimento de Cursilhos de Cristandade⁵, em 1969, que aconteceu sua verdadeira conversão, pois teve uma criação católica, mas era até então um “cristão de fachada” (como ele mesmo se nomeia). A partir disso, o grupo que participou do encontro buscava um apostolado com o qual pudessem contribuir, até que em certo momento sentiram o chamado de Jesus através das seguintes palavras: “Trabalhe com os presos.” (OTTOBONI; MARQUES NETTO, 1977, p. 31). Inicialmente, hesitaram, pois nunca haviam tido qualquer experiência nesta área, mas foram à cadeia pública local e conheceram a realidade em que os presos viviam, o que muito os sensibilizou.

O caráter missionário e religioso conferido ao trabalho das APACs advém desde o início de sua proposta, como podemos observar por meio do relato de Mário Ottoboni. Esta mesma postura perseverou ao estabelecer a metodologia, pois o trabalho voluntário, entendido como uma causa e missão, é colocado como algo de

⁵ De acordo com Gomes, o Movimento de Cursilhos de Cristandade (MCC) surgiu na Espanha, na década de 1940 e chegou ao Brasil em 1962. O objetivo era renovar os verdadeiros valores cristãos através de um curso de três dias, em que os participantes são acompanhados no momento anterior ao curso, durante e depois dele para que os cristãos difundissem o Evangelho em seus ambientes, posteriormente.

suma importância para o desenvolvimento da metodologia *apaqueana*. Conforme Ordóñez-Vargas (2011), os voluntários, por motivações pessoais, sem interesses financeiros, disponibilizam seu tempo para acompanhar os recuperandos em algumas atividades ou ajudá-los no que for preciso. Grande parte das atividades que acontecem nas APACs é realizada pelos voluntários, sendo o trabalho remunerado restrito apenas ao setor administrativo (COUTINHO, 2009).

A partir da visita no presídio de São José dos Campos foi criado, então, um grupo denominado como Amando o Próximo Amarás a Cristo (APAC) composto por 15 homens. Ottoboni e seu grupo começaram a promover missas dentro do Presídio Humaitá, em São José dos Campos/SP, e entrevistas com os presos para terem conhecimento sobre seus problemas.

Em 1974 os egressos começaram a enfrentar problemas em relação à reinserção no mercado de trabalho e neste mesmo período Ottoboni conheceu o Juiz Corregedor dos Presídios da 2ª Vara da Comarca, Sílvio Marques Netto, professor e também cursilista, e o mesmo o aconselhou que o grupo fundasse uma Associação Civil para trabalhar com os presos com a finalidade de atestarem seu bom comportamento, facilitando desta forma a recolocação profissional (MASSOLA, 2005). Assim, em junho de 1975, o juiz Sílvio Marques Netto formalizou a APAC como órgão auxiliar da Corregedoria dos Presídios e determinou que as normas e regras contidas no estatuto da entidade faziam parte daquele Provimento e deveriam ser obedecidas (MASSOLA, 2005). Neste momento, a sigla APAC teria seu significado alterado de Amando o Próximo Amarás a Cristo (APAC) para Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), em função de adequações legais necessárias por ter se tornado uma entidade civil de direito privado.

Em 1983 a APAC reformou com custos próprios o Presídio Humaitá, que havia sido desativado sob a alegação de não possuir as condições mínimas de segurança e a solicitação da APAC de dirigir o local sem a presença da Polícia Civil e Militar foi aceita, e a APAC deu início ao seu trabalho, inicialmente com 35 condenados (OTTOBONI, 2012). Em 1986 a APAC se associou à *PrisonFellowshipInternational* (PFI), uma organização não governamental cristã que pertence ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU). A PFI trabalha com mais de 100 governos nacionais fornecendo auxílio aos detentos e suas famílias. Por meio da *PrisonFellowshipInternational*, o método APAC passou a ser divulgado em vários países por intermédio de congressos e seminários, sendo que

representantes de diferentes localidades foram até o Presídio de Humaitá para conhecer aquela ousada metodologia (ORDÓNEZ-VARGAS, 2011).

Contemporâneo a estes fatos, em 1978, a APAC de Bragança Paulista foi fundada, tendo durado apenas até 1982. Um dos fatos que se relacionam com este fracasso foi a morte de Franz de Castro em 1981, que abalou o movimento das APACs por todo o Brasil. Franz de Castro era advogado em Jacareí, tendo construído ali uma carreira de sucesso. Em 1974 deixou a carreira jurídica em segundo plano e se dedicou ao sacerdócio. Em 1975 começou o trabalho na APAC de São José dos Campos, ao lado de Mário Ottoboni; era atento com os presos e dedicava sua vida àquela causa. Em 14 de fevereiro de 1981 uma rebelião acontecia no Presídio de Jacareí e o delegado local, João Chrysóstomo de Oliveira, pediu a presença de Ottoboni e Franz de Castro para intermediarem as negociações (OTTOBONI, 2012). Três pessoas estavam como reféns no presídio em Jacareí: um carcereiro, um escrivão e um soldado da Polícia Militar. Franz de Castro e Ottoboni entram então nas negociações e passam a fazer parte dos dois grupos de presos e reféns que saíam em fuga. Ottoboni saiu com o primeiro grupo formado por presos e dois reféns. Ottoboni e os reféns foram liberados a 1 km do local (OTTOBONI, 2012). No momento da saída do segundo carro o clima já estava tenso em função de desacordos entre as regras impostas pelos presos e pela polícia. Outra questão, também, é que neste carro estava um policial militar e a Polícia Militar exigia a sua liberação logo que disponibilizassem o carro, contrariando o acordo inicial feito com os presos. Logo que o carro alcançou a esquina, um tiro foi disparado pela Polícia e logo em seguida os disparos não cessaram, matando os cinco presos que estavam no carro e também Franz de Castro, que teve em seu corpo 30 perfurações. Um capitão da Polícia Militar de Jacareí também morreu na rebelião. Nas palavras de Ottoboni: “Morria um homem e nascia um mártir, um exemplo de vida, de solidariedade, de amor e de presença cristã. Franz cumpriu sua última missão como homem de paz e justiça.” (OTTOBONI, 2012, p. 94).

De acordo com Massola (2005), o fato justificado pela polícia como retaliação aos disparos projetados pelos presos pode ter sido uma vingança ao sacerdote, que em muitas vezes se colocou contra os policiais e a favor dos presos. A Diocese de São José dos Campos deu início ao processo de canonização de Franz de Castro Holzwarth e se encontra no Vaticano; Franz pode tornar-se o segundo santo brasileiro

(OTTOBONI, 2011). Pelo intermédio de Franz de Castro, a natureza voluntária e missionária da APAC foi ainda mais reforçada e valorizada.

A morte de Franz de Castro abalou bastante o trabalho das APACs por todo o país, afetando, inclusive os cinco casais de voluntários que deram início ao trabalho desenvolvido em Bragança Paulista para implantação do Centro de Reintegração (CR) (MASSOLA, 2005). É importante distinguir a experiência implantada em São José dos Campos daquela vivenciada em Bragança Paulista. Em Bragança Paulista o trabalho está ligado a uma Associação Civil inspirada no trabalho da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), tendo sido denominada como Associação de Proteção e Assistência Carcerária (APAC), organizada legalmente com o apoio do juiz corregedor de Bragança Paulista Nagashi Furukawa (MASSOLA, 2005). A diferença entre o método *apaqueano* e o que se originou dele, implantado em Bragança Paulista, localiza-se basicamente na questão da religião e na presença de agentes penitenciários. O método de Bragança Paulista não possui como fundamento a religião e não pauta a valorização humana na evangelização, além de sempre ter os agentes penitenciários atuando junto ao método (ORDOÑEZ-VARGAS, 2009). Um dos principais aspectos da metodologia *apaqueana* advinda da experiência em São José dos Campos é a ausência de policiais ou agentes penitenciários armados trabalhando no local (MIRANDA, 2015).

Posteriormente, a APAC de Bragança Paulista viria a ser a APAC mãe no Estado de São Paulo em função do fechamento da APAC de São José dos Campos. Portanto, as APACs de São Paulo se dividiram em duas diferentes concepções: a de São José dos Campos, que foi exportada para o estado de Minas Gerais e posteriormente estabelecida como política de segurança neste estado, e a de Bragança Paulista, que deu origem a vários Centros de Reintegração (CRs) em diversas comarcas do estado de São Paulo (ORDOÑEZ-VARGAS, 2009). Um dos motivos do sucesso e da expansão dos Centros de Reintegração no modelo adotado em Bragança Paulista foi o fato de Nagashi Furukawa ter se tornado Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, o que deu uma visibilidade estadual e nacional àquela iniciativa (MASSOLA, 2005).

A ONG de Bragança Paulista, inspirada na APAC de São José dos Campos, foi formada em 1978 por cidadãos sem relação com grupos religiosos. Tornou-se, oficialmente, o primeiro Centro de Reintegração (CR) do Estado em 2000. Conforme Ordóñez-Vargas (2011, p. 133):

[...] as APACs ramificaram-se em duas vertentes filosóficas e metodológicas: a ONG original de São José dos Campos, que foi exportada para Minas Gerais, sendo essa a única APAC religiosa que existe no Estado de São Paulo; e a ONG da Bragança Paulista, que foi implementada no resto do Estado de São Paulo.

As demais diferenças entre as duas propostas são: nas prisões originárias da APAC-mãe, em São José dos Campos, a segurança e a disciplina é controlada pelos funcionários (que não são funcionários públicos), voluntários e pelos próprios presos; a religião e a evangelização são elementos centrais, o trabalho dos técnicos (médicos, psicólogos etc) é voluntário.

Em contrapartida, nos Centros de Ressocialização (CR) paulistas a segurança é responsabilidade do Estado, a religião possui uma importância marginal (podendo ser considerada a versão laica das APACs) e os técnicos são contratados pelo Estado (ORDOÑEZ-VARGAS, 2011). Desta forma, a proposta de trabalho com os presos, que começou a ser desenvolvida em São José dos Campos, foi sendo replicada em outros estados e países, com boa adesão e aceitação principalmente no estado de Minas Gerais (talvez pelo apelo religioso, que encontra em solo mineiro terreno fértil para frutificação). Conforme Ordóñez-Vargas, “Esta diferença entre um modelo e outro expressa a laicidade de São Paulo e a religiosidade católica de Minas Gerais.” (ORDOÑEZ-VARGAS, 2011, p. 60).

De acordo com Coutinho (2009), a metodologia chegou em Itaúna em 1984 a partir da mobilização de membros da Pastoral Carcerária e foi instalada no local em 1986.

Em 2001 o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) criou o Projeto Novos Rumos na Execução Penal, que objetiva propiciar a criação e expansão das APACs pelo estado de Minas Gerais. Até 2008 o método era aplicado em 20 cidades de Minas Gerais sem a presença de policiais ou agentes penitenciários (COUTINHO, 2009).

Por intermédio das experiências e da vivência com os recuperandos a metodologia foi se transformando e consolidando até chegar aos moldes atuais.

3.3 MÉTODO APAC

No livro “Testemunhos de minha vida e a vida de meus testemunhos”, Valdeci Ferreira escreve um depoimento sobre sua relação com Mário Ottoboni e nestas linhas fala também sobre como o livro “Vamos matar o criminoso?” foi escrito. Valdeci relata que, em 1998, quando ele já assessorava semanalmente a APAC de Itaúna e residia em Contagem, Ottoboni teve que se afastar da Presidência da APAC de São José dos Campos por problemas de saúde; não havia apoio das instituições locais e o voluntariado estava escasso, levando o poder judiciário a decretar o fechamento da APAC joseense e transferindo todos os recuperandos (o que entristeceu profundamente Mário Ottoboni). Nesta época ele foi incentivado a escrever, já havia dez anos do último livro lançado e Valdeci se prontificou a ser seu secretário, viajando para Caraguatatuba frequentemente (local onde Ottoboni ficou por um período). Registrando durante dois anos uma síntese do método APAC, o resultado disso seria o livro de cabeceira dos *apaqueanos*, o “Vamos matar o Criminoso?”.

Ottoboni inicia suas reflexões em referido livro trazendo a definição da APAC:

[...] um método de valorização humana, portanto, de evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se e com o propósito de proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a justiça (OTTOBONI, 2006, p. 33).

Os doze elementos possuem como referência a LEP (Lei de Execução Penal) e propõem a sua efetivação, ou seja, que as garantias prescritas na LEP sejam realmente cumpridas (OLIVEIRA, 2013; RESENDE, 2013).

. De acordo com Ottoboni (2006), os elementos fundamentais que constituem o método APAC são os seguintes:

- a) participação da Comunidade;
- b) o recuperando ajudando o recuperando;
- c) trabalho;
- d) a religião e a importância de se fazer a Experiência de Deus;
- e) assistência jurídica;
- f) assistência à saúde;
- g) valorização Humana, base do método APAC;

- h) a família;
- i) o voluntário e o curso para a sua formação;
- j) centro de Reintegração Social (CRS);
- k) mérito;
- l) jornada de Libertação com Cristo.

O objetivo dos próximos parágrafos é detalhar os itens que constituem a metodologia para facilitar a compreensão do leitor.

3.3.1 Participação da Comunidade

Tudo deve iniciar com a Participação da Comunidade e, para isso, é preciso mobilizá-la (OTTOBONI, 2006). É preciso divulgar o trabalho e chamar a atenção da comunidade sobre os problemas prisionais. A comunidade é uma força que chega para ganhar a confiança dos que estão atrás das grades, trazendo amor, solidariedade e esperança (OTTOBONI, 2006). Tal participação não é um atributo exclusivo da APAC, pois já está prevista nos artigos 80 e 81 da LEP Lei de Execução Penal (LEP); o que a APAC traz como realidade é que esta determinação seja efetiva (ORDOÑEZ-VARGAS, 2011). A presença destes Conselhos da Comunidade dentro dos presídios brasileiros ocorre de maneira ínfima ou é quase inexistente.

Sobre a “Participação da Comunidade, Sívio Marques Netto relata em seu capítulo do livro “A Execução Penal à Luz do Método APAC”:

Em resumo, ficou reconhecido que o condenado é produto da sociedade e foi dela segregado por descumprimento de suas regras. Deverá então aprender ou reaprender as boas normas de convivência para um dia retornar, e esse caminho não pode ser palmilhado sem a participação dessa mesma sociedade (OTTOBONI; MARQUES NETTO, 1977, p. 30).

Todos os crimes são cometidos dentro de um cenário social e, portanto, após cumprir a pena, o sujeito retornará para este mesmo local; por isso o grupo social ao qual ele pertence deve participar e contribuir com a execução da pena. Caso se omitam terão as consequências de sua própria passividade (PINTO, 2012, p. 13). Ou seja, deve ser do interesse da comunidade que aquele indivíduo consiga se reerguer

e reconstruir sua vida; se a participação da comunidade não puder ser efetivada pela solidariedade e empatia com o próximo, que seja pensando na proteção e segurança de si mesmo e dos seus.

3.3.2 O recuperando ajudando o recuperando

Ao propor que o recuperando ajude o recuperando, a metodologia objetiva que eles possam aprender as regras de boa convivência social, ajudando aqueles que estão doentes ou os mais idosos, exercitando a solidariedade entre eles mesmos para que possam, posteriormente, ter estas atitudes no convívio social (OTTOBONI, 2006). “Com isto, a metodologia propõe outras formas de relacionamentos interpessoais e de sociabilidade entre os presos e entre eles e os outros atores do cotidiano prisional.” (ORDOÑEZ-VARGAS, 2009, p. 14). Dentro deste item da metodologia se enquadra a representação de cela, que tem como finalidade manter a disciplina e a harmonia entre os recuperandos que convivem na mesma cela (OTTOBONI, 2006). Este representante é eleito pela direção da APAC da mesma forma que é feita a indicação do presidente do CSS; caso o compromisso e o comprometimento dos membros da cela estejam assegurados, eles mesmos podem fazer a indicação para o representante de cela. Nesta proposta de ajuda mútua temos também o Conselho de Sinceridade e Solidariedade, que promove a interação entre os recuperandos e a manutenção das regras estabelecidas.

O CSS é um órgão de suma importância, que auxilia no andamento das atividades da casa, no bom comportamento e na convivência dos recuperandos. É um órgão auxiliar, que não possui poder de decisão, mas que colabora em todas as atividades, cooperando acerca da disciplina, atribuição de tarefas, reformas, eventos, fiscalização do trabalho para cálculo de remição, etc. Os membros devem se reunir toda semana para discutir sobre as dificuldades em busca de soluções práticas e econômicas (OTTOBONI, 2006). Além do presidente, as demais funções existentes no CSS são, geralmente: vice-presidente, secretário, tesoureiro, supervisor de laborterapia, diretor artístico e encarregado de manutenção. Para estas funções o presidente nomeia os recuperandos que considerar aptos para exercê-las (OTTOBONI, 2006, p. 227).

3.3.3 Trabalho

O Trabalho, de acordo com a metodologia *apaqueana*, deve ser mais um elemento fundamental da proposta, pois sozinho não é suficiente para recuperar o preso (OTTOBONI, 2006). Em cada regime ele possui um objetivo diferente que deve ser seguido. O Método APAC sugere a realização de trabalhos laborterápicos no regime fechado. A definição de artesanato deve ser expandida para fins comerciais, para objetos que realmente tenham uma aceitação no mercado. O momento de confecção e produção do seu próprio artefato permite ao recuperando exercitar a criatividade e refletir sobre o que está fazendo e, conseqüentemente, sobre si mesmo (OTTOBONI, 2006). Segundo Rodrigues:

Neste método, o trabalho e o estudo assumem novos papéis, sendo essenciais à recuperação da autoestima, reconhecimento das habilidades, resgate de princípios e da capacidade para o convívio social, pautados no espírito coletivo (RODRIGUES, 2012, p. 131).

No regime semiaberto o recuperando deve ser encaminhado para cursos profissionalizantes; é o momento de definir uma profissão. Havendo a estrutura física necessária, a entidade poderá criar oficinas na própria instituição, tendo sempre como foco neste período a especialização da mão de obra (OTTOBONI, 2006).

Conforme citado no Diário de Campo, o trabalho realizado pelo regime fechado da APAC de Campo Belo parece estar mais próximo do que descreve a metodologia *apaqueana*, mas a falta de delimitações e possibilidades de trabalho dentro da instituição no regime semiaberto geram um contexto que foge do propósito da metodologia; há uma lacuna explícita que interrompe os processos conduzidos no regime anterior.

3.3.4 A religião e a importância de se fazer a Experiência de Deus

Em relação à religião, Ottoboni (2006) afirma que este aspecto isolado, assim como o trabalho, é insuficiente para promover a recuperação, e por isso a importância do equilíbrio entre os 12 elementos. Este elemento associado aos demais fariam diferença da recuperação do detento e em sua mudança de vida (COUTINHO, 2009).

Este fato pode ser comprovado uma vez que a religião também está muito presente nos presídios do sistema comum⁶ e, mesmo assim, os índices de reincidência são alarmantes.

Para Coutinho (2009), a proposta da metodologia *apaqueana* é feita baseada no ecumenismo, mas é necessário que o recuperando tenha uma religião e também uma prática religiosa. Embora Ottoboni (2006, p. 81), ressalte a necessidade imperativa de que o recuperando tenha uma religião, muitos autores trazem uma concepção mais amena sobre o tema, como, por exemplo, Santos (2012, p. 45) ao dizer que seria mais adequado denominá-la de espiritualidade, para que não se atrele à escolha de uma religião como algo essencial na recuperação dos presos.

3.3.5 Assistência Jurídica

A assistência jurídica é um direito garantido na Lei de Execução Penal (LEP). Apesar disso, grande parte da população carcerária desconhece ou se sente perdida em relação à sua situação processual (COUTINHO, 2006), sendo esta condição um dos maiores problemas e angústias que afligem o preso (SANTOS, 2012). Conforme Oliveira (2013), o método APAC dedica uma atenção especial ao cumprimento da pena, mobilizando a organização no sentido de prestar assistência jurídica gratuita aos condenados envolvidos na proposta da Instituição e que sejam comprovadamente pobres.

3.3.6 Assistência à saúde

A assistência à saúde aos presos no Brasil não é oferecida conforme exigência legal, e quando existe é de forma insuficiente e em níveis mínimos (NOGUEIRA,

⁶ Sistema Comum é o nome dado informalmente às penitenciárias e cadeias que não trabalham com a metodologia *apaqueana*. É uma forma de fazer referências às prisões que não usam o método APAC.

2012). O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP)⁷ não contemplou as APACs em relação ao investimento financeiro, tendo beneficiado apenas as unidades do sistema comum administradas pela Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI). Embora Ottoboni (2006) reafirme a importância do trabalho técnico voluntário, cada vez mais as APACs realizam convênios com os municípios para que haja parceria nos atendimentos médicos, psicólogos etc. necessários à população carcerária; e também acontece a contratação de funcionários pela própria instituição, montando uma equipe híbrida com profissionais da saúde do setor de saúde do município e profissionais da saúde próprios do setor penitenciário (NOGUEIRA, 2012).

Atualmente, é perceptível que as APACs estão se organizado no sentido de obter uma renda fixa por meio do trabalho interno realizado pelos recuperandos para custear despesas não subsidiadas pelo estado, como, por exemplo, a contratação de técnicos como psicólogos e assistentes sociais – profissionais extremamente importantes dentro da instituição. Esta tendência indica a profissionalização dentro do método, que em sua fundamentação inicial orienta que todos os técnicos que atuam no local devem ser voluntários, o que acentua o caráter missionário o trabalho ao mesmo tempo em que precariza as relações de trabalho estabelecidas no local.

3.3.7 Valorização Humana, base do método APAC

A valorização humana consiste em resgatar a humanidade do preso, que muitas vezes foi perdida em função das situações e condições adversas sobre as quais o mesmo submeteu-se ou criou para si mesmo. Conforme Ottoboni:

Chamá-lo pelo nome, conhecer sua história, interessar-se por sua vida, visitar sua família, atendê-lo em suas justas necessidades, permitir que ele se sente à mesa para fazer as refeições diárias e utilize talheres: essas e outras medidas irão ajudá-lo a descobrir que nem tudo está perdido, uma vez que toda dificuldade criada pelo

⁷ O Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) é uma política de saúde específica voltada para a população das unidades prisionais, visando a sua inclusão no Sistema Único de Saúde (SUS).

homem poderá ser superada pelo próprio homem com a ajuda de Cristo, em quaisquer circunstâncias. (OTTOBONI, 2006, p. 87).

A APAC tenta neutralizar os efeitos negativos que por si só já fazem parte do cumprimento de uma pena em privação de liberdade, tentando transformar o ambiente em um cenário de possibilidades para que o recuperando possa ser integrado conscientemente à sociedade. Obviamente, trata-se de uma descrição ideativa do que se propõe o método APAC, que enfrenta na sua aplicação todas as dificuldades pertinentes ao sistema prisional brasileiro.

3.3.8 A Família

Um dos itens chaves do método APAC é a família, que deve estar totalmente integrada à metodologia. Quanto mais presente a família estiver nas atividades propostas, nas visitas e nas ações voluntárias, melhor para o recuperando e melhor também para a entidade. A presença e a participação da família é constantemente incentivada por meio de eventos, dos contatos telefônicos e de visitas feitas pela Direção, funcionários ou voluntários àquelas que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade, trazendo ansiedade e preocupação para o recuperando. É preciso não permitir que os rigores da condenação alcancem os familiares, fazendo com que a família cumpra a pena com a mesma intensidade de sofrimento do recuperando (OTTOBONI, 2006). Para tanto, algumas medidas são tomadas e não existe revista vexatória nas APACs, por exemplo. Os familiares não são despídos; são revistados. Todos os seus pertences e alimentos que trazem são vistoriados e há o uso de detector de metais, mas nada se compara ao procedimento adotado pelo sistema comum, que usa práticas como agachamento perante espelhos para as mulheres, que passam por constantes situações humilhantes.

Em contrapartida, aos familiares também é destinada a função de vigília em relação ao recuperando. A APAC mobiliza a família para que ela ajude a manter a disciplina e a obediência em relação às regras da casa. Como as relações estabelecidas ali são baseadas na confiança, é necessário sensibilizar quem acompanha o recuperando a fazer parte da causa da APAC, a trabalhar em prol do

método e desta forma, a não compactuar com nenhum tipo de comportamento que atinja as normas estabelecidas.

3.3.9 O voluntário e o curso para a sua formação

Para se tornar um voluntário na APAC é preciso participar de um Curso de Formação de Voluntários em que é possível conhecer a metodologia e desenvolver as habilidades necessárias a este trabalho (FERREIRA, 2015). Conforme Ordóñez-Vargas (2011), entre os papéis sociais e atores envolvidos nas APACs os voluntários são os que ocupam a posição mais distinta em função da forma com que atuam, da função que cumprem e do prestígio alcançado juntos aos presos.

Os voluntários desempenham várias atividades como formação educacional, palestras, condução de oficinas, captação de empregos para quem já possui o direito ao trabalho externo (COUTINHO, 2009) além das revistas em dia de visita dos familiares e visita íntima.

3.3.10 Centro de Reintegração Social (CRS)

O Centro de Reintegração Social (CRS), item 10 do método APAC, consiste na estrutura física em que a APAC está instalada. É importante que ele possua três pavimentos destinados ao regime fechado, semiaberto e aberto (ZEFERINO, 2012). O CRS permite ao recuperando cumprir sua pena próximo ao seu núcleo afetivo (OLIVEIRA, 2013), o que contribui para a manutenção da convivência familiar. A orientação da FBAC é que todos os CRs possuam o nome de Franz de Castro Holzwarth, em homenagem ao voluntário cuja história foi relatada anteriormente.

3.3.11 Mérito

A LEP é baseada no mérito, uma vez que se fundamenta no comportamento do infrator ao longo do cumprimento de sua pena para lhe conferir benefícios. O *mérito* é um aspecto sempre presente nas formulações *apaqueanas*. Com a proposta de reformular o interior do condenado existe um sistema de méritos que fiscaliza o

comportamento cotidiano em cada detalhe do dia-a-dia do recuperando (ORDÓÑEZ-VARGAS, 2009). Este acompanhamento é feito por meio da Comissão Técnica de Classificação (CTC), que é composta por profissionais ligados à metodologia que determina a necessidade de acompanhamento individualizado de algum recuperando (FERREIRA, 2015).

3.3.12 Jornada de Libertação com Cristo

O ápice da metodologia descrita é a Jornada de Libertação com Cristo, que foi construída a partir do modelo de encontro dos Cursilhos de Cristandade e possui um tema específico a cada ano (ORDÓÑEZ-VARGAS, 2009). Nela acontecem palestras, meditações e testemunhos dos participantes a fim de provocar o recuperando para que ele adote uma nova filosofia de vida. Os recuperandos devem participar em algum momento do cumprimento da pena (preferencialmente no regime fechado) (COUTINHO, 2009).

De acordo com Ordóñez-Vargas (2009), os doze elementos da metodologia apaquena estão alicerçados em um referencial ético chamado de Decálogo da APAC. Este decálogo é exposto em todas as APACs, em local de visibilidade e destaque (OTTOBONI, 2012). Segundo o mesmo, a APAC propõe: 1 - O amor como caminho; 2 - O diálogo como entendimento; 3 - A disciplina com amor; 4 - O trabalho como essencial; 5 - Fraternidade e respeito como meta; 6 - Responsabilidade para o soerguimento; 7 - Humildade e paciência para vencer; 8 - O conhecimento para ilustrar a razão; 9 - A família organizada como suporte, e; 10 - Deus como fonte de tudo.

O método APAC é complexo e extenso, fruto de um trabalho de longos anos e com muitas pessoas envolvidas. As particularidades de cada APAC precisam ser consideradas durante a análise da aplicação da metodologia. Cada contexto possui suas dificuldades e pormenores. Ainda que exista um método único as APACS são várias e cada uma possui suas características próprias, dificuldades específicas e se encontram em um momento único em relação à implantação da metodologia. Por isso é difícil e talvez seja insensato fazer comparações entre elas, pois cada uma foi construída dentro de um contexto que a antecedeu e se desenvolve em condições muito específicas que devem ser analisadas e consideradas.

3.4 UMA VISITA À APAC. COMO É POSSÍVEL UMA CADEIA EM QUE OS PRESOS POSSUEM A CHAVE DA PORTA DA FRENTE?

Qualquer pessoa pode conhecer o trabalho das APACs e se disponibilizar a fazer uma visita a uma APAC mais próxima ou a da sua cidade, caso haja. As APACs recebem a visita dos mais variados setores da sociedade, turmas de alunos, políticos, religiosos, pessoas que estudam e querem pesquisar o tema, membros da comunidade que querem oferecer seu tempo e seus serviços, o que está de acordo com o primeiro item do método e a participação da comunidade. Quando um visitante chega pela primeira vez em uma APAC diversas são as sensações e impressões que tal experiência pode proporcionar. Muitos ficam impressionados com a organização e a limpeza do local, pois já associam, pelo conhecimento prévio, o sistema prisional a lugares sujos, bagunçados e inóspitos. Toda a limpeza, organização e manutenção das instalações físicas, denominadas Centro de Reintegração Social (CRS) é de responsabilidade dos recuperandos, não há equipe de limpeza no local e a divisão de tarefas é feita entre os que cumprem pena naquele local. Dentro destes afazeres está incluída também a preparação de todas as refeições, café da manhã, almoço e jantar são elaborados e servidos pelos próprios recuperandos, o que faz com que o número dos funcionários e de gastos seja bastante reduzido.

De acordo com a Resolução n. 1373, da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), de nove de Janeiro de 2013, as APACs que possuírem até 39 recuperandos terão o repasse para o pagamento de 12 funcionários nos seguintes cargos: Encarregado(a) de Segurança, Encarregado(a) Administrativo, Encarregado(a) de Tesouraria, Cozinheiro(a) ou padeiro, Inspetor de Segurança Diurno(2), Inspetor de Segurança Noturno(3), Condutor de Segurança(2) e Administrativo e Estagiário(a). Nas APACs com 40 a 80 funcionários o número de funcionários passa para 16, sendo acrescentadas as funções de auxiliar administrativo, secretário(a), supervisor de oficinas e mais um estagiário. De 81 a 140 recuperandos e de 141 a 200 recuperandos não há novas funções agregadas e apenas o número de funcionários é alterado. No primeiro caso, de 81 a 140 recuperandos, passa para 19 funcionários e de 141 a 200, para 25 funcionários. Estes funcionários devem ser contratados por processo seletivo determinado pela SEDS na Resolução n. 1373, via Consolidação das Leis do trabalho (CLT). Todos os demais serviços prestados à APAC são voluntários ou mantidos por

convênios firmados com os municípios, doações e verba arrecadada de alguma produção interna da APAC, ainda que esta conduta contrarie as recomendações do método de que este tipo de trabalho deva ser gratuito (OTTOBONI, 2006).

A apresentação da APAC para os visitantes é sempre feita pelos próprios recuperandos, que mostram as instalações físicas e um pouco da metodologia de trabalho implantada ali. Os que cumprem pena nas APACs são chamados de recuperandos, tendo sido esta expressão uma influência de São Paulo Apóstolo, de acordo com Ottoboni. “É o que almejamos, devolver o preso recuperado, pois representa um agente anti-social a menos na sociedade.” (OTTOBONI, 2006, p. 86). O contato com os recuperandos é algo que sempre encabula quem adentra pela primeira vez uma APAC. Eles estão sempre portando um crachá que o identificam pelo nome. Não há uso de uniforme, e, portanto, os recuperandos estão usando suas roupas próprias, o que resgata sua relação com os seus pertences pessoais. O mesmo acontece em relação ao cabelo. Se no Sistema tradicional o cabelo é mantido sempre raspado, na APAC existe a liberdade de escolher um corte de cabelo, mantendo seu uso como era antes de ir preso, tendo que cuidar apenas da higiene.

É comum que recuperandos, funcionários e voluntários sejam confundidos por quem não os conhece, pois não há uma distinção visível entre eles. No ano de 2014, por exemplo, a APAC de Campo Belo recebeu a visita de jovens holandeses que estavam na cidade e gostariam de conhecer a instituição. Foi montada uma apresentação em inglês para eles, que já se encontravam no auditório do Regime semiaberto, quando um deles perguntou: “que horas nós vamos conhecer os presos?”. Neste momento, a pessoa que conduzia a apresentação explicou que quem os recebeu na porta era um preso, assim como o que auxiliou o plantonista a guardar os celulares, como o que servia a água e vários outros que estavam no meio deles pelo auditório. Fatos como estes demonstram o quanto há um estereótipo construído acerca dos presos e como é difícil reconhecê-los como um de nós.

Um dos itens que sempre são apresentados aos visitantes é o Quadro de Avaliação Disciplinar: cada regime possui o seu. Nele estão listados os nomes de todos os recuperandos em suas respectivas celas. Caso algum deles tenha cometido alguma falta leve naquele mês haverá uma bolinha colorida junto ao seu nome. São consideradas faltas leves, por exemplo: descumprir horários, lavar ou secar roupas em local não permitido, entrar em cela alheia, não usar crachás, fumar em local proibido etc. Algumas faltas médias: perturbar o repouso noturno, realizar atos de

comércio, portar objetos proibidos, divulgar notícia falsa que perturbe a ordem etc. Outras consideradas graves: agressão física, tentativa de fuga ou fuga, usar a cela ou espaço de convivência para a visita íntima, possuir documento falso etc. Os atos de indisciplina podem ter as seguintes punições: I. advertência Verbal; II- Repreensão escrita; III- Suspensão ou restrição de regalias; IV- Suspensão ou restrição de direitos; V- Isolamento na própria cela ou em local adequado; VI- Transferência para o sistema comum mediante solicitação ao Juízo da Execução Penal com menção objetiva dos motivos (APAC, 2015, p. 8). As duas últimas punições podem ser aplicadas em caso de falta grave.

O objetivo do Quadro de Avaliação Disciplinar é publicizar o acompanhamento diário da disciplina nos regimes fechado e semiaberto (APAC, 2015, p. 53). De acordo com o art. 4º do Regulamento Disciplinar das APACs:

No final de cada mês, o CSS irá fazer um diagnóstico, através dos pontos individuais de cada recuperando e dos relatórios de conferência de cela, objetivando identificar o Recuperando modelo do mês, a cela mais organizada, a cela menos organizada, bem como apurar o número de dias com total disciplina”, possibilitando uma melhor avaliação do mérito coletivo do respectivo regime (APAC, 2015, p. 54).

Esta conduta objetiva um aprendizado baseado em reforço e punição, em uma perspectiva que pode ser associada aos pressupostos behavioristas. Aos recuperandos são repassadas as regras de boa convivência e de cuidado consigo mesmo e a exposição dos fatos constrange os que não se adequam, sendo mais uma ferramenta de controle institucional. A APAC faz uma revisão da socialização primária do sujeito, atualizando-a de acordo com as necessidades do local.

Na primeira terça-feira de todo mês é realizado o Ato Socializador em todas as APACs. Neste evento os resultados do acompanhamento disciplinar do mês anterior são apresentados aos convidados (membros da sociedade, voluntários, funcionários e alguns familiares). A cela mais organizada, o recuperando modelo e o amigo do mês são presenteados com um certificado, assim como também é apresentada a cela mais desorganizada e os recuperandos que cometeram faltas neste período. Mais uma vez os familiares e comunidades são convidados a assumir seu papel de controle em relação ao recuperando; é a prestação de contas mensal do cumprimento de pena.

Dentro das celas é perceptível os cuidados com a higiene e a organização do local. Cada recuperando possui uma área utilizada como armário para guardar seus pertences pessoais. Todos possuem uma cama de alvenaria com colchão e dificilmente alguém dorme “na praia”, fato rotineiro no sistema comum, em que o preso dorme no chão da cela. De acordo com Zeferino (2012, p. 62):

Nas APACs, cabe aos recuperandos manter sua higiene pessoal e o asseio da cela, bem como a constante higienização de todo o espaço. Esse é um dos requisitos para a permanência nas APACs. A ordem, a disciplina e a manutenção da higiene local são deveres e exercício constante dos recuperandos. As APACs devem sempre estar limpas, contando com um ambiente agradável e harmonioso, cabendo aos recuperandos a execução dessa atividade (ZEFERINO, 2012, p. 62).

Alguns resistem a acreditar que aquele local é uma cadeia e vinculam a APAC a algum local de “tratamento” de dependentes químicos ou um lugar apenas para receber os presos com crimes mais “toleráveis”, de menor potencial ofensivo, que não estejam associados com os danos à pessoa. Podem assustar quando percebem que por ali cumprem pena recuperandos dos mais variados artigos, entre assalto, pedofilia, tráfico, latrocínio, furto, homicídio, estupro, pois a APAC traz uma concepção que confronta as normas do mundo do crime. Ao estabelecer que “Aqui entra o homem, o delito fica lá fora”, uma das muitas frases usualmente pintadas pelo CRS (Centro de Reintegração Social), o método coloca em cheque uma grande premissa vivida no mundo do crime: a de que alguns delitos não são aceitos e que quem os comete são perseguidos e desrespeitados pelos demais. Conforme Ordóñez-Vargas (2011, p. 154):

Deve-se ressaltar que dentre os requerimentos para efetivar a transferência às APACs, os tipos de crimes praticados não importa. Isto quer dizer que, assassinos, estupradores, ladrões, traficantes, assaltantes e dependentes químicos têm direito à transferência. Legitima-se juridicamente uma das máximas do método: Na APAC, entra o homem e o criminoso fica fora, por meio da Portaria 01/06 que diz, Terá direito à transferência de uma cadeia do sistema comum para os Centros de Reintegração geridos pelas APACs o preso condenado à pena privativa de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto, independente da duração da reprimenda e do crime cometido.

Quando um preso vai ser transferido para uma APAC, ele é informado sobre todas as regras e normas daquele local e precisa estar de acordo com todos os

deveres para poder usufruir dos direitos. O preso pode fazer um pedido informal, de próprio punho, solicitando a sua transferência para a APAC. A decisão compete sempre ao Juiz responsável, mas há situações em que a direção da APAC realiza entrevistas com estes detentos e outras em que alguns juízes exigem a realização de uma avaliação psicológica do apenado. A proximidade ou o distanciamento do Juiz em relação ao método APAC determina muitas das condições de trabalho do local. Há juízes que acolheram a metodologia, e, são por assim dizer, *apaqueanos*, sendo não apenas fiscais das questões legais, mas parceiros da instituição.

No momento da transferência do preso para a APAC ele assina um Termo de Compromisso com a instituição. Neste Termo estão contemplados itens como: a decência do traje e o uso obrigatório do crachá, uso da televisão apenas em local e horário determinado, respeitar a escolta; plantonistas e auxiliares, higiene pessoal, cooperar com a limpeza local, respeito incondicional ao voluntário, não afixar cartazes nas celas nem permitir a entrada de publicações pornográficas, cumprir o horário de silêncio e alvorada, não usar drogas, participar dos cursos e atos socializadores oferecidos, desempenhar as tarefas com zelo, não realizar nenhum tipo de negócio, respeitar os familiares, ler bons livros, acatar as determinações do CSS e dos representantes de cela, cumprir as normas disciplinares, participar dos atos religiosos com respeito, trabalhar na sala de laborterapia; quando não houver outra atividade, se necessário, frequentar aulas de alfabetização, ser humilde, obediente e paciente (OTTOBONI, 2004, p.186-187).

Muitos recuperandos relatam que é muito mais difícil cumprir pena na APAC, apesar de ser muito melhor em função das condições e oportunidades. Tais queixas estão ligadas às inúmeras regras e deveres, a um cumprimento rígido de horários, a uma disciplina constante e ao estado de alerta ininterrupto, pois todos são responsáveis uns pelos outros no melhor estilo “recuperando ajudando recuperando”. É comentado que só compensa para quem quer mudar realmente de vida, porque quem pretende retornar ao crime não deveria se submeter a estas condições, principalmente em relação à questão de relatar os fatos errados ocorridos e não compactuar com os mesmos uma vez que as punições conferidas aos recuperandos pelas suas faltas atingem geralmente um grupo de pessoas e não apenas um. Se um recuperando erra é porque o grupo falhou neste sistema de ajuda mútua.

Uma outra importante condição exigida pelo método é o tratamento igualitário aos condenados, independente dos artigos que o identificam. Na hierarquia do crime,

em que o traficante detém grande poder, crimes cometidos contra mulheres e crianças não são tolerados. No Sistema Comum há o chamado “seguro”, cela separada dos demais presos em que ficam acautelados os detentos que estão sendo ameaçados por outros e os que possuem crimes desta natureza (pedofilia, estupro, assassinato de mulheres). Quando o preso chega à APAC ele precisa conviver com os demais independente do artigo. Não há separação de cela ou formação de celas específicas separando os crimes. O hábito de insultar, agredir e violentar os chamados “Jacks” (homens condenados por estupro) não é tolerado e todos devem ser tratados da mesma forma independente de seu artigo. A APAC tenta restaurar a importância do homem como ser social e possuidor de uma história de vida única em detrimento dos artigos que o apresentam. Obviamente, estes objetivos não são alcançados de forma pacífica e sem conflitos. Alguns recuperandos questionam, outros encontram dificuldade na convivência e preferem ficar mais isolados, alguns não suportam certas situações, seja de obediência às normas ou impedimento ao uso de drogas e convivência harmoniosa com todos, chegando a solicitar a transferência para o sistema comum.

O uso de apelidos não é admitido pelo método, que objetiva resgatar o nome que o sujeito recebeu de sua família como se o retornasse para as suas origens, deixando de lado as atribuições e nomeações conferidas pelo tráfico. Segundo Ordóñez-Vargas (2009, p. 11):

O método disponibiliza um trabalho de valorização da autoestima dos/as presos/as com o objetivo de não fazer com que se sintam “monstros” ou como “lixos”, mas, pelo contrário, resgatar as potencialidades e qualidades de cada um. Chamá-los de “recuperandos” e não de presos ou chamá-los pelo nome e não por apelidos exemplifica uma das “formulas” de valorização humana proposta pelo método.

Mais do que conviver, em muitos momentos é preciso obedecer alguns recuperandos. Este fato é citado por muitos deles como uma grande dificuldade inicial, uma vez que vieram de um sistema com uma hierarquia rígida determinada pelo tipo de crime cometido e pela importância e “graduação no crime” de cada preso. No método *apaqueano*, em contrapartida, passam a ter uma proximidade grande uns com os outros e a ter que viver sob a fiscalização de um Conselho, denominado Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS), que é composto por um presidente, indicado

pela Direção de APAC e por demais membros escolhidos pelo presidente indicado. É possível que entre os membros do CSS haja recuperandos que em outro modelo de cumprimento de pena seriam subjugados pelos demais e naquele contexto devem ser sempre consultados e obedecidos pelos outros, em função do cargo que ocupam e da responsabilidade que aceitaram assumir.

A religião possui um papel importante na manutenção da ordem e da boa convivência entre os recuperandos, uma vez que traz para eles ensinamentos voltados para a generosidade, arrependimento e atitudes pacíficas, o que é favorável para a manutenção da ordem e da disciplina. O método APAC está ancorado na questão da religião e tem nesta premissa a referência de muitas das suas ações. É uma questão delicada, pois evoca e discute sobre a fé e a crença das pessoas e da sociedade. Percebe-se um abrandamento da FBAC no sentido de não utilizar com tanta ênfase o termo religião, substituindo-o por espiritualidade, seja nos congressos e cursos⁸oferecidos, que promovem a capacitação dos funcionários e o aprofundamento no método, e no contato com as APACs.

Nesse conflito entre a concretude da lei e a abstração do ser humano, no “Sistema APAC” buscou-se a orientação e o apoio da religião cristã. Pelas mesmas razões já expostas acima e também em obediência aos princípios constitucionais, a religião não pode ser imposta, ou funcionar como moeda de troca dentro das prisões. Ela só pode ser proposta como um meio, um apoio. Também existem fundamentos bíblicos para tanto (OTTOBONI; MARQUES NETTO, 1977, p. 32).

O questionamento sobre a laicidade do Estado é sempre recorrente e nas diversas APACs as opiniões e posturas sobre este tema variam, há funcionários e voluntários que afirmam com veemência que caso o preso seja ateu ou não queira participar de nenhum credo oferecido na instituição ele tem a escolha de não solicitar sua transferência para a APAC, assim como outros, que atestam que não veem este fato como problema, uma vez que dentro da APAC o recuperando poderia sensibilizar-se para alguma religião ou prática espiritual e que o fato de não ter nenhuma religião não faz com que ele não tenha direito a um cumprimento de pena humanizado e com perspectivas de mudança de vida. Ainda que um condenado possa preferir não ser

⁸ A agenda de Cursos oferecidos pela FBAC pode ser consultada pelo site <www.fbac.org.br>.

transferido para a APAC em função das questões religiosas, e isto não contrarie a laicidade do Estado, o discurso religioso está sendo legitimado pelo Estado (RESENDE, 2013).

Conforme (RESENDE, 2013) a importância de Deus é afirmada visando à remissão e à mudança de vida por intermédio da catequização: “O discurso religioso é afirmado como um aspecto positivo, uma vez que propõe outros tipos de relações, etiquetas e identidade.” (RESENDE, 2013, p. 86). Quem frequenta o Sistema Prisional sabe que, obviamente, dificilmente é possível atestar sobre a fé e crença de um condenado. O preso pode dizer que tem fé ou que pertence a uma determinada religião para usufruir dos benefícios de cumprir sua pena na APAC. Há questões que estão fora do controle da metodologia e de quem a aplica.

O tema da religião nas APACS é tão pertinente que em 2015 o Conselho Regional de Psicologia/04 reuniu alguns psicólogos que trabalham nas APACs de Minas Gerais para um debate sobre este assunto a fim de trocar experiências e conhecer como a Psicologia tem lidado com estas questões, que sempre atravessam a atuação profissional do psicólogo e de áreas afins. Neste debate foi possível perceber que é impossível falar de APAC sem falar de religião; os rituais e a presença de religiosos na instituição são algo muito frequente e acaba sendo a grande referência dos recuperandos na tentativa de construir uma alternativa ao crime. De acordo com Ordóñez-Vargas, objetiva-se transformar a própria unidade prisional em uma comunidade de fé: “[...] além de um novo sujeito individual de corpo dócil e disciplinado, e dotado de uma alma reformada, uma comunidade inteira harmonizada pela fé e pelos preceitos da religião.” (ORDOÑEZ-VARGAS, 2009, p. 205); o objetivo, segundo a autora, seria um novo ideal de comunidade e de vida comum, que objetivaria a prisão pela consciência e não pelas grades.

Foi apontada também a falta de representatividade das diversas religiões que existem no Brasil, principalmente as de matriz africana, mantendo a polaridade entre católicos e evangélicos, fato este que não acontece apenas dentro das prisões, mas também no meio social uma vez que demonstra o preconceito contra as manifestações religiosas e culturais de origem africana (ARAÚJO, 2007). Outro fator importante destacado é a influência que a religião seguida pela direção da APAC pode exercer sobre os recuperandos, uma vez a direção pode priorizar as atividades relacionadas ao seu próprio credo por até mesmo ter mais contato e facilidade de

acesso aos padres e movimentos da Igreja Católica, caso seja católica; e aos pastores e suas ramificações, caso seja evangélica.

O objetivo deste subitem não é criticar ou apontar as lacunas do método e de sua aplicação nas APACs, uma vez que o tema é vasto e o volume de informações, apontamentos e questões para debate são grandes. Objetiva-se, apenas, propiciar uma experiência real e menos teórica de contato com a metodologia esmiuçada no item anterior, descrevendo detalhes do cotidiano local para que o leitor possa ter contornos mais nítidos desta realidade, mesmo sem nunca ter estado em uma APAC. Para quem tiver interesse, todas as APACs estão abertas para visitantes e público externo, em grupos ou individualmente. A presença da sociedade é sempre muito desejada pelos recuperandos e Direção e só este contato permite uma real impressão do que acontece por ali, uma vez que cada um vivencia esta proposta de maneira muito subjetiva, de acordo com os valores e interpretações de mundo de cada sujeito.

No capítulo a seguir o mundo do trabalho será discutido, a partir de teóricos que refletem e teorizam sobre este tema. Desta maneira será possível apresentar a conceituação de trabalho adotada neste estudo e seus possíveis desdobramentos em função da escolha da teoria a ser seguida.

4 DEFINIÇÕES E PROPOSIÇÕES ACERCA DO TRABALHO

O objetivo deste capítulo é localizar o leitor nos pressupostos teóricos conferidos à categoria trabalho dentro deste estudo. Para tanto, vários autores serão utilizados, tendo como referência principal a premissa marxista, que vai nortear a condução da discussão teórica.

4.1 A CATEGORIA TRABALHO EM MARX

4.1.2 A transformação do homem e da natureza

O trabalho é, a princípio, um processo de troca entre o homem e a natureza, em que, pela ação humana, este processo é mediado e regulado. Para se apropriar da natureza e torná-la útil para si o homem usa sua força; valendo-se dos membros do seu corpo, agindo sobre o que lhe é externo, e, desta forma, provoca modificações na natureza e em si mesmo (MARX, 2013). Tal proposição é a base do pensamento marxista em relação ao trabalho, marcando a necessidade da ação humana sobre o ambiente externo, que causa alterações nos objetos e também no ser humano e nas relações estabelecidas.

Conforme Barros e Barbalho (2011), o trabalho não é responsável apenas pela sobrevivência do ser humano, mas também pela transformação que exerce sobre ele, possibilitando-o transformar o mundo. A relação entre homem e natureza é mediada pelo ato laborativo, que permite ao homem modificar o meio social em que vive e também ser modificado por ele em um processo constante e contínuo de interação. Conforme Barros (2005, p. 60):

[...] o trabalho é entendido aqui em seu sentido genérico, como uma expressão de uma relação do ser com a natureza, em sua dupla dimensão de alterar a natureza e ao mesmo tempo autotransformar este ser que trabalha, por meio da relação com a cultura, da identificação com o grupo, da auto realização e do sentimento de auto estima.

Diante de algum obstáculo que dificulte sua vida, por curiosidade ou necessidade, o homem interfere no que está ao seu redor, na natureza, nos objetos e

no contexto em que vive; através de sua força, da transformação de suas ideias em ações e resoluções, de sua ação através do trabalho, interferindo e alterando o curso dos fatos e de sua realidade, por conseguinte, tornando-se outro mediante este processo.

A luta pela sobrevivência e os estágios do trabalho, constituídos a partir de sua própria atividade, são os elementos que concebem a essência do trabalho humano (LUKÁCS, 2013). Como é preciso extrair da natureza os elementos necessários para a sua sobrevivência e dos demais, é em suas proximidades que o homem se estabelece e constitui sua vida social. Como atividade humana por excelência o trabalho possui grande possibilidade de provocar transformações, sejam elas sociais ou individuais. É em torno do seu eixo que a sociedade se organiza, pela produção e pelo consumo, principalmente nas sociedades capitalistas (SERON, 2009).

A atividade laboral demanda uma vontade orientada para um fim, um objeto (aquilo que é encontrado na natureza, sem necessidade de intervenção) e os meios (que são os instrumentos utilizados entre o trabalhador e os objetos). A atividade humana realiza uma transformação no objeto de trabalho, a partir de uma finalidade que antecede o início da execução da tarefa. O uso de ferramentas; os meios de trabalho são característica singular do processo de trabalho humano e também indica o grau de desenvolvimento da força de trabalho e as condições sociais em que se está inserido (MARX, 2013).

O contexto econômico em que se desenvolve um determinado trabalho e o nível de humanização em que os trabalhadores estão inseridos podem ser identificados pelos meios de trabalho utilizados. Na sociedade capitalista a relação entre capital e trabalho, donos dos meios de produção e donos da força de trabalho constituem o próprio ser social inscrevem uma forma própria de existência ao homem. Desta forma, apresenta-se um processo de trabalho que acontece como:

[...] atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso – apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MORAES *et al.*, 2010, p. 36-47).

De acordo com Porto-Gonçalves (2012, p. 21), o fato de o dinheiro ser o mediador universal das relações humanas nas sociedades capitalistas tem origem nos seguintes aspectos: a separação do homem em relação à natureza e a divisão do trabalho. Ao se verem desprovidos de sua capacidade produtiva, homens e mulheres vendem sua força de trabalho aos donos dos meios de produção, vinculando sua existência em termos monetários. Quanto mais separado o ser humano estiver da natureza maior a necessidade de obter dinheiro através do trabalho assalariado, conferindo ao dinheiro o status de mediador da vida. Desta forma:

É um homem que calcula os custos e benefícios; é um homem que visa, sempre, um mais. É o homem burguês que, cada vez mais, precisa mobilizar energias, todas as energias, para o trabalho (não há trabalho sem energia, nos ensinam os físicos). É aquele que nega o ócio, é aquele que vive para o negócio, que chama os que se movem com outros ritmos, por outros tempos, de indolentes e preguiçosos, posto que, para ele, parecem estar sempre atrasados. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 21).

Conforme Antunes (2007), o ser humano é parte da natureza e deve realizar suas necessidades em intercâmbio com ela, encontrando dificuldade para sobreviver sem esta mediação. À medida que o trabalho se afasta da natureza, tornando-se cada vez mais um trabalho abstrato, que é caracterizado por sua grandeza de valor, sem possuir características subjetivas ou peculiares, por ser cada vez mais generalista e ter um tempo de uso determinado (MARX, 2013), o homem afasta também de si mesmo e de suas concepções originárias, tendo que subordinar o seu trabalho às imposições do capital.

Segundo Antunes (2007), nas mediações de primeira ordem a existência é reproduzida por funções vitais de mediação primária como a regulação da atividade reprodutiva e do processo de trabalho, os sistemas de trocas, os regulamentos sociais e a utilização econômica dos recursos materiais, enquanto na mediação de segunda ordem a funcionalidade das mediações da primeira ordem são afetadas pela introdução de elementos fetichizados e alienantes de controle social, que geram separação e alienação entre trabalhador e meios de produção, impondo condições aos trabalhadores sob um poder de mando. Desta forma, a identidade do sujeito é reduzida, pois o trabalhador é personificado como trabalho.

Diante do trabalho estranhado, em que o trabalhador não se reconhece ou não se identifica com o que produz, o sujeito se transforma em força de trabalho, perdendo as possibilidades de reconhecimento e autonomia que poderiam advir da atividade laboral. No trabalho estranhado é garantida apenas a sobrevivência material mínima, vetando qualquer outro tipo de possibilidade ao sujeito que trabalha, que não seja a reprodução deste mesmo trabalho (BARROS, 2005).

4.1.3 A Humanização do Homem

O trabalho esmiuçado aqui diz respeito exclusivamente à atividade realizada pelo homem, não podendo ser comparada, por exemplo, com as tarefas executadas pelos animais, uma vez que a diferença aparece na capacidade de planejar o que se faz e atingir um resultado que já existia no campo das ideias, habilidade restrita ao ser humano (MARX, 2013). Dentre outras, são estas as características que diferem o trabalho humano do trabalho realizado pelos outros animais, que possuem apenas o objetivo de sobrevivência e adaptação ao meio do qual fazem parte.

O trabalho surge, portanto, como uma categoria fundamental de diferenciação entre o homem e o animal, determinante da própria característica de humanidade, pois é através dele que acontece a humanização do mundo e dos indivíduos (MORAES *et al.*, 2010). O sujeito passa pelo processo de se constituir como ser humano através da experiência do trabalho, pois é nela que se vivencia os processos responsáveis por sua humanidade, tais como desenvolvimento das demais categorias sociais, estabelecimento do relacionamento e interação com seus pares, transformação da natureza, criação de grupos de pertença aos quais se identifica e se vincula.

Também Engels atribui ao trabalho o lugar central no processo de humanização do homem, ainda que o processo seja lento, não o isenta de ser um salto devido às mudanças estruturais e qualitativas que produziu, constituindo uma ruptura, geradora das demais categorias, como a linguagem e a sociabilidade (LUKÁCS, 2013). O autor propõe, portanto, que as demais categorias que descrevem o ser humano surgiram a partir da experiência do trabalho, sendo a prática laborativa o que fundamenta a existência humana, uma vez que todas as outras categorias se desenvolvem a partir dela ainda que simultaneamente.

A humanização adquire um aspecto de autocriação neste processo de transformar a natureza pelas vias do trabalho (MARX, 2013). Por meio do ato laborativo ele se constitui enquanto sujeito que se relaciona, que possui ideias e propósitos, que desenvolve a linguagem, que estabelece vínculos e trocas com os demais, numa constante interação com o outro neste processo de formação de si mesmo. É no trabalho e a partir dele que o homem supera os limites da natureza e se constrói humanamente (MORAES *et al.*, 2010).

4.1.4 A Origem da Práxis Social

Ao trabalho é atribuído um lugar privilegiado no salto ontológico entre o homem biológico e o ser social, uma vez que as demais categorias já possuem características essencialmente sociais, indicando um ser social já constituído anteriormente, o salto ontológico já efetivado (LUKÁCS, 2013). Nota-se, desta forma, o papel fundante do trabalho em relação ao ser social, ou seja, o ser humano dotado de capacidade e potencialidade para a convivência, a relação e a interação, características estas que nos identificam como humanos e nos diferencia dos animais.

As categorias que constituem o ser social não podem ser compreendidas senão em conjunto e interação. Apenas à categoria trabalho é conferido o caráter de transição, entre o ser orgânico e o ser social. Portanto, o trabalho é o fenômeno originário, que cria a partir de si o modelo de ser social (LUKÁCS, 2013). É através dele que as relações sociais são estabelecidas e que o ser humano consegue se enxergar dentro do seu meio social, que o identifica.

O próprio trabalho também é uma categoria social, que só se constitui a partir das relações sociais. A vida social é formada por uma imensa variedade de atividades constituídas devido às necessidades surgidas a partir das relações dos homens entre si e, de certa forma, tais atividades sempre estão articuladas ao trabalho (LESSA, 2012). Ele é o núcleo pelo qual se desenvolvem as demais categorias, sendo ele o organizador, mediador e propulsor destas relações.

Freud (2010 *apud* CASTRO; RODRIGUES, 2015) destaca o trabalho como categoria central na formação da civilização, tendo o homem destinado seus impulsos e desejos para o trabalho, tornando-os construtivos. Neste sentido, o trabalho ultrapassa a dimensão objetiva de sua existência, para constituir-se como espaço de

subjetivação saudável. O trabalho possui em si o potencial de propiciar não apenas a sobrevivências, mas também a constituição psíquica do ser social.

O trabalho se apresenta, enfim, como fator socializador por excelência, categoria imprescindível no desenvolvimento psíquico, social e físico do homem, tendo conferido ao ser humano a capacidade de socialização e civilização. A consciência humana só surge a partir da atividade social dos homens, pelo trabalho e pela linguagem e como consequência dessa atividade social. O sentimento consciente de pertença ao gênero humano também se desenvolve desta forma por intermédio da cooperação e da convivência.

Ainda que o surgimento da sociabilidade seja simultâneo ao trabalho, é a partir do ato laborativo que sua origem é possibilitada. Desta forma, ao comparar com as categorias anteriores do ser, o trabalho é uma categoria qualitativamente nova na ontologia do ser social, que faz com que a consciência humana seja caracterizada como atividade autogovernada. Dentro deste contexto, atribui-se ao trabalho o sentido de modelo de toda práxis social, categoria ontológica central, fundante da vida social e das relações humanas pelo qual acontece um pôr teleológico.

4.1.5 O Pôr Teleológico

O pôr teleológico realizado através do trabalho é uma experiência elementar da vida humana, confere ao trabalho o caráter de finalidade, de ação orientada para um fim. Ele permite que uma atividade ideativa, existente inicialmente no plano das ideias, transforme-se em uma realidade objetiva, de ordem material, através da ação humana (LUKÁCS, 2013). Neste contexto, o sentido do trabalho adotado neste estudo vai ao encontro destas premissas, creditando ao trabalho o papel de importante regulador da vida social, responsável pela nomeação do sujeito em seu grupo de pertença e propulsor da construção dos demais vínculos sociais que fazem parte da vida cotidiana.

É por meio da atividade laborativa que o ser humano passa a ter consciência de um objetivo; através de sua ação começa a partir de então a conferir propósito aos seus atos e intenções. O trabalho possui uma determinação constitutiva que faz dele uma atividade vital realizada através da projeção do resultado final da sua ação e da reflexão sobre os meios e os resultados.

De acordo com Moraes *et al.* (2010, p. 42):

A atividade produtiva humana, conforme a análise marxista elucidada é, ao mesmo tempo, produção do objeto de sua necessidade e produção de si enquanto indivíduos sociais e singulares: o homem no ato de produzir e reproduzir os objetos de sua necessidade produz a si genérica e individualmente.

O caráter teleológico do trabalho cria uma outra objetividade que possibilita o surgimento do mundo dos homens, sem deixar de lado a finalidade contida no exercício do ato laborativo. A intenção clara que existe por trás de cada trabalho, seus objetivos, no caso; se articulam com a natureza criando uma nova objetividade, responsável pela humanização do homem que trabalha (LUKÁCS, 2012).

Considerando a dimensão do pôr teleológico, que reveste a atividade trabalho de propósitos e causalidade, causa estranhamento portanto realizar um trabalho que seja inútil, que esteja intrincado por outros sentidos, como por exemplo a da simples ocupação do tempo de vida de que trabalha, como é o caso dos presos, apontado por Foucault (2014), diante da inutilidade do trabalho no sistema prisional.

Um trabalho inútil contraria a existência de um pôr teleológico, pois desconsidera uma das premissas mais importantes da categoria trabalho, que é a de possibilitar ao homem transformar em realidade objetiva o conteúdo de suas ideias abstratas. Se não há campo ideativo anterior, que imagine e crie em sua consciência o que pode ser realizado na natureza através do trabalho, o ofício se torna totalmente destituído do seu sentido original.

4.2 A PERSPECTIVA ATUAL DO TRABALHO

O trabalho assumiu ao longo da história diversos significados, de acordo com o momento histórico vivenciado. A ele já foi atribuído um sentido lúdico, o mesmo já foi considerado uma maldição e também uma forma de expiação dos pecados. Durante a Idade Média ele era utilizado como meio de fugir das tentações, enquanto a Reforma Protestante imbuíu ao mesmo os signos do dever, do direito e do caminho para a salvação, atrelando fé e prosperidade (MARTINS, 2010).

Com a Revolução Industrial ele começou a ser associado a uma expressão da criatividade humana, sendo atualmente uma atividade em processo de questionamento em relação ao seu status (MARTINS, 2010). Apesar de já ter sido vinculado a diferentes significantes e de ter sua prática utilizada muitas vezes de maneira deturpada, no recorte deste estudo o trabalho será referenciado em seu sentido de posição central na construção da vida social, capaz de conferir sentido à vida humana, pois promove sua sociabilidade e o constitui como sujeito a partir do momento que fornece as bases para a sua constituição identitária.

Entre os povos das sociedades primitivas as atividades humanas como caça, artesanato, cuidado com os doentes, etc; possuíam significados sagrados, associados aos dons, às festividades e celebrações. Na sociedade industrial, o sentido do trabalho está vinculado à utilidade em substituição do caráter sacro referido anteriormente (MARTINS, 2010). Desta forma, o que permeia a relação homem/trabalho é a racionalidade utilitarista, a serventia do resultado produzido através do trabalho, sua eficácia e adequação às necessidades do mercado e não a interação do homem com o seu trabalho e os possíveis desdobramentos desta interação.

A civilização ocidental encontra na mitologia grega, no mito de Sísifo (que foi obrigado a carregar uma pedra até a colina e fazê-la rolar, de forma repetida), a simbologia exata para a sua relação com o trabalho. A metáfora remete à angústia provocada pelo trabalho penoso e sem sentido, numa vinculação do trabalho com atividade imposta, sofrida, maldita. Outras associações fazem referência a esta ideia, como o castigo de Adão, que expulso do paraíso por ter pecado, fora obrigado a trabalhar. Outro exemplo diz respeito à escravidão, que seria a condenação dos vencidos, que, ao serem subjugados, são obrigados ao trabalho. Em contrapartida, na civilização oriental o trabalho não se encontra vinculado ao sofrimento ou à pena (MARTINS, 2010).

Obviamente, a relação homem-trabalho é construída a partir de exploração, contradições, prazer e sofrimento. No trabalho contemporâneo as formas de exploração e subjugação se mostram cada vez mais sutis, mas com resultados não menos danosos. A presença totalizadora do trabalho transformou o tempo de vida em simplesmente tempo de trabalho, uma vez que por uso das tecnologias de comunicação as tarefas do trabalho invadiram a esfera doméstica, fazendo com que os funcionários estejam sempre disponíveis e em condições de serem “acessados” pelas empresas (PORTO-GONÇALVES, 2012).

O novo homem produtivo é formado pelo capital através de uma ideologia de valores, que intensifica o fenômeno do fetichismo de mercadoria. Tais valores estão inseridos na linguagem social, capturando a subjetividade no ambiente de trabalho e na vida social. Os conteúdos de treinamentos estão imbuídos de conceitos relativos à proatividade e aos comportamentos colaborativos, que repassam a responsabilidade para o sujeito. É solicitado ao trabalhador mudar sua postura diante do processo produtivo como forma de adaptar-se à necessidade de modernidade, qualidade e competitividade, sendo estas mudanças apresentadas como inevitáveis, o que ressalta uma característica importante do fetichismo: descartar a dimensão histórica dos fatos.

Martins debate em seu artigo sobre a possibilidade da sociedade pós-industrial conseguir recuperar o sentido original do trabalho, seu caráter criativo e emancipatório, superando o utilitarismo. O que pode inviabilizar tal percurso é a função política do trabalho, uma vez que o mesmo começa a ser utilizado como forma de controle social, dentro de um viés político.

4.2 PRECARIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Em meados de 1970 a crise do capitalismo atingiu os principais países capitalistas provocando várias transformações que geraram desemprego em massa e exclusão social, principalmente dos jovens. Estas transformações foram fruto, principalmente: da queda da taxa de lucro pelo trabalho, esgotamento do padrão de acumulação, retração do consumo devido ao desemprego estrutural, hipertrofia da esfera financeira, maior concentração de capitais e necessidade de retração dos gastos públicos, que tiveram que ser transferidos para o capital privado (ANTUNES, 2007).

A natureza da crise altera-se, tornando-se uma crise estrutural gerando mais desemprego e precarização do trabalho (ANTUNES, 2007). Destruição do meio ambiente em escala generalizada, altos índices de desemprego e a flexibilização do trabalho cada vez mais acentuada são os traços marcantes da reestruturação produtiva do capital (ANTUNES, 2007). Embora o mundo do trabalho se apresente de maneira cada vez mais adversa ao trabalhador, o trabalho continua sendo considerado como um valor em si mesmo e a ideia de que apenas ter um trabalho já

garante ao sujeito uma vida dentro da legalidade é constantemente reforçada, o que não procede, pois trabalhos precários em condições inadequadas não permitem uma vida valorizada (BARROS, 2005).

A desordem do mundo do trabalho em função da concentração de capitais e da modernização restringiu oportunidades e gerou competitividade entre todos, criando um cenário seletivo e excludente (ZOMIGHANI, 2013). A dificuldade de ingresso no mercado de trabalho é para todos, mas é ainda maior para os que não possuem qualificação profissional e dispõem de uma baixa escolaridade. Conforme Marx (2013), o trabalhador foi nivelado às mesmas condições de uma mercadoria qualquer e ainda tem que ser grato caso encontre algum comprador. Em um cenário de crise e desemprego estrutural, é ele quem necessariamente mais perde.

Se o trabalho se caracteriza por ser fonte de expressão da humanidade e produtividade e condição de pertencimento social, o desemprego e a ausência de trabalho carregam consigo uma condição perturbadora, de trabalhadores que não trabalham e por isso estão excluídos do processo produtivo, em função da desregulamentação do trabalho. A partir da década de 90, o setor informal e o emprego flexibilizado avançou sobre o trabalho formal, chegando a representar a forma de trabalho de 58% dos trabalhadores das grandes cidades brasileiras, em 1998. A inserção no mercado de trabalho passa a acontecer mais no setor informal, o que aumenta a precarização e a desregulamentação (SERON, 2009).

Os baixos salários, a atividade precarizada e o rendimento incerto restringem o sujeito e, conseqüentemente, a sua família, em relação a projetos futuros, ao acesso a bens, serviços e ao consumo. Na sociedade capitalista em que vivemos, incentivadora e propulsora do consumo, estas restrições geram desconforto, principalmente quando se tem alternativas de ganhos reais e muitos maiores pela via da ilegalidade. Conforme Seron (2009), uma das características da sociedade atual é exigir que o trabalho proporcione ao trabalhador a condição de ser um consumidor ativo, não basta simplesmente ter um emprego, é preciso poder usufruir do consumo para fazer parte do contexto e ser aceito socialmente, fazer parte e ser integrado ao meio.

4.3 O TRABALHO E A CONDENAÇÃO

A partir da década de 70, com a globalização e os novos arranjos do mundo do trabalho há uma nova ordem social com formas de controle que objetivam manter e reproduzir esta mesma ordem através da punição, segregação, adestramento, exclusão e classificação, negando toda e qualquer diferença, que deve ser eliminada. A categoria trabalho também passa a ser utilizada como forma de segregação social, numa separação entre trabalhadores e desocupados, que são considerados vagabundos (SERON, 2009).

A vinculação entre desemprego e vagabundagem e a rotulação da população pobre como traficantes e bandidos fazem parte do mecanismo de controle social que visa transformar as “classes perigosas” em classes trabalhadoras, vinculando a existência dos jovens, principalmente os de periferia, essencialmente ao crime (BARROS, 2005).

Conforme Foucault (2014), o trabalho humano é a matéria prima para a geração do valor vinculado ao tempo de condenação, como referência para a duração da privação da liberdade, na perspectiva da gestão de vidas humanas. No momento em que surgiram, as prisões representavam as relações de produção e exploração, com ligação estreita com o mundo do trabalho. A moral demandava a transformação dos transgressores em sujeitos economicamente úteis ao sistema dominante. Ao objetivo da privação da liberdade somou-se a intenção de disciplinar e preparar para o mundo do trabalho. A formação de uma ideologia em torno do mundo do trabalho, com a instituição de pares contraditórios baseados no bem e no mal, como cidadão de bem/criminoso, trabalha a serviço do controle social, de uma limpeza urbana e da formação de indivíduos bem adaptados ao trabalho (ZOMIGHANI, 2013).

A carteira de trabalho assinada, ou seja, o vínculo empregatício formal passa a ser um importante fator de controle dos excluídos, uma vez que é instituído o vínculo entre ser trabalhador e não ser bandido (BARROS, 2005). Ter um trabalho formal distancia o sujeito de ser um criminoso, ao mesmo tempo em que estar desempregado ou exercer atividades precarizadas, sem respaldo legal, o aproxima da criminalidade, fazendo com que o indivíduo seja um alvo fácil para detenções policiais, ainda que o único crime seja ser pobre.

Em relação ao público deste estudo, os presos e egressos do sistema prisional, mais especificamente da APAC de Campo Belo, este cenário econômico afeta ainda

de forma mais impactante trazendo resultados mais catastróficos. Não é raro observar a marginalização na história de vida dos apenados, caracterizados por ser uma população jovem com remuneração insuficiente e baixa escolaridade (SERON, 2009).

O perfil dos presos que ocupam o sistema prisional brasileiro é muito semelhante ao dos desempregados, esta população é caracterizada por ser do sexo masculino, jovem, solteira, pobre e de baixa escolaridade, evidenciando o processo de exclusão social e a degradação das condições de vida dentro e fora das grades, marcadas pela desigualdade e crescimento da pobreza (SERON, 2009). Outra característica dos presos que se assemelha às características da população desempregada do país diz respeito às ocupações desempenhadas por eles anteriormente. O tipo de função laboral exercido pelo detento antes da prisão revela a origem social do mesmo, que é frequentemente marcado pelos baixos rendimentos em relação à atividade que ele executava, o que por si só já o segrega (ZOMIGHANI, 2013).

Conforme o Relatório de Pesquisa sobre Reincidência Criminal no Brasil (2015), é um dever do Estado disponibilizar trabalho prisional ao detento, que pode aceitá-lo ou não. Tal trabalho não se adequa às normas da CLT e sua remuneração é obrigatória e não deve ser inferior a três quartos do salário mínimo. O trabalho pode ser realizado dentro da unidade prisional e é voltado para o regime fechado. É possível conceder trabalho externo em obras públicas aos presos do regime fechado, desde que alguns aspectos da segurança sejam cumpridos. No regime semiaberto o trabalho possui um caráter já voltado para a reintegração social.

Como já foi explicitado anteriormente, na descrição do método APAC há diferenças quanto a alguns aspectos relacionados ao trabalho, por exemplo. O trabalho no regime fechado é voltado para a laborterapia, possui objetivos relacionados à reflexão e realização de uma atividade introspectiva, enquanto no regime semiaberto o foco está voltado para a profissionalização, com cursos, trabalho externo e trabalho na própria APAC, quando possível (OTTOBONI, 2004). Nem sempre esta separação é seguida literalmente nas APACs. Em maio de 2016, por exemplo, a APAC de Campo Belo em parceria com a escola móvel do SESI/SENAI recebeu pelo período de 30 dias o curso de Elétrica Predial. Este tipo de curso deve acontecer no regime semiaberto, pois está voltado para a profissionalização e a inserção no mercado de trabalho. Como o número de recuperandos no semiaberto estava reduzido naquele momento (eram noverecuperandos, na época) preferiu-se

realizar o curso no regime fechado, através de autorização da FBAC e do Juiz responsável pela APAC local, pois assim os mais de 40 recuperandos do regime fechado poderiam ser beneficiados, alcançando um resultado mais abrangente.

A questão da remuneração também traz algumas observações. Geralmente, o recuperando do regime fechado possui uma renda vinda da venda dos artesanatos que fabrica e que frequentemente são vendidos pela família. A renda dos recuperandos do semiaberto depende da produção de cada um, não há um valor fixo estipulado uma vez que oscila de acordo com a demanda de trabalho, por exemplo, nas atividades de “tirar linha” das calças jeans de fábricas de costuras locais, em que cada dia há uma quantidade de trabalho variável. Conforme Barros (2005), a população carcerária é utilizada como mão-de-obra barata na execução de atividades monótonas, repetitivas e desvalorizadas, que geralmente não exigem qualquer conhecimento anterior, especializando os presos em movimentos e gestos repetitivos.

Os resultados da pesquisa desenvolvida por Seron (2009) apontam que mesmo o trabalho precarizado, configura-se como um elemento de integração social do egresso, sendo, portanto, uma condição importante em sua trajetória, pois minimiza os danos materiais, é uma exigência para que ele usufrua dos benefícios legais e é a única alternativa que pode mantê-lo distante da criminalidade. Tais conclusões são corroboradas por Barros (2005) que afirma que estas atividades são bem-vindas porque oferecem uma alternativa ao tédio e à inércia das prisões, além da possibilidade de ganho de remição.

No próximo capítulo a metodologia de trabalho adotada nesta pesquisa e seus possíveis desdobramentos serão apresentados.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizará algumas técnicas como suporte para o seu desenvolvimento, por discorrer sobre temas que necessitam de várias formas de exploração. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa sobre o tema da APAC. Por mais que a instituição já exista há mais de 40 anos isso se fez necessário uma vez que não há algum livro específico que relate esta história de forma linear e organizada. Mário Ottoboni, o principal escritor e maior referência da entidade, não escreve de maneira científica, utiliza-se da escrita informal para relatar os fatos históricos e episódios que caracterizam a formação e o desenvolvimento das APACs. Tentou-se, portanto, fazer um resgate histórico da APAC, desde o seu início, a fim de contextualizar seu surgimento para melhor compreender suas premissas de trabalho.

A observação participante norteia também a pesquisa, uma vez que o interesse pelo tema surgiu exatamente pela vivência da autora na instituição e nas experiências de acompanhamento com os recuperandos da APAC de Campo Belo, que é a instituição de referência deste estudo. Renato Silveira da Silva (2013) afirma que a observação participante acontece sempre em locais comunitários com relevância para as questões propostas no estudo, sendo que o pesquisador se aproxima dos participantes da pesquisa em seu próprio ambiente, diferente do que ocorre comumente em outros tipos de investigações. Desta forma, a perspectiva de quem vivencia o fato e de quem o investiga são mais similares, não existindo um distanciamento da realidade vivida e investigada.

Para organizar de modo formal as observações realizadas pela autora foi feito um Diário de Campo (APÊNDICE A), que serviu de referência reflexiva para a autora e espaço para desenvolvimento de ideias e percepções pessoais. O mesmo se encontra anexado no final do texto.

Para a constituição de qualquer trabalho acadêmico é necessário rever como o tema tratado tem sido abordado por outros autores a fim de constituir o embasamento teórico sobre o assunto e conhecer os estudos atuais sobre a temática escolhida. A revisão de literatura objetiva uma síntese de diferentes tópicos para promover o conhecimento sobre um determinado tema, sendo o primeiro passo para a construção deste conhecimento e ainda que não constitua propriamente um método de pesquisa neste caso, serviu de aparato para o desenvolvimento dos tópicos de referência para o estudo. No caso da revisão de literatura narrativa, utilizada neste estudo, é feito uma

busca por um assunto específico em acervos da literatura para descrever o estado de um assunto específico possibilitando a aquisição e atualização do conhecimento sem fornecer os critérios utilizados na seleção dos trabalhos ou a metodologia para a busca de referências (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

5.1 AS ENTREVISTAS

As entrevistas em profundidade foram realizadas com os recuperandos e egressos da APAC de Campo Belo com o objetivo de investigar sobre a temática do trabalho, conforme Roteiro de Entrevista no APÊNDICE B, sendo que todo o material foi gravado com a autorização dos mesmos. Desta forma, foram entrevistados 10 sujeitos, sendo cinco egressos e cinco recuperandos do regime semiaberto, no período de maio a setembro de 2016. O número de entrevistados foi estabelecido por conveniência. As entrevistas tiveram um tempo de duração variado entre 54 minutos a 1 hora e 56 minutos de duração e todas elas foram transcritas integralmente para que fosse possível executar a análise de conteúdo

A decisão de entrevistar recuperandos do semiaberto e egressos foi baseada em alguns motivos como, por exemplo, a dificuldade em ter acesso a muitos egressos, uma vez que eles já não frequentam mais a instituição e a maioria não mantém o vínculo com o local. Não há um trabalho desenvolvido pela APAC de Campo Belo no sentido de acompanhar de forma mais sistemática o retorno dos recuperandos ao convívio social. Outro motivo de entrevistar também os atuais recuperandos foi a possibilidade de ter relatos atuais sobre como está sendo instituída a questão do trabalho no regime semiaberto na APAC naquele dado momento, através da fala de quem ainda está vivenciando este processo.

Os recuperandos que foram entrevistados do regime semiaberto já possuíam o direito ao trabalho externo, portanto, trabalhavam o dia todo e só voltavam à APAC para dormir e nos finais de semanas ou dias não trabalhados. Nesta época, a população prisional do regime fechado da APAC de Campo Belo era formada por 47 recuperandos, sendo que apenas nove recuperandos tiveram sua admissão na APAC realizada no ano de 2014 ou em anos anteriores, os demais chegaram no local em 2015 ou posteriormente. No regime semiaberto, havia 16 recuperandos, sendo que dez chegaram à APAC de Campo Belo ainda em 2016, 3 chegaram em 2015 e 3 se

encontram presos no local desde 2014. As entrevistas dos recuperandos do regime semiaberto aconteceram no Salão da APAC, utilizado para reuniões e encontros, sempre com a presença apenas minha e do recuperando. As do egresso foram feitas no meu consultório, lugar onde haveria privacidade e resguardo em relação ao mesmo.

Como forma de critério para a seleção dos entrevistados, ficou estabelecida a utilização da amostragem por bola de neve, em que um entrevistado indicaria o próximo a ser entrevistado, dando assim sequência às demais entrevistas. Obviamente, há uma limitação neste estudo que é a dificuldade em acessar os egressos que retornaram para o crime. Geralmente, os egressos que mantêm seus vínculos com o local ou com algumas pessoas de referência da APAC são aqueles que conseguiram se organizar dentro das vias da legalidade. Dificilmente, um egresso que retornou para a criminalidade continua tendo contato e volta para cultivar seu vínculo com a instituição e as pessoas que estão por ali, portanto, esta é uma limitação deste trabalho.

Em relação aos egressos, há duas situações. Há aqueles que ainda estão cumprindo o regime da condicional, com a obrigação de comparecer mensalmente no Fórum do município para assinatura de documentos e há aqueles que já cumpriram integralmente sua pena e não possuem pendências judiciais. No caso deste estudo, ambos estão caracterizados em uma mesma população, a de egressos. Quanto a eles, eu sabia que o contato com os mesmos poderia ser mais complexo, uma vez que não é possível determinar com clareza quais deles haviam retornado à criminalidade e talvez os que estivessem vivendo esta situação não se apresentariam. As formas possíveis de chegar até o egresso foram pensadas por mim também, tomando cuidado com a abordagem escolhida, chegando a conclusão da adequação da amostra por bola de neve.

Desta forma é possível enxergar uma limitação do estudo, uma vez que em relação aos egressos, possivelmente os que foram indicados não retornaram à criminalidade ou estão tentando manter este estado em que se encontram. Dificilmente os que voltaram para a vida do crime seriam citados para a realização da entrevista e talvez fosse complicado ir espontaneamente até essas pessoas em função da dificuldade do acesso e até mesmo em relação à segurança. Esta é uma ressalva percebida pela autora desta pesquisa, que embora não influencie a

importância dos resultados alcançados e seus possíveis desdobramentos, indica uma delimitação em relação aos entrevistados.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à interpretação dos dados, ela será feita através da análise de conteúdo. Esta forma de análise trabalha com a materialidade linguística por meio das condições empíricas do texto, ou no caso deste estudo, da fala, através do estabelecimento de categorias de interpretação que focam no conteúdo expresso no texto, visando compreender o pensamento dos sujeitos pesquisados através de uma concepção transparente da linguagem (CAREGNATO; MUTTI, 2005). Conforme Rocha e Deusdará (2005), o objetivo da análise de conteúdo seria alcançar um significado enraizado, um sentido estável que advém do autor da fala ou da escrita na própria produção daquele conteúdo.

A análise de conteúdo busca compreender o discurso além dos significados imediatos, sempre à procura de outras realidades, visando o tratamento da informação repassada na mensagem. O pesquisador, neste momento, é aquele que define as unidades de codificação, de registros ou de contextos com o objetivo de encontrar uma similaridade entre as estruturas semânticas e da linguagem com as estruturas subjetivas ou sociológicas. Para que seja possível obter informações dos discursos é preciso que as mensagens sejam tratadas para que possam ser transformadas em representações condensadas e explicativas do tema em estudo (BARDIN; RETO; PINHEIRO, 2011). A partir destes pressupostos, a análise de conteúdo foi a forma mais adequada encontrada para analisar os relatos obtidos nas entrevistas realizadas com os recuperandos.

Para catalogar e analisar os dados obtidos através das entrevistas foram criadas categorias de análises que possuem como objetivo identificar os diversos sentidos atribuídos ao trabalho por recuperandos e egressos da APAC de Campo Belo. Todos os nomes dos entrevistados foram trocados, conforme combinado com recuperandos e egressos. Segue, portanto, o quadro com a discriminação dessas categorias, que serão amplamente discutidas no próximo capítulo que diz respeito aos Resultados.

Quadro 1 - As Categorias de Análise

(continua)

Categorias de Análise - Os Sentidos do Trabalho			
Sentidos Atribuídos ao Trabalho	Fundamentação Teórica	Regime Semiaberto	Egressos
Sentido de Sobrevivência e financeiro	Marx (2013), Lukács (2013) O trabalho como elemento necessário à sobrevivência. Baudrillard (2008) O trabalho que visa apenas a possibilidade de consumo.	“O trabalho significa tudo né” (Alisson) “A maioria das pessoas trabalham porque precisam” (Wilker)	“Sem trabalho não dá” (Sávio) “Trabalho é um modo da gente viver, de ganhar a vida” (Sívio) “E um trabalho honesto é muito difícil te proporcionar luxo, muito difícil” (Sávio) “mais é sobrevivência, questão do dinheiro, mais financeiro” (Sívio)
Sentido de Legalidade e Honestidade	Barros (2005) O homem honesto é o homem que trabalha.	“O trabalho dignifica o homem né...” (Alisson) “Graças a Deus sempre gostei de trabalhar, sempre trabalhei” (Elimar) “[...] fazer o serviço bem pra você ser um empregado bom e ficar fiel né, ao seu empregador.” (Jobber)	“[...] eu sempre fui um cara que trabalhou” (Walmor) “[...] o trabalho é o caminho correto” (Zeca) “[...] dinheiro que eu dava muito valor porque era fruto do meu trabalho. (Saulo)”
Sentido de Ocupação	Foucault (2014) Obrigação de estar sempre ocupado, realizando qualquer atividade, mesmo que sem sentido ou objetivo algum, apenas para que não incomode.	“Serve para distrair, ocupa a mente sempre trabalhando” (Wilker) “Ficar à toa é muito ruim. Melhor fazer qualquer coisa” (Antônio)	“Trabalhar é uma ocupação [...] a gente esquece dos problemas.” (Sívio) “[...] através do trabalho a gente ocupa muito a cabeça pra não fazer outras coisas erradas” (Walmor) “Se você ocupar o tempo no trabalho é melhor” (Zeca)
Sentido de Obrigatoriedade e Imposição	Foucault (2014) Criar e manter o hábito, o apego e o amor ao trabalho.	“Meu pai não deixava a gente estudar, era só trabalho” (Wilker)	“Além de ser uma obrigação do homem, do ser humano, trabalhar” (Zeca)

Quadro 1 - As Categorias de Análise

(conclusão)

Categorias de Análise - Os Sentidos do Trabalho			
Sentido de Convívio e Interação social	Marx (2013), Lukács(2013) e Antunes (2007) Trabalho como categoria que inaugura a práxis social.		“[...] aprender a conviver com as pessoas através do trabalho” (Saulo) “[...] a parte de relacionamento com as outras pessoas, que também ajuda bastante” (Saulo)
Sentido de Transformação	Marx, (2013) Lukács (2013) e Antunes (2007) Capacidade do trabalho de modificar o homem e a natureza, através da relação que estabelecem.		“O trabalho é uma coisa que me engrandece” (Zeca) “[...] todo mundo quer ser reconhecido” (Zeca) “[...] ninguém melhor do que eu pra poder levar o diálogo como entendimento” (Miguel)

Fonte: Quadro desenvolvido pela autora

Os temas escolhidos como tópicos de análise foram os que mais apareceram nas falas dos entrevistados em relação ao sentido do trabalho e todos eles estão inseridos no referencial que caracterizou o trabalho inicialmente.

Em relação ao sentido de sobrevivência, Marx (2013) e Lukács (2013) reiteram a importância da possibilidade de sobreviver a partir do resultado do próprio trabalho, Baudrillard (2008) problematiza a questão trazendo o aspecto financeiro relacionado ao consumo exacerbado, em que a sociedade de consumo estabelece relações a partir da possibilidade de compra, mediadas sempre pelos objetos e não pelas pessoas. Sobre o sentido da legalidade e honestidade, Barros (2005) afirma que o trabalho está vinculado aos preceitos de honestidade, sendo considerado honesto e dentro da legalidade apenas quem está trabalhando.

Em relação ao sentido de ocupação, Foucault (2014) discorre sobre a necessidade de manter as pessoas e os presos ocupados, para que não perturbem ou questionem a ordem vigente, contrariando o pôr teleológico relativo ao trabalho (LUKÁCS, 2013) que atribui ao mesmo a necessidade de finalidade, de motivos e intenções para que ele se realize. No que se refere ao sentido de obrigatoriedade e imposição, Foucault (2014) discorre sobre a intenção de que presos e operários

adquiram amor e costume pelo trabalho, pois como seu único bem são seus braços é preciso viver do produto do seu trabalho, para evitar assim os delitos. A atuação sobre o indivíduo desde o início de sua vida deve ser constante através de uma disciplina ininterrupta.

Sobre o sentido de convívio e interação social, Marx, Lukács e Antunes estabelecem o trabalho como categoria que promove a transição entre o ser orgânico e o ser social, capaz de promover os vínculos sociais e o sentimento de pertença a determinado grupo. Quanto ao sentido de transformação, Marx, reiterado por Lukács e Antunes apresenta a capacidade do trabalho em modificar o ser humano ao mesmo tempo em que modifica a natureza, ou o ambiente em que vive e, portanto, as demais pessoas de seu meio social.

No próximo capítulo, os sentidos citados pelos entrevistados serão esmiuçados a partir de suas falas e percepções.

6 OS SENTIDOS DO TRABALHO

A tentativa de trazer o tema do trabalho para a reflexão dos recuperandos e egressos foi difícil em quase todas as entrevistas uma vez que não é um tema comumente debatido pela perspectiva do sentido do trabalho, mas sim pelas questões do mercado, de empregabilidade e possibilidades de reinserção no mundo do trabalho.

Diante dessa provocação foi perceptível a dificuldade em se falar sobre este tema e em verbalizar o que pensavam a respeito. Foi difícil nomear a palavra trabalho, dar a ela significantes e significados. Ficavam em dúvida sobre exatamente o que eu queria saber, sendo que às vezes confundiam o trabalho em si, com o trabalho da APAC, por exemplo. Pareceu difícil para eles pensarem no trabalho como uma categoria e conteúdo para reflexão ou para questionamento, pois foi preciso esclarecer melhor a pergunta, tornando-a mais abrangente para que conseguissem falar mais sobre a temática. Esta postura dos entrevistados já revela o quanto o trabalho automatizado e sem reflexão é a regra para eles, que ainda não haviam observado o assunto desta maneira e que a crítica e a ponderação sobre as atividades que realizam ou já realizaram ao longo da vida se mostrou uma provocação inusitada.

Em algumas entrevistas, ficou claro o desejo do sujeito que estava diante da entrevistadora em relatar também sobre outros assuntos sobre os quais ele discorria com maior facilidade, como por exemplo, suas histórias com o crime, suas aventuras amorosas, seu relacionamento familiar ou questões com o uso abusivo do álcool ou drogas. O trabalho era apenas o pano de fundo dos relatos, mas não o assunto principal para o entrevistado, uma vez que foram as outras esferas da sua vida que lhes trouxeram histórias sobre si mesmo e sua relação com o outro. Era sobre outros assuntos que eles contavam com desembaraço, sobre algumas experiências das quais se orgulhava ou tinha vergonha, e foram estas as vivências que haviam marcado sua trajetória.

Na maioria dos casos, o potencial constitutivo do trabalho, seu caráter norteador da vida social e de vinculação a um grupo social foi realizado por outras esferas da vida dos entrevistados, geralmente pelo crime, que forneceu identidade, reconhecimento, recursos financeiros e materiais, respeito e status, atributos geralmente associados ao trabalho.

6.1 SENTIDO DE SOBREVIVÊNCIA E FINANCEIRO

Nas falas dos recuperandos do semiaberto percebemos o significado do trabalho atrelado a conceitos como sustento, dinheiro, honestidade, sobrevivência, dignidade. Basicamente, não há aprofundamento sobre a atividade trabalho, que se restringe a garantir a sobrevivência do trabalhador e de sua família, perdendo suas demais potencialidades, como a de modificação do ser humano e de transformação do mundo através de sua prática. Não existe reflexão sobre a atividade desempenhada, que é executada de forma alienada e visando apenas o resultado final, que não consiste no processo produtivo e no produto final ou nas relações mediadas pelo trabalho, mas sim no resultado financeiro e monetário oferecido pelo trabalho.

O trabalho, né, acho que o trabalho significa tudo né... Porque é onde a gente vai tirar o próprio sustento honestamente, o trabalho honesto. Com certeza quando a gente tá no trabalho ali a gente vai tirar o sustento da nossa família e honesto né, honesto (ENTREVISTADO ALISSON).

Tem que ter o ganho financeiro, a maioria das pessoas trabalham porque precisam (ENTREVISTADO WILKER).

Desta forma, a todo o momento o trabalho é relacionado à garantia da vida, uma vez que só é possível sobreviver se estiver trabalhando e se trabalha apenas para que seja possível perpetuar a existência, apenas isso, contrariando todas as possibilidades de transformação do mundo e de si mesmo, defendida por diversos autores, através da prática laboral (2013). O resultado final do processo de trabalho é limitado apenas ao ganho material e à possibilidade de consumo para garantir a manutenção do corpo e das necessidades físicas, como se a vida humana se resumisse a isso. Conforme aponta Marx (2013, p. 116):

Certamente, o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora para o homem como único meio que satisfaz uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida.

Nesta perspectiva o trabalho possui como objetivo único a subsistência, trabalha-se para manter-se vivo, para que seja possível garantir o mínimo necessário para a sobrevivência sem uma indicação de maiores nem melhores possibilidades através da experiência laboral. Manter o corpo vivo é a única necessidade que pode ser satisfeita através do trabalho, seu único fim, neste caso. O sentido do trabalho se resume à conservação da vida.

Em relação aos egressos, a maioria deles manteve as constatações dos recuperandos do semiaberto relacionadas ao trabalho a partir do sentido da sobrevivência, sendo que, alguns conseguiram fazer associações um pouco mais elaboradas, aprofundando a discussão e envolvendo novas possibilidades a partir da experiência do trabalho. Walmor e Sílvio, por exemplo, trazem contribuições bem próximas das colocações dos recuperandos do semiaberto, repetindo os sentidos de sobrevivência:

É tudo. Trabalho é um modo da gente viver, de ganhar a vida. Mais ligado à sobrevivência, à questão financeira (ENTREVISTADO SILVIO).

Trabalho? Você fala aqui na sociedade? Trabalham pra sustentar a família né. O trabalho é essencial. É o sustento né, através do trabalho você sustenta você, no caso, quem tem carro, moto, pra sustentar, pneu, gasolina, ou quem paga aluguel. Trabalho é essencial pra tudo né (ENTREVISTADO WALMOR).

É perceptível que, a princípio, a primeira associação feita em relação ao trabalho é com o sustento e a sobrevivência, e com as possibilidades de consumo, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade capitalista. Lukács (2013) salienta a importância do uso do trabalho na luta pela sobrevivência, que constitui uma das essências do trabalho, ainda que não se resume apenas a isso. Ou seja, é esperado que o trabalho seja pensado e exercido para contribuir com a manutenção da espécie e sua subsistência, o que não extingue a possibilidade de que ele seja explorado também em suas outras faculdades.

Alguns egressos, especificamente três deles, conseguiram extrapolar a delimitação da questão da sobrevivência e da aquisição de bens de consumo como a

função principal da realização de qualquer atividade laborativa. Logo nas primeiras frases, ao serem questionados sobre o trabalho, eles relatam:

Pra mim, além de uma forma de sobrevivência é fundamental para a mentalidade da gente, pra recuperação da gente, pro convívio social. Sem trabalho não dá. Eu acho que mesmo se eu ganhasse na mega sena e ficasse milionário eu ia querer trabalhar. Está além da parte financeira... (ENTREVISTADO SAULO).

Eu tive até um convite de um vizinho meu pra trabalhar com ele com móveis planejados, tô pensando. Mas eu tinha vontade de continuar em cima daquele trabalho meu. Porque a gente não precisa de muito dinheiro pra viver. Eu pelo menos não preciso né. Não importa o valor financeiramente que você vai receber por aquilo, importa o reconhecimento (ENTREVISTADO ZECA).

E mesmo assim eu não to visando não é o lucro, dinheiro, nada não, que eu sei que com ele eu cresço. Não é o dinheiro, eu quero é trabalhar passando tudo que eu já aprendi, porque eu também já passei por tudo isso (ENTREVISTADO MIGUEL).

Nestes trechos fica claro o reconhecimento do trabalho como instrumento de sobrevivência, mas não unicamente isso. Os sujeitos desejam também que o trabalho possa proporcionar outras vivências e experiências a eles, buscam uma atividade na qual eles se reconheçam e com a qual se identifiquem. Antunes (2007) alerta sobre a redução do trabalhador ao trabalho, uma vez que no trabalho alienado o trabalhador personifica a função que executa, perdendo suas características individuais que o diferem dos demais, ficando limitado à realização de uma atividade que não se conecta com o mesmo. E por isso a justificativa dos entrevistados de que não é apenas pelo dinheiro, mas que é preciso ter um algo mais, que faça e crie sentido para eles, ao contrário do que é vivido no trabalho estranhado, que se resume à reprodução do próprio trabalho, objetivando apenas a sobrevivência e a continuidade do processo produtivo (BARROS, 2005).

Um dos egressos (Saulo) conseguiu abordar em sua fala a questão do consumo exacerbado e a necessidade de manter-se ligado ao crime para conseguir pertencer à sociedade capitalista em que vivemos, que impõe suas necessidades de consumo.

Eu acho isso, tem muito da ostentação. O cara ele não quer andar com uma roupa simples, ele não quer ter um meio de transporte simples né, a pessoa pode até sair da Apac ali do semiaberto com um emprego, ganhando uma renda simples e tal, mas que dá pra ele manter a família dele, mas se ele sair com aquela mente de ostentação que ele tinha há alguns anos atrás, e a esposa também não ajudar, ele vai voltar pro crime, ele vai abandonar o trabalho, ou ele vai usar o trabalho pra maquear as coisas erradas e vai voltar pro crime (ENTREVISTADO SAULO).

De acordo com Baudrillard (2008), a sociedade contemporânea padroniza as formas de consumo e é o movimento de consumir que modela as relações estabelecidas pelos sujeitos. Aos produtos ofertados são atribuídos significantes, o que faz com que os consumidores adquiram tais objetos não pela função exercida por eles ou pela praticidade que podem disponibilizar, mas sim pelos signos que são atrelados aos objetos, no melhor exemplo de fetichização (MARX, 2013), que transmuta o poder do sujeito para o objeto. Desta forma, as relações são estabelecidas entre os objetos e não entre as pessoas (BAUDRILLARD, 2008), o que agrava ainda mais a situação uma vez que caso o cidadão não consiga adquirir ou consumir os produtos apresentados como essenciais à sua vida, ele não consegue relacionar, porque a interação está mediada pelos objetos e pelo consumo.

[...] diz que é crise, mas crise é como a gente vivia naquela época. O que você conformava há dez anos hoje você não conforma mais. Hoje você tira de exemplo, pelo que eu conheço em Campo Belo, é mais fácil uma pessoa morrer de tanto comer do que morrer de fome. Igual anos atrás não tinha esse problema né... Eu penso assim, que, aprendendo a conviver com o simples, com o básico, também vai ajudar você a esquecer a criminalidade e a não depender dela (ENTREVISTADO SAULO).

A conta que não fecha é que a sociedade capitalista atrela signos de status e poder ao consumo e ao poder de compra, ao mesmo tempo em que restringe este consumo aos donos dos meios de produção, que oferecem poucas condições de que seus funcionários comprem os objetos que ostentam. Outro estudo que também aponta as questões levantadas neste recorte da análise de dados foi desenvolvido no sistema comum de Ipatinga/MG, trazendo como reflexão o preso que encontra o crime no lugar do emprego e a grande dificuldade observada no retorno ao trabalho fora da prisão em função da necessidade de consumo, ou seja, da forma capitalista de organização da sociedade (FERREIRA, 2011).

Como o consumo transformou-se em uma forma de ser e de existir perante o outro, não poder trilhar este caminho é negar a própria existência. Este dilema é resolvido através das vias da ilegalidade, que apresenta possibilidade de ganhos reais em pouco tempo, sem exigir escolaridade ou experiência de trabalho, resolvendo a questão urgente de poder fazer parte da sociedade de consumo (BAUDRILLAR, 2008).

Para conseguir se adequar aos rendimentos financeiros propiciados pelo trabalho oferecido pelas vias da legalidade, muitas vezes com baixos salários e baseado na informalidade, traços da precarização e desregulamentação do mundo do trabalho (SERON, 2009), através de uma relação estabelecida pela falta de garantias, os egressos entrevistados precisam fazer uma revisão em relação às necessidades e prioridades de consumo, ajustando hábitos pessoais e familiares. Percebe-se que o apoio da rede de amigos e familiares, e principalmente dos contatos feitos através das instituições religiosas, auxilia na construção de outras formas de diversão, mais ligadas ao convívio familiar e religioso, menos “desviantes” das práticas impostas pela sociedade como adequadas, as que permitem um maior controle da população e sua adequação ao trabalho.

Tem que aprender um novo caminho, de pouco dinheiro. Eu toda vida fui muito controlado quanto a isso. Mas eu sei que o que eu ganho hoje é pouco, eu vivo com o que eu tenho. Às vezes a pessoa ganha muito dinheiro de uma vez, e ela perde a noção (ENTREVISTADO ZECA).

Hoje eu vivo melhor. É tipo assim, eu tinha dinheiro toda hora né. Mas hoje por ser dinheiro mensal eu vivo melhor. Gastava tudo, era restaurante todo dia, eu não tinha carro, hoje eu tenho carro. Morava numa casinha feia, hoje eu moro num casão. Eu pago aluguel, mas é uma casa melhor, da hora, sou segundo morador. Coisa que não aconteceu quando eu tava no crime hoje acontece na minha vida, eu nunca tinha ido em shopping, esses dias eu fui no shopping de Varginha com esses amigos meus. Quando eu tava no crime eu não tinha esse tipo de lazer (ENTREVISTADO WALMOR).

Eu penso assim, que, aprendendo a conviver com o simples, com o básico, também vai ajudar você a esquecer a criminalidade e a não depender dela. Porque se você quiser viver uma vida de artista com um salário mínimo você não vai conseguir, você vai ter que caçar outros meios (ENTREVISTADO SAULO).

No relato de Zeca, por exemplo, que possuía uma rotina de trabalho com mudanças constante, uma vez que viajava por todo o país e obtinha rendimentos razoáveis com sua atividade, é possível perceber a acomodação a que foi submetido por meio do reconhecimento da necessidade de se organizar em uma outra condição, que o limita, uma vez que em função de ter que dormir na APAC ele fica impedido de exercer sua profissão anterior.

Comparando os recuperandos do semiaberto e egressos no que diz respeito à atribuição do sentido de sobrevivência ao trabalho é possível concluir que os recuperandos ficaram muitos restritos a este significante e aos seus desdobramentos, ressaltando bastante a finalidade financeira do trabalho e sua vinculação com a sobrevivência, como sua vocação primeira e mais importante. Os egressos, de modo geral, também atribuíram grande importância ao sentido da sobrevivência, mas conseguiram ampliar suas reflexões ao não delimitar o recurso financeiro como o retorno mais importante propiciado pela experiência laboral, apontando outras vivências como prioritárias ou de igual valor.

6.2 SENTIDO DE LEGALIDADE E HONESTIDADE

A associação entre os pares trabalhador/honestidade, trabalho/honesto é muito forte e aparece de forma recorrente, como se um fosse pré-requisito para o outro. É preciso ser trabalhador para ser honesto e digno e tais qualidades são construídas a partir do trabalho.

A formação da sociedade disciplinar, que coincide com o período industrial e de urbanização dos centros urbanos, institui mecanismos de controle e vigilância a fim de transformar os indivíduos “inadequados” ou “perigosos” em sujeitos úteis e aptos para o exercício do trabalho (ZOMIGHANI, 2013). Para isso é necessário combater os questionamentos em relação às condições de trabalho com justificativas baseadas, por exemplo, na meritocracia e criar trabalhadores cada vez mais alienados, aos quais foram negados a reflexão sobre a prática laboral. Se apenas quem trabalha é honesto, é preciso trabalhar independente de como ou em quais circunstâncias. O discurso dos recuperandos do semiaberto reitera o que foi citado acima:

Porque é onde a gente vai tirar o próprio sustento honestamente, o trabalho honesto. O trabalho, igualzinho a gente falou, o dinheiro honesto, o trabalho dignifica o homem né... (ENTREVISTADO ALISSON).

[...] porque se a gente trabalhar honestamente a gente não precisa mexer com coisas do crime. E a gente trabalhando honestamente serve pra gente cuidar da família da gente (ENTREVISTADO WILKER).

A dicotomia cidadão honesto/trabalhador define o sujeito e o registro na carteira de trabalho passa a ser mais uma forma de controle populacional (BARROS, 2005). Uma das maneiras utilizadas para implantar este controle visando à docilização dos corpos é a vinculação entre trabalho e honestidade, só é honesto quem trabalha e a simples falta de trabalho e dificuldade de inserção no mercado já poderia ser enxergada com desconfiança, responsabilizando os indivíduos por seus fracassos e falta de adequação, desconsiderando o desemprego estrutural contemporâneo ao mundo do trabalho. Com maior desconfiança ainda é enxergado aquele que reivindica ou “reclama” por condições melhores de trabalho, sendo considerado baderneiro e preguiçoso. De acordo com Barros (2005, p. 57):

O discurso moralista do “ou é uma coisa ou outra” (trabalhador ou bandido) é assimilado e reproduzido, já que naturalizado, tanto pela própria população “marginalizada” – que está à margem dos direitos, sobretudo do direito ao trabalho, e por isso mesmo marginalizada no sentido criminal – quando nos aparelhos repressivos que colocam sob suspeição aquele que não tem como provar que “é um trabalho”, ou cidadão.

Uma observação importante na fala tanto dos recuperandos quanto dos egressos é a justificativa de que apesar do crime, o trabalho sempre fez parte da sua vida. Ao atestar que é possível ter praticado atos ilegais e ser ao mesmo tempo trabalhador, ambos desconstruem a dicotomia não sou bandido/sou trabalhador, uma vez que se mostra possível ser os dois. O sujeito pode ter sido trabalhador a vida toda, ainda que, simultaneamente, também tenha cometido alguns delitos, ou pode ser que tenha também infringido a lei de forma pontual. O perfil do cidadão trabalhador é apresentado pelos entrevistados como um fato que minimiza suas infrações, como se isso o tornasse um criminoso mais “adaptado” e adequado às normas sociais, talvez, por isso, “menos criminoso”, devendo ser, portanto, melhor aceito socialmente.

Tem que ser trabalhador né, eu aprendi desde cedo. Tem essas coisas do crime, mas de trabalhar nunca deixei (ENTREVISTADO ANTONIO).

Comecei a trabalhar com... primeira carteira que eu assinei foi em 89, 89... aí foi trabalhando, trabalhando. Sempre gostei de trabalhar, né (ENTREVISTADO ELIMAR).

Uma estratégia relatada pelos entrevistados é o uso do status de “trabalhador” como atenuante ou disfarce para as atuações em paralelo no mundo do crime. O trabalho desta maneira protege o sujeito da desconfiança em seu meio social e permite que o mesmo tenha uma livre circulação e aceitação no contexto em que vive. Alguns entrevistados narraram que o trabalho muitas vezes assumia um papel de fachada, era utilizado para não causar suspeitas sobre suas infrações, assumindo a vinculação distorcida apontada por Barros (2005), de que se é trabalhador não é bandido. O relato de recuperando e egresso confirmam a mesma constatação:

Aí minha mãe direto falando: Ó, arruma um serviço porque eu não quero você nessa vida mais não, cadeia, a mãe já ta meio de idade já... Arruma um serviço e tal, não quero você nessa vida de novo não. Mas se você estiver nisso arruma serviço pelo menos pra disfarçar um pouco porque senão você dá muito na cara. Então, eu arrumava um jeito de trabalhar, pra minha mãe não ficar falando muito na minha cabeça, mas mesmo assim ia pro crime. Aí o dinheiro do serviço eu ajudava minha mãe e o dinheiro do crime era só meu mesmo (ENTREVISTADO JOBER).

Eu poderia citar varios exemplos aqui só que não convém, conheço muitos que conciliam o emprego com as coisas erradas (ENTREVISTADO SAULO).

Os egressos também atribuíram o sentido de honestidade e legalidade ao trabalho, trazendo o mesmo viés dos recuperandos do semiaberto.

Eu sempre trabalhei, eu entrei nessa vida mesmo de palhaçada, entendeu, mas eu sempre trabalhei (ENTREVISTADO WALMOR).

Na minha infância, o que meu pai e minha mãe falavam é que se eu quisesse ser alguém na vida eu tinha que lutar bastante, estudar e trabalhar, que aí eu ia me manter longe das coisas erradas, através do

trabalho [...] Aquele dinheiro pra mim era sagrado, porque era fruto do meu trabalho né, do meu esforço (ENTREVISTADO SAULO).

No discurso dos egressos é possível perceber um tom de resignação e necessidade de adaptação social através do trabalho. A frustração diante da criminalidade como alternativa para a sobrevivência e espaço de construção de status social e reconhecimento faz com que o sujeito se torne mais tolerante com as condições adversas de trabalho, uma vez que a submissão ao mundo do trabalho se apresenta com a única opção que pode mantê-lo distante das práticas ilegais.

A docilização dos corpos apontada por Foucault (2014) que também possui o intuito de transformar cidadãos considerados “desajustados” e delinquentes em mão-de-obra útil para o mundo do trabalho parece ter funcionado bem com os entrevistados, sejam eles egressos ou ainda recuperandos, ainda que esta percepção tenha sido verbalizada com mais facilidade pelos egressos. Sílvio, por exemplo, em seu relato sobre as experiências profissionais anteriores, descreve com orgulho sua atuação nas centrais sindicais dos motoristas na grande São Paulo, em que coordenou greves e ações trabalhistas de luta por melhores condições de trabalho, mas neste momento reconhece a necessidade da manutenção de um trabalho honesto. A experiência do aprisionamento provoca mudanças profundas, é capaz de colocar o sujeito no devido lugar que interessa ao mercado e ao sistema capitalista, lugar de aceitação das normas e regras, fazendo com que ele ainda assimile as condições de exploração e precarização como boas oportunidades uma vez que se tratam de egressos. A resignação é o elemento principal de sua fala.

A realidade é que a vida é outra, a gente tem que arrumar um serviço e ficar quieto nele, trabalhar honesto e fazer o nome da gente (ENTREVISTADO SILVIO).

Um dos egressos, Walmor, além de associar o trabalho aos signos da honestidade, defende a ideia de que o tráfico também é um trabalho e faz até uma diferenciação entre o tráfico e outros tipos de crimes como o furto e o assalto. Segundo o mesmo, o traficante apenas disponibiliza uma mercadoria, que é buscada por quem tem interesse em seu uso, diferente do assaltante que retira um bem que pertence a uma outra pessoa, utilizando para isso formas de violência e ameaça à vida. Nesta perspectiva, ele considera o tráfico um crime, por não ser legalizado, mas um crime

“mais honesto” do que os demais, por conseguir associá-lo a um trabalho uma vez que exige certas atitudes e demanda uma organização da atividade realizada.

Eu acho que o tráfico é um trabalho. É um dinheiro fácil, mas pra você ganhar esse dinheiro é difícil porque não é legalizado. A todo momento você tem que estar correndo pro meio do mato, você não dorme com a cabeça tranquila igual hoje eu deito, sei que a polícia não vai invadir a minha casa. É um trabalho difícil (ENTREVISTADO WALMOR).

A seguir, uma análise sobre o sentido de “ocupação”.

6.3 SENTIDO DE OCUPAÇÃO

O trabalho é apresentado como a principal ocupação do ser humano (LUKÁCS, 2013), pois através do pôr teleológico é possível transformar em ações e objetos o que foi pensado no plano das ideias. Portanto, o trabalho traz uma produção saudável ao indivíduo na medida em que propicia ao mesmo tornar realidade suas abstrações, sua arte e as soluções encontradas para os problemas que vivencia. De acordo com as necessidades humanas, alguns tipos de atividades se tornam necessárias constantemente, gerando ocupações que devem ser desempenhadas a todo momento pelos indivíduos que trabalham. Conforme Lukács:

[...]isso se expressa na própria divisão social do trabalho. Se ocorrer que uma necessidade social tão permanente de regulação dos problemas que surgem na reprodução da vida venha a ser uma necessidade que se renova com o processo de reprodução, essa espécie de atividade terá se tornado socialmente necessária, o que se expressa no fato de que homens singulares ou grupos inteiros podem fazer dela uma ocupação específica visando à manutenção da vida (LUKÁCS, 2013, p. 358).

Obviamente, a proposta inicial apresentada por Marx (2013) e Lukács (2013) trazia o conceito de ocupação ligado à expressão e desenvolvimento da subjetividade humana, construção de um ofício que criasse referências para o sujeito e fizesse parte de sua identidade, inserindo-o no meio social em que vive. Vemos que na sociedade capitalista o sentido de ocupação foi desvirtuado de sua proposta original, ficando atrelado à necessidade de manter o sujeito ocupado em função do controle social e

para que o mesmo não realize as demais atividades da vida cotidiana. Ter um trabalho é extremamente incentivado e valorizado, não porque através do trabalho em sua forma disponibilizada atualmente seja possível alcançar todas as suas potencialidades, mas sim porque ele é utilizado em sua função política. Os que não trabalham, portanto, são desconsiderados, pois não fazem parte dos processos produtivos, não podendo desta forma contribuir com a reprodução e manutenção do próprio sistema.

A questão do não-trabalho, vivenciada não apenas pelos desempregados, mas também no momento da aposentadoria ou de incapacidade para o trabalho, é tema de diversos estudos que avaliam os impactos da saída do mundo do trabalho, pois a cultura que temos é de que é preciso nos manter ocupados, produzindo, e uma pessoa só é útil e reconhecida se for capaz de gerar e contribuir com as práticas laborais da sociedade capitalista. Há um grande incômodo em relação à ociosidade, que sempre está atrelada à preguiça e à vagabundagem.

Porque eu penso assim se ninguém trabalhasse seria bom, todo mundo gosta do domingo porque não trabalha, todo mundo gosta do sábado, do feriado, mas você já pensou o mundo só desta forma? Sem uma ocupação? (ENTREVISTADO SAULO).

O que foi percebido ao longo das entrevistas é que o trabalho começou a fazer parte da vida daquelas pessoas de maneira tão automatizada, sem qualquer possibilidade reflexiva ou de construção identitária, que parecia não haver lógica ou nexos em pensar sobre o que é o trabalho ou para que se trabalha, uma vez que já estava instituído que era preciso trabalhar e ponto, sem mais delongas.

As falas de recuperandos e egressos se reverberam, ao associarem o trabalho a uma ocupação, mas não a ocupação relacionada ao ofício, emprego ou profissão, que caracterizariam a palavra ocupação no contexto laboral, mas sim no sentido de não ficar à toa, sem atividade, trazendo o conceito de necessidade de ocupar-se, de preencher o tempo, de ter alguma prática, no melhor estilo “mente vazia, oficina do diabo”. Há um receio enorme de que as pessoas desocupadas, os “vagabundos”, os desempregados, tenham tempo para cometer atitudes inadequadas e ilegais, causando transtornos. Mais uma vez vemos a função política do trabalho sendo utilizada para o controle social (BARROS, 2005).

É importante porque serve para distrair, ocupa a mente sempre trabalhando. A gente trabalhando direto a gente não vai ficar pensando em fazer coisas erradas. A gente ficar parado vem as coisas que eu imagino que leva a gente pro caminho errado (ENTREVISTADO WILKER).

O trabalho contemporâneo exige cada vez mais dos trabalhadores, que são estimulados à competição e à dedicação intensa ao seu emprego, fazendo com que todo o tempo de vida esteja disponibilizado como tempo de trabalho (PORTO-GONÇALVES, 2012). Os trabalhos em *home-office* e as tecnologias utilizadas pelas empresas fazem com que não haja mais uma divisão entre esfera pessoal e esfera profissional, tendo o trabalhador que estar disponível o tempo todo. Quem não consegue se adaptar à loucura do mundo do trabalho é considerado inapto ou desqualificado, portanto, estar o tempo todo ocupado trabalhando transformou-se nada mais do que uma característica do sujeito que trabalha.

Foucault insiste bastante na questão da inutilidade do trabalho dos presos, uma vez que o trabalho nas prisões não precisa ser útil, ele prescinde de objetivos e motivações, possui a função apenas de mantê-los ocupados, aprendendo a ser obedientes e a cumprir as regras. Possui um caráter, portanto, muito mais disciplinador do que terapêutico ou de formação de mão-de-obra realmente apta para o trabalho extramuros. Não se pretende ensinar uma profissão ou estabelecer alguma crítica sobre as relações de trabalho, mas sim cooperar com a manutenção das funções desempenhadas em momentos anteriores.

Trabalhar é uma ocupação porque quando a gente tá trabalhando a gente esquece dos problemas, essas coisas ruins da rua, drogas, as bagunças, ajuda a isso, a levar uma vida digna (ENTREVISTADO SILVIO).

O trabalho possui, deste modo, o sentido disciplinador. Está sempre presente a ideia de ensinar a trabalhar, que está imbuída pela domesticação e docilização dos corpos, em que o preso e também todos os operários precisam aprender a cumprir horários, seguir regras sem contestar, serem produtivos, úteis, obedientes, leais e gratos ao seu empregador. O trabalho penal ensina a ser “trabalhador”, atua no corpo violento e insubordinado, restringindo a sua atuação, colocando limites em seus atos e contendo seus desejos.

Entendemos que este viés de ocupar-se não é fruto apenas da passagem pelas cadeias e APACs, mas está intrincado ao sentido do trabalho repassado ao sujeito em sua socialização primária e nas demais experiências de trabalho, como respalda as entrevistas de recuperandos e egressos. A APAC simplesmente perde a oportunidade de conferir alguns outros sentidos à experiência do trabalho, mantendo as mesmas práticas e os mesmos significantes até então atrelados ao trabalho, o que condiz com as necessidades de manutenção da ordem e da disciplina na Instituição.

6.4 SENTIDO DE OBRIGATORIEDADE E IMPOSIÇÃO

De acordo com Foucault (2014) a disciplina é responsável por produzir indivíduos, por meio de uma técnica de exercício do poder que coloca o indivíduo no lugar de objeto, ao mesmo tempo em que o torna instrumento do exercício do próprio poder. O capital com função de vigilância possui o trabalho como seu subordinado e também cooperativo do sistema produtivo (MARX, 2013), e por isso precisa ser imposto e obrigatório. O trabalho como atividade determinada aos indivíduos auxilia na construção da sociedade disciplinar, que é obediente ao sistema capitalista em seu propósito de contenção e vigilância da população pelo trabalho.

O que se percebe nas entrevistas é que não há uma polemização ou crítica a respeito da obrigatoriedade do trabalho, uma vez que a mesma foi apresentada de forma tão natural e precoce que foi facilmente absorvida e internalizada, portanto não é apontada como uma questão, apesar de ser citada por recuperandos e egressos.

Meu pai sempre falava que tinha que trabalhar né, falava sempre que a gente tinha que trabalhar e como a gente era criança a gente não entendia o que que era o trabalho né. Quando a gente foi crescendo a gente foi entendendo o que que é um trabalho na vida do ser humano. É essencial né (ENTREVISTADO ALISSON).

A reprodução acerca da necessidade de trabalho é realizada pela família ou por pessoas próximas durante a infância dos entrevistados, como se não houvesse outra opção que não seja o trabalho, mesmo em tenra idade. Como este processo é realizado de forma natural, sem o devido caráter reflexivo, não há questionamento sobre o fato, os entrevistados pontuam apenas sobre o trabalho obrigatório nas

prisões, que se torna opressivo e humilhante, mas não criticam sua obrigação de trabalho em momento tão precoce.

Não estudava não. Ah, nunca gostei de escola não. Era tipo assim né, ele falava ou você vai pra escola ou você vai trabalhar comigo, você escolhe. Aí como eu já não gostava de escola, entendeu? (ENTREVISTADO WALMOR)

A dificuldade dos recuperandos e egressos em falar e elaborar sobre o tema do trabalho advém exatamente da associação inconsciente já feita em relação ao trabalho como obrigação. Se é obrigatório desde sempre, não há o que questionar ou refletir.

Além de ser uma obrigação do homem, do ser humano, trabalhar Meu pai era daquele povo antigo, pra ele tinha que trabalhar. Aquele cara não trabalha, preguiçoso, não tem valor. Tem que se valorizar pelo trabalho. Meu pai colocava o trabalho na frente de tudo. Tinha que trabalhar (ENTREVISTADO ZECA).

Nas falas dos entrevistados, a experiência com os pais ou familiares sempre fez a ligação do trabalho com algo que não deve ser contestado, e sim aceito e executado, tarefa obrigatória na vida de todos.

Percebe-se que todos os entrevistados foram apresentados ao trabalho muito precocemente, sem que houvesse algum tipo de escolha em relação à sua execução. Seja por necessidades financeiras ou por ser uma prática comum no meio familiar, todos vivenciaram a condição do trabalho infantil, que trouxe abandono dos estudos e contato precoce com questões relacionadas ao dinheiro consumo e sobrevivência. O trabalho apenas por necessidade ou ocupando o lugar de formação atribuído à escola, imposto e sem demais alternativas, impede que os demais processos construídos a partir da experiência de trabalho se desenvolvam, restringindo o sujeito a limitadas possibilidades.

Meu pai não deixava a gente estudar, era só trabalho. Com sete anos a gente já tava capinando mesmo. A gente tinha que ir pro serviço às 6hs da manhã (ENTREVISTADO WILKER).

Eu já vendi banana, já vendi picolé, já juntei papelão na rua, ferro velho, ah, já fiz um bocado de coisa, isso dos oito aos 12, 13 anos de idade. Ia eu e meus irmãos, meus colegas. Com oito anos de idade já

rasgava o centro da cidade, pra cima e pra baixo. Ah, assim, chegou um certo ponto que chegou a atrapalhar a estudar porque eu não conseguia me concentrar e me focar nos estudos (ENTREVISTADO SAULO).

Eu desde os sete anos de idade eu trabalhava pra ajudar a minha mãe, hoje ela já é falecida. Ela tirava areia do fundo do ribeirão quando não era canalizado, fazia um monte e vendia pra poder tratar de nós. Aí nós começamos engraxar sapato, vender picolé né, eu não tive infância. Não sei jogar bola, nunca soltei pipa (ENTREVISTADO SILVIO).

Eu aprendi isso com meu pai, com 8, 7 anos de idade ele me falava: Eu to levando vocês pra olaria, mas é pra vocês aprenderem a trabalhar, não to falando que vai ser ali o serviço de vocês, mas vai ser o começo (ENTREVISTADO WALMOR).

A partir da reprodução destas falas fica mais fácil compreender a dificuldade de vinculação da experiência laboral com aspetos como o prazer e satisfação, o reconhecimento e a autonomia para a maioria dos entrevistados. As possibilidades de formação identitária a partir do trabalho, de constituição dos vínculos sociais e de transformação da natureza e de si mesmo, apontadas por Marx (2013) e Lukács (2013), e corroboradas por Barros (2005) e Antunes (2007) encontram barreiras neste contexto de precarização do trabalho. Desta forma, as funções associadas ao trabalho são vivenciadas em outros espaços como a família, as instituições religiosas e também no mundo do crime.

Um dos egressos consegue problematizar a questão do trabalho infantil e de sua obrigação e imposição nesse estágio tão importante de formação do sujeito:

E o trabalho tira você da Escola, quando não te tira da Escola, seu rendimento vai mal na Escola. Eu acho que desde criança, a única concentração que uma criança deve ter na mente dela, a única preocupação é com Escola e brincar. Somente estas duas coisas. Criança não deve estar preocupada se o gás vai acabar, se vão cortar a luz ou a água, se vai faltar comida, essas coisas... Criança tem que preocupar só com essas coisas, brincar e estudar. A partir do momento que você passa a se preocupar com essas coisas, você vai mal na escola, vai criando uma certa revolta na cabeça da criança porque a televisão mostra, é tanta propaganda na televisão que parece ser fácil ter aquilo e parece que quem não tiver aquilo não é gente [...] (ENTREVISTADO SAULO).

Assim sendo, as imposições e obrigações relacionadas ao trabalho não estão restritas ao contexto do aprisionamento, mas fazem parte da vida dos entrevistados desde as suas primeiras lembranças, o que constitui motivo de desvirtuamento da categoria trabalho e de sua proposta de centralidade ontológica.

6.5 SENTIDO DE CONVÍVIO E INTERAÇÃO SOCIAL

Um dos elementos básicos na perspectiva teórica marxista vinculada ao trabalho é a construção dos vínculos e grupos sociais através da atividade laboral (MARX, 2013). Para ele, assim como para Lukács (2013), é a partir do trabalho que o indivíduo se constitui como ser social, capaz de pertencer a grupos e se identificar com as pessoas. Conforme Lukács:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 35).

A experiência social acontece inicialmente pelo trabalho, que promove o contato do sujeito com os demais, o apresenta a outros grupos de convívio e o insere nas relações sociais de seu contexto. A partir do trabalho o indivíduo cria sua própria identidade e suas referências, o que torna possível seu reconhecimento pelo outro.

Com a precarização, o desemprego estrutural e a informalidade cada vez mais presente (ALVES, 2001), muitas vezes as sociabilidades precisam ser estabelecidas

através de outros elementos, pois o trabalhador não encontra os meios necessários para construir estas relações em sua prática laboral.

Os recuperandos do semiaberto não associaram o trabalho a este sentido, em momento algum identificaram a possibilidade de convivência com o outro e de interação social como uma atribuição do trabalho. Apenas três egressos fizeram esta constatação, sendo que os outros dois tiveram reflexões próximas dos recuperados do semiaberto em relação a este sentido estabelecido. Silvio e Zeca tiveram experiências profissionais anteriores que os colocaram em contato com muitas pessoas e possibilitaram aos mesmos ter experiências significativas em relação ao convívio social através do trabalho. As falas nos trazem as seguintes reflexões:

Através do trabalho a gente conhece um, conhece outro, eu conheci muita gente, que me ajudou também a vida toda (ENTREVISTADO SILVIO).

Pra mim, além de uma forma de sobrevivência é fundamental para a mentalidade da gente, pra recuperação da gente, pro convívio social (ENTREVISTADO ZECA).

Além da saúde física, que ajuda bastante, eu acho assim que a parte de relacionamento com as outras pessoas, que também ajuda bastante. Todo trabalho de alguma forma você está relacionando com alguém. Eu acho que é isso também, aprender a conviver com as pessoas através do trabalho porque o trabalho também faz a gente aceitar as diferenças das pessoas (ENTREVISTADO SAULO).

Nestas últimas colocações o trabalho se apresenta dentro do conceito marxista de sentido do trabalho, em que ele é colocado no lugar central da vida do sujeito, mas não apenas pela questão financeira e de atividade de ocupação para organizar o seu dia e sim como sendo responsável pela criação de socialidades, pois é principalmente através dele que as pessoas se relacionam e criam grupos de pertença, fortalecendo os vínculos sociais. O bem estar físico é citado assim como a necessidade de relacionar-se exigida pelos trabalhos menos alienantes, que possibilitam uma maior convivência com os demais, e, conseqüentemente, um aprendizado em relação ao outro e a si mesmo.

6.6 SENTIDO DE TRANSFORMAÇÃO

Nas primeiras linhas em que Marx (2013) aborda o tema do trabalho ele cita a capacidade intrínseca ao trabalho de transformar o homem e o ambiente em que vive, ou seja, a natureza, mediante um processo contínuo de interação entre ambos. De acordo com Lukács:

Acresce-se que igualmente não é pouco o que os achados humanos trazem à luz sobre a transformação do homem no e através do processo de desenvolvimento do trabalho (evolução do cérebro do homem em conexão com a história das ferramentas, do trabalho) (LUKÁCS, 2013, p. 296).

A objetivação, que corresponde à transformação ideológica do objeto de trabalho, acontece através de todos os movimentos e ponderações ao longo do processo de trabalho, que se consuma na objetivação do que antes existia apenas no plano natural e agora adquire uma utilidade social (LUKÁCS, 2013). Quando ambos os autores relatam sobre estas transformações podemos ficar presos à produção de um objeto com finalidades específicas, mas a atividade laboral não precisa estar necessariamente ligada a um produto, muitas vezes ela diz respeito às ações sobre o ser humano, que proporcionam mudanças em sua vida. Neste caso do sentido de transformação de si mesmo e do outro, apenas os três egressos citados anteriormente relataram suas experiências:

Na rua mesmo eu pensei que bom seria se eu entrasse lá como funcionário porque é um trabalho que eu vou estar ajudando o próximo. Eu sempre admirei este tipo de trabalho, tipo bombeiro, enfermeiro, médico, essas coisas, um serviço que você está ajudando o próximo, o seu material é humano (ENTREVISTADO SAULO).

[...] então com os excluídos, assim como eu fui, ninguém melhor do que eu pra poder levar o diálogo como entendimento, o testemunho de vida. [...] Então pra mim é uma experiência muito grande porque esse mundo do tráfico, já fui usuário e hoje em dia você ter um espinho na carne pra você cuidar exatamente dessas pessoas (ENTREVISTADO MIGUEL).

Percebe-se que mesmo que estes egressos tenham feito associações do trabalho com a necessidade de sobrevivência, de legalidade e honestidade e de

preenchimento do tempo de vida, eles trouxeram outras reflexões para a categoria trabalho, ampliando a importância da experiência laboral em suas vidas e aproximando suas definições da perspectiva marxista, de centralidade ontológica do trabalho, sendo o mesmo responsável pela formação do indivíduo enquanto sujeito e como ser social, que atua no meio em que vive.

Os egressos conseguem enxergar a importância do trabalho que desempenham para além da função de os manterem ocupados e garantir a sua sobrevivência, reconhecendo a relevância do trabalho no relacionamento com o outro, através da possibilidade de causar mudanças na vida das outras pessoas e em sua própria vida. Percebe-se a fala orientada para o crescimento e realização pessoal, e de habilidades e competências pessoais que os tornam únicos naquela atividade, tornando o sujeito diferenciado dos demais por ser conferido ao seu trabalho uma importância subjetiva:

O trabalho, pra mim, é uma coisa que me engrandece. Pra mim ele me engrandece muito. Eu acho que eu tenho mais vontade do meu trabalho ser reconhecido talvez, do que de ganhar muito dinheiro com ele (ENTREVISTADO ZECA).

Igual euto te falando, o fruto do meu trabalho é ver alguém se recuperando, que é um fruto maravilhoso né. Vai fazer dois anos e cinco meses que estou lá como plantonista, ajudou muito no meu caráter, na minha personalidade. Trouxe um amadurecimento também e a cada dia tá trazendo mais ainda. Foi fundamental nessa parte (ENTREVISTADO SAULO).

A possibilidade de atuar na vida do outro, de trabalhar no contato direto com as pessoas ou de construir um trabalho que possa ser admirado e reconhecido pelos demais passa a fazer parte do desejo dos entrevistados, que querem ser legitimados e referenciados pelas atividades que desempenham. É como se nesse outro modo de trabalhar fosse possível exercer os dons e habilidades que possuem, por em prática aquilo que fazem de melhor. Há, nesta concepção da atividade, espaço para valorizar a transformação do ser humano a partir do seu trabalho e é possível perceber a legitimação deste processo pelo outro, por meio do reconhecimento, pois o retorno financeiro pela atividade desempenhada ou produzida não é o único foco da função laboral. A função muitas vezes ocupada pela criminalidade, de fornecer visibilidade,

status e participar da construção identitária do sujeito retorna ao seu lugar original, através do papel central do trabalho nestes processos.

7 O TRABALHO DOS PRESOS: CONSTRUÇÕES E (IM)POSSIBILIDADES

Não é intenção deste estudo focar no tipo de trabalho realizado pelos presos dentro do sistema prisional. Apesar disso, não é possível desprezar o material surgido a partir das entrevistas em relação a este tema. Foi consenso a afirmação de que o trabalho desempenhado pelos presos no sistema comum e dentro da APAC é totalmente diferente, por diversas razões.

7.1 O TRABALHO NO SISTEMA COMUM

A primeira reclamação feita pelos recuperandos e egressos foi em relação à falta de ocupação durante o aprisionamento no sistema comum, alertando para as consequências deste cenário, que favorece a criminalidade e a violência. A função de galeria é citada por vários como a única ocupação existente na época em que cumpriram pena no local. O *galeria* é um preso que possui a confiança da Direção e fica na parte externa das celas, realizando tarefas diversas como levar a refeição para os presos nas celas e estender suas roupas nos varais. Na época relatada, eram apenas dois presos que desempenhavam esta função.

Já na cadeia não, na cadeia não tinha canseira, ficava a madrugada toda acordado e só escutando conversa desse tipo. Na época que eu cumpri na Cadeia os únicos que tinha remição eram os que ficavam na galeria, só tinha essa função, ganhava de segunda a sexta, apesar de trabalhar de domingo a domingo (ENTREVISTADO SAULO).

E uma ocupação tanto pra mente, que não tem tempo de ficar pensando besteira, aquilo ali é revoltante, não tem nada pra fazer é só pensar besteira (ENTREVISTADO SILVIO).

Diante da falta de trabalho ou da realização de alguma atividade orientada, como é comum nas APACs, os presos passam o dia todo dentro das celas, em um espaço restrito, com uma convivência íntima com todos. Se isso pode ser insuportável por alguns dias, que dirá por anos. Esta situação provoca também um contato maior com o mundo do crime, que tenta se organizar e estabelecer regras e normas de conduta e convívio no local, além de manter sua atuação dentro e fora dos presídios.

Eu penso assim, lá na cadeia não tinha nenhuma ocupação, nenhuma mesmo. A única ocupação que eu via lá na Cadeia na época era planejar mocó, mocó que eles dizem é lugar pra esconder as coisas, droga, celular. A única preocupação que eles tinham lá, a única obra que tinha pra fazer... ficar pensando essas coisas. Arquetando a próxima fuga, agendando as coisas lá fora, negócio do tráfico, essas coisas (ENTREVISTADO SAULO).

E no sistema comum você só acorda de manhã pra fazer a chamada lá e pode fazer o que quiser o resto da tarde inteira (ENTREVISTADO JOBER).

Outra questão pontuada pelos entrevistados é que o interesse no trabalho no sistema comum é por qualquer trabalho, pois gira em torno da mudança da rotina, da possibilidade de saída da cela, de se aproximar um pouco do pátio e deixar de estar confinado por alguns momentos.

Trabalhar no sistema comum a pessoa trabalha ali querendo sair da cela, porque fica preso, o que fizer ali, varrer chão, o que fizer é lucro porque não vai estar trancado (ENTREVISTADO WALMOR).

O ambiente opressivo e a própria condição totalmente adversa à vida humana gera revolta aos que a ela estão submetidos. Diversas são as maneiras utilizadas na tentativa de boicotar a instituição, através de rebeliões, queimas de colchões, práticas violentas entre os presos, gritarias, etc. O sujeito oprimido e humilhado encontra formas de se expressar, de chamar atenção e reivindicar alguma melhoria, ainda que seja através da violência.

Às vezes o cara na Suapi de tão oprimido que ele é, se for pra ele fazer um reboco, ou alguma coisa de manutenção desse tipo ele nem coloca um cimento forte, coloca fraquinho, tipo assim, expressando a raiva que ele tem daquele ambiente (ENTREVISTADO SAULO).

Se tivesse um trabalho né, qualquer atividade, mas ficar à toa o dia inteiro com um monte de homem junto acaba com a cabeça (ENTREVISTADO ANTONIO).

A partir destes relatos é possível entender que o trabalho no sistema comum é, na maioria das vezes, inexistente, o que contraria a LEP (Lei de Execução Penal). Quando há possibilidade de alguma atividade ela não é disponibilizada para todos. E como seria? Se não há espaço sequer para que os presos durmam de forma razoável,

é difícil, dentro deste contexto, pensar em possibilidades de trabalho. O trabalho enquanto direito não é premissa de nenhuma destas formas de significar o trabalho ao longo do aprisionamento; muito pelo contrário. E, se ele não pode ser compreendido pela perspectiva de um direito garantido legalmente, que dirá pela ótica da constituição subjetiva do sujeito, responsável pela sua relação e interação com os demais, capaz de promover a modificação do meio em que vive e de si mesmo.

7.2 O TRABALHO NA APAC

Em termos comparativos, todos os entrevistados apontam e ressaltam sobre as diferenças do trabalho dos presos dentro do sistema comum e dentro da APAC. No momento anterior, foram citadas as questões levantadas a partir das falas dos recuperandos e egressos em relação à prática laboral no sistema comum, lembrando que os presos que vão para a APAC obrigatoriamente cumpriram parte de sua condenação no sistema penal comum, tendo, portanto, a visão das duas realidades. Todo recuperando é primeiramente um preso. Neste tópico serão analisados os comentários relativos ao trabalho na APAC de Campo Belo/MG.

Basicamente, o trabalho na APAC de Campo Belo é considerado melhor que no sistema comum porque o ambiente oferecido pela instituição realmente é mais apropriado e adequado ao cumprimento de pena, a partir das garantias da LEP.

Mas uma coisa não deixa de ter né, a humanidade. Na Apac isso aí é diferente né, lá tem. Você é tratado mais como ser humano né. Às vezes você nem parece preso né... Eu acho que as mesmas funções na Suapi e na Apac, a diferença é essa, na Suapi você faz, mas não te dá prazer. Na Apac já te dá prazer por causa da humanidade. Você é tratado mais como ser humano, né... (ENTREVISTADO SAULO).

O ambiente mais favorável, a ausência de polícia e armas, ou seja, da vigilância opressiva deliberada contribuem para que os recuperandos se sintam mais à vontade. O fato de não ficarem dentro das celas, de receberem visitas e terem atividades constantes também auxilia na modificação deste ambiente. A metodologia é clara quanto à importância do trabalho, que é obrigatório na instituição. Este estudo corrobora com as conclusões de investigações anteriores a respeito da importância do trabalho dentro do sistema prisional, independente no primeiro momento, de qual

seja este trabalho (SERON, 2009; JULIÃO, 2010). Julião (2010) concluiu, em sua pesquisa no sistema comum do Rio de Janeiro, que quem trabalha e estuda durante o cumprimento de pena possui menos chances de reincidir após a saída da prisão. E, em termos comparativos, o trabalho teria uma função ainda mais importante, quando comparado à educação.

Quando eu cheguei na Apac eu já notei a diferença porque aí você tem que procurar um ofício, seu você quiser a remição. Pra mim já foi bom porque você já não ficava com a mente tão focada no mal, apesar que muitos que ainda passam pela Apac ainda tá com a mente no mal, mas você não fica 100% pensando no mal. Na Apac não, lá você tem os seus ofícios durante o dia, quando chega a noite você está numa canseira que você não está querendo nem conversar com os outros. Aí você dorme que é uma beleza. Você vai descobrindo pra que que você dá certo ali na Apac, fazendo um artesanato fazendo alguma coisa ali, você vai descobrindo onde você se encaixa (ENTREVISTADO SAULO).

Ainda que o trabalho seja realizado de forma mais humanizada e esteja disponível para todos, é ingenuidade pensar que ele também não é oferecido dentro dos preceitos do poder disciplinar, com o intuito de controle e docilização. Como relatado pelo egresso acima, a ocupação gera um cansaço, que garante o sono de todos e a paz da direção e funcionários. Garantir a ocupação dos presos ainda é o mais importante, independente do tipo de atividade desempenhada e sua relação com a recuperação do mesmo. Conforme ressalta Foucault (2014, p. 237):

A utilidade do trabalho penal? Não é um lucro, nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de reprodução.

Uma crítica feita pelos entrevistados foi em relação ao tipo de atividade de trabalho ofertada, sem apelo comercial e através da qual dificilmente seria possível constituir uma profissão. Não há uma preocupação com o capricho no feitiço dos artesanatos ou em produzir objetos diferenciados, que identifiquem quem os fez. Por mais que o regime fechado, a partir do método APAC, não possua o objetivo de profissionalizar ou gerar renda, é do conhecimento de todos que os recuperandos vendem suas peças e a construção de uma outra relação com o trabalho deveria começar ali. Mais uma vez, é percebida a intenção apenas de ocupar e domesticar,

ensinar a seguir regras e a cumprir horários, numa preparação para o trabalho extramuros que possa vir.

Então se tivesse um fechado igual o de Santa Luzia ou o de Itaúna eu acho que as pessoas saíam com mais intenção de trabalhar né. Porque o fechado quando eu paguei, não tem como... fazer tapete? Igual eu faço tapete, casinha, não tem como você sustentar uma família disso né (ENTREVISTADO WALMOR).

Como as entrevistas foram realizadas com recuperandos e também egressos, a coleta de dados permitiu várias informações acerca do trabalho implantado pela APAC de Campo Belo no regime semiaberto, sendo os dois grupos fontes destas informações, pois ambos o vivenciaram ainda que em épocas distintas. Também trouxe a visão dos egressos acerca do trabalho extramuros, após o aprisionamento. Desta forma, o trabalho durante o regime semiaberto e após a condenação serão abarcados pelo posicionamento dos entrevistados.

7.2.1 O Semiaberto

O semiaberto é o local de maior incômodo para esta pesquisa, pois, em relação ao trabalho, enquanto oferta de atividade e possibilidade de reflexão sobre o ato laborativo é o que mais se distancia de sua proposta original de caráter central na vida do sujeito. Várias foram as reclamações e comentários realizados em relação ao trabalho neste momento do cumprimento de pena, que é regime delicado para o preso, por ter mais contato com o ambiente externo, ter direito a saídas temporárias, por exemplo, e possibilidade de buscar um trabalho externo, caso tenha direito. É um momento de afrouxamento do ambiente penal, que se mistura com o contato com a rua, ainda que todos os aparatos da prisão estejam presentes.

Um dos aspectos levantados pelos entrevistados é que, muitas vezes, nas funções de necessidades da casa, o tempo gasto para a execução do serviço era muito curto, pois se tratavam de atividades pontuais de limpeza, o que gerava uma grande ociosidade. O fato dos recuperandos executarem quase todas as atividades necessárias ao bom funcionamento do local acaba sendo utilizado pela direção como

uma justificativa para não oferecer um trabalho específico no local, ficando restrito a estas atividades cotidianas.

Tem uma parte lá né, o que a APACs propõe que tem vários itens e fala que o serviço ele é essencial, ajuda em muitas partes sabe. O serviço é essencial em tudo. Você levanta cedo e já ocupa sua mente, “ah mas ele tem que fazer limpeza”, ele vai gastar 8hs pra fazer limpeza? É uma hora que ele gasta, levanta cedo, 8hs ele tá à toa. Ele vai ler um livro? Então o serviço ele é bom pra isso. Ele levanta cedo, ele vai saber que ele tem uma rendinha ali pra ajudar a família dele aqui fora. Ele já começa, “nossa, mas isso aqui tá dando certo, hora que eu sair eu posso tentar abrir pra mim lá fora... é isso que funciona (ENTREVISTADO WALMOR).

No semiaberto já era mais apertado, não tinha o tempo do fechado, tem muito pouca gente né. E por questão de ser pouca gente quase não sobra tempo. É galeria noturno, auxiliar do plantonista a noite, farmacêutico, cozinha, realmente pra dar tempo do pessoal fazer um artesanato no semiaberto teria que estar com mais um tanto de gente (ENTREVISTADO SILVIO).

Lá dentro o pessoal dedica mais ao trabalho. Quando você passa pro semiaberto já muda um pouco, o regime muda, muda tudo. Já tem uma obrigação diferente. Eu continuei fazendo a mesma coisa, mas no semiaberto você fica mais solto. Eu não presenciei muita opção de trabalho não, mais na função da casa. Tinha pouca opção de artesanato porque não tinha uma pessoa pra ensinar. Quando eu cheguei aqui tinha pouquinha gente, tava todo mundo ocupado (ENTREVISTADO ZECA).

A falta de cursos ou oficinas profissionalizantes, que é o objetivo do regime, também é citada por muitos entrevistados como um entrave substancial, pois não permite que os recuperandos que não possuam profissão definida se preparem para a saída em busca de trabalho. Assim como os resultados encontrados por Seron (2009), egressos e recuperandos também consideram que ao longo do cumprimento de pena qualquer trabalho é melhor do que o ócio, mas a instituição e seus parceiros precisam aprofundar na discussão dessa questão, pois a oferta atual de trabalho, uma atividade com pregos, mostra-se totalmente alienante e desconectada das possibilidades de transformação inerentes ao trabalho.

Eu sou sincero, pode ser que as coisas mudem aqui, Deus ajude que mude, muita coisa já tá mudada e tá bom, mas enquanto não estiver

oficinas aqui no semiaberto nada vai pra frente (ENTREVISTADO MIGUEL).

Falaremos, a seguir, sobre o trabalho depois da prisão.

7.2.2 O trabalho após o aprisionamento

Quanto aos egressos, pontuaram também sobre a falta de acompanhamento da APAC de Campo Belo a partir do momento que não estão mais dentro da instituição, ainda que não tenham ainda cumprido sua pena total, como na época da condicional, por exemplo. O momento da saída do recuperando e suas primeiras experiências com o trabalho externo após a prisão são mudanças importantes e muitas vezes difíceis, em função do preconceito e das inúmeras dificuldades, portanto, é imprescindível que se construa parcerias, que se organize o trabalho no sentido de oferecer um acompanhamento ao egresso, dando continuidade ao trabalho realizado pela instituição, também externamente.

A oportunidade só de pagar a sentença em local digno e com respeito tá bom demais, mas a gente sai, aquele ciclo vicioso que eles falam, mesmo que a gente esteja documentado não sabe se, ou esteja trabalhando, não faz um acompanhamento da vida da pessoa lá fora pra poder ver no que tá precisando, o que deixou de precisar, ou um incentivo pra voltar na Apac. Falam que são as pessoas ingratas que não voltam nem pra dar um testemunho, mas às vezes o recuperando ele não volta justamente porque não é convidado (ENTREVISTADO MIGUEL).

De acordo com os relatos dos entrevistados fica claro que apenas o trabalho realizado pela APAC durante o cumprimento de pena é insuficiente para possibilitar ao recuperando seu retorno ao cenário social. A ideia propagada pela instituição de que através da obediência às regras do método é possível se reinserir na sociedade e de que só não muda quem não quer responsabiliza apenas o sujeito pelo seu processo de ressocialização e também pela sua reincidência (SILVA; SARAIVA, 2013).

Todos os egressos relataram situações de preconceito em relação ao fato de já terem cumprido uma pena no sistema prisional. O estigma de criminoso se perpetua pela vida do sujeito mesmo após o encerramento de sua condenação. É uma marca

muito forte, que aparece em todas as esferas de sua vida, inclusive ao buscar um novo trabalho.

Mudou, porque a gente não é visto mais com os mesmos olhos né. Porque só o fato deles estarem empregando um ex presidiário, eles acham q se você errou uma vez você vai estar errando sempre, e então existe uma discriminação sobre isso, assim não diretamente mas ainda muito forte. Às vezes, a firma tá ate precisando de gente pra trabalhar, aí alguém te conhece, às vezes o dono tá pronto pra te dar o serviço, aí chega e fala: fulano tava preso, aí ele não quer saber qual o crime q você cometeu, se você regenerou, simplesmente: ah, você aguarda, a vaga foi preenchida e tal. Existe essa discriminação (ENTREVISTADO SILVIO).

Primeiro serviço quando saí foi como servente. Quando a pessoa sai ela encontra dificuldade, até ela provar que recuperou, que quer reintegrar a sociedade, tem que dar tempo ao tempo. O cara mesmo falou pra mim: Eu arrumei o serviço pra você mas eu arrumei com o pé atrás. Aí que eu fui mostrar pra ele quem que eu era. Dou meu testemunho onde eu passo. Pra você provar é o dia a dia. Hoje eu ando de cabeça erguida (ENTREVISTADO WALMOR).

O que foi percebido em relação aos egressos que conseguiram fazer associações mais aprofundadas em relação ao sentido do trabalho é que eles estabeleceram novas formas de relação com o trabalho e tiveram um apoio mais próximo e marcante da instituição APAC, de seus voluntários ou de suas famílias. Somente os egressos conseguiram atribuir ao trabalho a capacidade de promover o convívio e a interação social e a capacidade de transformação de si mesmo e do outro, e apenas três deles, e a história deles pode dizer um pouco sobre essa mudança na forma de enxergar o trabalho, uma vez que a condição do mesmo se modificou.

Miguel, Sávio e Zeca possuem histórias de aproximação com a instituição, com oportunidades reais de se beneficiarem e serem auxiliados pelas pessoas que convivem no local. O fato foi possível, ao meu ver, devido também à irrestrita adesão destes recuperandos à metodologia apaqueana, ao bom comportamento ao longo da pena, à adequação e aceitação das normas estabelecidas.

Um deles cumpre pena em APACs há mais de 20 anos, tendo se tornado um profundo conhecedor da metodologia e em função disso veio para a APAC de Campo Belo para auxiliar neste sentido. Ou seja, a própria FBAC o reconhece e o legitima como um recuperando que possui um status especial. Na APAC de Campo Belo ele conheceu um voluntário que o convidou para trabalhar em um local de tratamento para

dependentes químicos, e o mesmo discorre sobre o relacionamento com este que o ajudou e com a oportunidade de fazer um trabalho de auxílio ao próximo com muito orgulho.

Um destes egressos participou de um processo seletivo da própria APAC para contratação de plantonista e hoje atua no local. Ele foi muito incentivado pela Direção e funcionários a participar desta seleção, em momento anterior ele não possuía o ensino médio completo, então o processo seletivo foi agendado para momento posterior à prova do ENEM, em que ele conseguiu a pontuação necessária para obter o certificado de conclusão do Ensino Médio e pôde concorrer à vaga. Ele relata uma infância de muita miséria e privação, com trabalho muito precoce e uma vida toda de trabalhos precarizados e informais, tendo tido o trabalho formal com registro em carteira pela primeira vez apenas depois do seu cumprimento de pena.

O outro egresso era caminhoneiro, sempre trabalhou na estrada e devido à condicional, como não poderia sair da cidade, desde seu cumprimento de pena no regime fechado, foi refletindo sobre a possibilidade de mudança no ramo de trabalho. Houve uma oficina sobre o trabalho com bambu para os recuperandos, ele não chegou a participar, mas aprendeu vendo seus colegas fazendo os objetos, posteriormente. Atualmente, ele tem se dedicado a este trabalho, em uma oficina improvisada em um cômodo da casa da irmã, cedida por ela, local onde mora também.

É notável, portanto, que os três tiveram a experiência de ter a instituição fazendo efetivamente o papel de socialização e mediação que não foi feito anteriormente, por outras instituições ou na socialização primária ou secundária. A passagem pela APAC permitiu aperfeiçoamento educacional, formação e uma rede de contatos que possibilitou oportunidades e acolheu alguns dos recuperandos. No caso de um deles, a presença da família também foi essencial como suporte para a mudança na profissão e acompanhamento no cumprimento de pena. Mais do que suporte e apoio, os entrevistados citados construíram vínculos afetivos, vivenciaram experiências que trouxeram sensibilidade e humanidade a si mesmos já que uma das funções do trabalho é contribuir com a humanização do homem e as relações de afeto estabelecidas podem facilitar este processo.

Os sentidos atribuídos ao trabalho se modificaram e se tornaram mais humanos principalmente devido à mudança na condição de trabalho, que se torna mais favorável ao exercício da humanização, de transformar o ambiente e a si mesmo. O convívio constante com o trabalho precarizado, o trabalho estranhado e o trabalho

abstrato distancia o sujeito das possibilidades existente na relação com o trabalho, que se resumem à sobrevivência e à ocupação, sendo ainda utilizado como forma de dominação e controle social.

Infelizmente, a minoria dos recuperandos e egressos teve a oportunidade de rever sua condição de trabalho e, por isso, sua relação com o mesmo é como se este “benefício” não pudesse ser oferecido a todos em função da fragilidade em que a categoria trabalho tem sido desenvolvida no local. Os que vivenciaram esta situação se destacaram em função da boa aceitação da metodologia (usufruíram da questão do Mérito) e da aproximação de pessoas que puderam mediar o acesso a outras possibilidades. Assim como constatado por Silva e Saraiva (2013), a restituição da dignidade é acessível a quem merece, o que estabelece a busca por comportamentos exemplares e adequados – o que beneficia a manutenção da ordem local.

Penso que este é um caminho que valha a pena ser discutido com mais atenção e que necessita ser ampliado para todos, pois pode oferecer sentidos que realmente tenham a função de desencadear outros arranjos na trajetória de vida do sujeito que passa pelo cumprimento de pena em restrição de liberdade.

8 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Como este estudo está inserido em um Mestrado Profissional, objetiva também gerar elementos e indicações para que seja possível às instituições absorver e aplicar o resultado das análises e investigações realizadas em seus contextos de atuação. Percebe-se que muitos estudantes e pesquisadores não fornecem o devido retorno aos locais em que fizeram suas coletas de dados, perdendo a oportunidade de discutir sobre a análise dos resultados obtidos e publicizar estas informações junto à instituição e à comunidade local. A APAC de Campo Belo/MG, por exemplo, por diversas vezes já forneceu informações ou permitiu que pesquisas fossem realizadas com os recuperandos, sem que isso gerasse algum tipo de conhecimento ou informação possível de ser utilizada pela instituição.

Obviamente, muitas entidades são fechadas e avessas às mudanças, não acolhendo muito bem as propostas e orientações recebidas, mas penso que ainda assim é papel do pesquisador compartilhar suas observações, ressalvas e proposições, ainda que não haja abertura para mudanças institucionais naquele momento. O conhecimento científico é feito através de pesquisas e geralmente os resultados de um estudo, ainda que não tenha impactos imediatos no local que o originou, alimenta o conhecimento sobre um determinado tema e pode servir de referência para outros contextos que possuam características ou temáticas em comum. Desta forma, o Mestrado Profissional pode muito bem não ter como finalidade simplesmente um relatório técnico, sendo possível utilizar todas as ferramentas de pesquisa do mestrado acadêmico, como o referencial teórico, a metodologia e a discussão aprofundadas dos temas pertinentes e ainda assim contribuir de forma mais prática com a entidade estudada, fomentando a discussão acerca das questões trabalhadas na dissertação e buscando apontar outras perspectivas e possibilidades de trabalho, novos olhares para as questões de todo dia.

A partir destes pressupostos e com o objetivo de transformar o conhecimento gerado em movimentos e ações práticas que possam modificar a relação da instituição e dos presos com a categoria trabalho, foram apontadas algumas observações que podem ser discutidas entre recuperandos, funcionários e Direção com o intuito de promover o debate e alterações na condução do trabalho desenvolvido.

8.1 INSERÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO NO COTIDIANO DA APAC

É importante que a instituição e seus atores reconheçam o problema existente em relação principalmente ao trabalho no regime semiaberto. Para que isso realmente aconteça, a sugestão é que a temática do trabalho comece a fazer parte das discussões e reuniões, sempre rotineiras, entre os funcionários e entre funcionários ou voluntários e recuperandos. É necessário trazer a questão à tona, para que seja possível, em conjunto, pensar em soluções viáveis e atuar coletivamente.

Dentro da metodologia *apaqueana* há vários elementos como a valorização humana e a reunião de cela, que constituem espaços de discussão com temas definidos. São instrumentos que podem ser utilizados para a abordagem da questão do trabalho a fim de conhecer a perspectiva dos recuperandos sobre o trabalho realizado dentro da APAC e também trazer aos mesmos provocações e indagações acerca dos sentidos do trabalho definidos por eles. Pelo acompanhado até agora, a única ação realizada sobre este tema se vinculou à orientação sobre a confecção de um currículo para participação em entrevistas e seleção em vagas de emprego. A falta de informação e detalhes sobre o tema do trabalho na vida do recuperando também é muito grande, o que pode ser revisto através do diagnóstico social.

Ao chegar à APAC, o preso e sua família respondem a várias questões sobre sua situação familiar, histórico criminal, condições de saúde, escolaridade, dentre outros itens. Ao analisar esta ficha, percebe-se que as indagações acerca do trabalho eram quase nulas. Não havia informações a priori sobre a relação daquele sujeito com o trabalho, suas experiências profissionais anteriores, habilidades, interesses, dificultando o acesso a dados simples sobre informalidade, vínculo empregatício, possibilidade de auxílio reclusão e áreas de atuação de relevância para o preso. Uma mudança simples e de grande valia seria o acréscimo das indagações referentes ao trabalho no momento da chegada do recuperando e de sua família a partir deste diagnóstico social. Por mais que os recuperandos, entre eles, saibam a partir da convivência, as aptidões e habilidades de cada um, é importante que a entidade obtenha e registre esta informação de maneira formal, pois pode ser útil para definir a área de maior interesse para um curso profissionalizante, por exemplo, ou qual seria o tipo de trabalho que poderia ser implantado no local com adesão mais fácil da maioria.

8.2 ENCONTRANDO UMA VOCAÇÃO

As APACs sempre estão se relacionando e mantendo contato umas com as outras, o que faz com que se conheça um pouco sobre a realidade vivida em outras localidades. Uma característica que sempre percebi em várias APACs e que a APAC de Campo Belo ainda não conseguiu estabelecer é sua própria vocação de trabalho. As APACs muitas vezes são vinculadas à sua vocação no trabalho, como é o caso, por exemplo, da APAC de Nova Lima, reconhecida pela sua padaria, que além de abastecer toda a APAC fornece vários itens de panificação para o município e para a comunidade local.

Por isso é tão importante conhecer as habilidades dos recuperandos e fazer uma investigação em relação à economia do município e região para estabelecer uma vocação que integre a possibilidade de trabalho e desenvolvimento humano com a perspectiva de absorção e consumo dos produtos pelo meio social e pelos órgãos públicos em questão.

O tipo de trabalho escolhido deve estar alinhado com a proposta de construir um ofício que não seja alienante, que permita ao sujeito ter uma profissão com a qual se identifique e pela qual possa ser reconhecido, por isso é tão importante evitar as atividades que muitas vezes são destinadas aos presos por meio de empresas que querem terceirizar parte de algum processo de produção, apenas.

Ainda que a pesquisa tenha concluído que qualquer trabalho é melhor do que trabalho algum para quem está em privação de liberdade, é preciso avançar na discussão e na proposta de construir outras possibilidades por intermédio do trabalho.

8.3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

As falas dos entrevistados atestam sobre as dificuldades de retorno à sociedade devido ao estigma da prisão. Se anteriormente era difícil conseguir e manter um emprego, após o encarceramento o desafio se torna ainda maior.

O preconceito e a desconfiança em relação à mudança do sujeito é fato relatado por todos, que precisam provar, a todo momento, seu propósito de melhoria e são muito mais cobrados e observados pelos demais. Em alguns casos, o cumprimento

de pena na APAC apresenta ao indivíduo pessoas e outras instituições que o auxiliam neste processo de retorno ao convívio social e de inserção no mercado de trabalho.

Para os recuperandos que possuem uma profissão definida é mais fácil encontrar uma nova oportunidade ou até mesmo voltar para o emprego que possuía antes do aprisionamento. Faz parte da proposta da APAC e está contido em sua metodologia o acompanhamento do egresso, estratégia que minimiza as chances de reincidência, de acordo com a metodologia *apaqueana*. Na APAC Campo Belo não há uma equipe responsável em desempenhar esta função, que é realizada pontualmente pela presidenta. As notícias sobre os egressos chegam até a instituição, mas não há um contato formalizado com o mesmo.

Como a equipe de funcionários da APAC é bastante restrita e muitas das atividades são desenvolvidas por voluntários, penso que uma alternativa viável é a parceria com a rede municipal de assistência social, educação e também saúde.

A Secretaria de Assistência Social possui uma frente relacionada às questões do trabalho, que deve ser acionada no acompanhamento destes egressos. Neste caso, o atendimento integrado é essencial, o mesmo egresso que precisa de suporte em relação às questões de trabalho, também às vezes precisa de acompanhamento psicológico, possui algum benefício do governo, tem alguma condição de risco social em sua família. Portanto, a proposta de acompanhamento do egresso de forma multidisciplinar e com o auxílio de serviços e profissionais da rede municipal pode integrar os diversos serviços e potencializar a ação dos mesmos.

A sugestão é que a rede municipal seja convocada para discutir esta proposta juntamente com a Direção e funcionários, para pensarem juntos em um formato adequado para este acompanhamento que integraria todos os serviços relacionados àquele egresso.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pressupostos teóricos apresentados neste estudo e pelas falas analisadas dos entrevistados, percebemos o potencial da categoria trabalho em contribuir com a organização psíquica do sujeito, com sua autonomia e transformação. Mas, entende-se, também, que para alguns indivíduos que estão inseridos em contextos de risco e vulnerabilidade social, que foram submetidos ao trabalho precoce, à baixa escolaridade, aos trabalhos precarizados e desregulamentados ao longo de toda a vida, a reflexão sobre o processo de trabalho é negada.

Seria válida e ainda atual a perspectiva da centralidade ontológica do trabalho, desenvolvida por Marx, ainda que se entenda o quanto o capital desvirtua e transgride esta concepção à medida que restringe o trabalho apenas ao conceito de força de trabalho. Outro aspecto inegável é o apelo consumista, que transforma as pessoas em indivíduos que possuem como objetivo único a aquisição de bens de consumo e a possibilidade de viver experiências que estão revestidas pelo valor financeiro.

A apropriação da categoria trabalho pela sociedade disciplinar destrói as possibilidades inerentes ao exercício laboral, uma vez que a conecta com a obediência, a ordem e a subordinação. O uso político do trabalho como forma de controle por meio da construção social do trabalhador honesto gera marginalizados e excluídos em um contexto de desemprego estrutural e desregulamentação do trabalho. As prisões e as APACs também se configuram com a mesma realidade das organizações capitalistas contemporâneas (SILVA; SARAIVA,2013), pois as crises vivenciadas pelo trabalho atingem toda a sociedade mas têm impactos ainda maiores dentro das prisões.

Os recuperandos do regime semiaberto da APAC de Campo Belo/MG vincularam o trabalho aos sentidos de sobrevivência, financeiro, de ocupação, de honestidade e legalidade, assim como aos sentidos de obrigatoriedade e imposição. Não foi possível perceber a relação constituída com os sentidos de convívio e interação social e de transformação no discurso de nenhum dos recuperandos entrevistados, todos eles deram grande ênfase aos demais sentidos citados, de forma espontânea. Relataram sobre a importância do trabalho em relação ao sustento, ao cuidado com a família, ao preenchimento do tempo, ao fato do trabalho ser algo digno e honesto, como discorreram também sobre a naturalização do trabalho, vinculando

o trabalho a uma obrigação elementar do ser humano, uma condição exigida ao mesmo, independente da reflexão necessária a este processo.

Quanto aos egressos, eles também associaram o trabalho aos quatro primeiros sentidos elencados na metodologia (sobrevivência e financeiro, ocupação, honestidade e legalidade e imposição e obrigatoriedade), mas três dos cinco entrevistados conseguiram ampliar seus discursos contemplando em seus relatos os sentidos de interação, convívio social e de transformação. Estes egressos descreveram como a experiência com o trabalho foi motivo de mudança de perspectiva e de sentido de vida. Mediante novas formas de realizar ou conceber a experiência laboral foi possível ressignificar a si mesmo e a relação com o outro.

Desse modo é possível verificar que alguns egressos tiveram uma experiência com a *categoria trabalho* distinta dos demais, tendo a oportunidade de reaver os sentidos conferidos à categoria. Todos os entrevistados, egressos e recuperandos, tiveram uma infância e adolescência com algumas características próprias, mas o abandono dos estudos precocemente e o trabalho infantil foram pontos comuns de todos os relatos. A vivência partilhada pelos três egressos diz respeito à relação distinta estabelecida com a instituição APAC e com as pessoas (voluntários e funcionários) que fazem parte da mesma. É percebido que, nestes casos, a APAC teve uma presença marcante ao longo do cumprimento de pena destes recuperandos, que aprendeu novos ofícios em seu espaço e que conviveu com pessoas que puderam mediar ou oferecer oportunidades. A partir disso constituíram novas amarrações com o trabalho, estabelecendo com ele as articulações antes obtidas através de outras relações. Fica claro, portanto, que quando a APAC acompanha este recuperando/egresso de forma muito próxima, criando vínculos e laços afetivos com o mesmo, pode ser possível o rearranjo dos sentidos atribuídos ao trabalho.

Em relação ao contato dos recuperandos com o tema “trabalho a partir da metodologia apaqueana” é possível concluir que todos que passaram pela instituição possuem uma noção clara dos objetivos do trabalho (que é um dos elementos do método) em cada momento do cumprimento de pena. As falas dos entrevistados demonstram que não há uma iniciativa local no sentido de abordar ou desenvolver a relação entre recuperando e trabalho/emprego/profissão, quem conseguiu aprofundar nestas questões fez por meio da relação e mediação estabelecidas com os que estão inseridos na instituição de maneira não orientada.

É consensual entre os entrevistados a necessidade de revisão sobre a forma com que a APAC de Campo Belo tem lidado com o trabalho no regime semiaberto. Primeiramente, pensamos que é importante que se assuma a existência desta dificuldade para que o tema comece a ser tratado e levado para discussão. Enquanto houver justificativas para defender a impossibilidade de mudanças neste sentido é impossível tratar a questão como um item que precisa ser abordado e trabalhado por todos.

A falta de atividade laboral e a realização de atividades totalmente alienantes e repetitivas, como o trabalho com os pregos, por mais que forneçam ocupação e algum ganho financeiro, não permitem a construção da subjetividade, não preparam para o mercado de trabalho extramuros e também não propõem a atividade reflexiva orientada para a transformação do sujeito.

Reconhece-se, aqui, o quanto o cumprimento de pena humanizado propiciado pela APAC de Campo Belo promove melhorias em relação ao sistema comum; é inegável e verídico. Além deste fato, alguns sujeitos conseguem modificar sua relação com o trabalho desde que sejam acompanhados de maneira próxima pelos que circulam pela instituição. Apesar disso é preciso buscar auxílio e debater a temática do trabalho no local como forma de avançar ainda mais em sua proposta de humanização da pena e ressocialização dos recuperandos.

A busca pela sobrevivência pelo trabalho é uma justificativa muito forte para que seja preciso trabalhar, ainda mais em um contexto de crise e incerteza econômica. A necessidade humana de atividade e de manter-se ocupado também é outro aspecto de impacto sobre o trabalho, citado por todos como muito importante.

A desigualdade social em uma sociedade capitalista pode ser justificada por diversas maneiras e uma delas é a associação perversa feita entre ter um trabalho e ser um bom cidadão, um homem de bem, alguém digno, em um mundo com altíssimas taxas de desemprego e trabalho informal. Quem não se adequa, não faz parte, é, portanto, excluído e marginalizado. A vinculação entre estar dentro da lei, parecer ou ser honesto com ter um emprego foi bastante reforçada por todos, o que retrata o sucesso da ideia de vincular o trabalho à dignidade e segregar os que não querem se submeter às suas precárias e adversas condições.

Em meio a contextos de trabalho tão desconexos da proposta de centralidade ontológica do trabalho é difícil que o trabalhador associe aspectos positivos à experiência do trabalho. Desta forma, vivências atreladas ao trabalho, como o convívio

social, a interação e a formação de grupos são experimentados em outros contextos sociais: na família, na igreja, no crime. Não há espaço para se pensar em valores positivos mais aprofundados associados ao trabalho, quando o único objetivo é se manter vivo e garantir a sobrevivência da sua família. O objetivo do trabalho se torna a reprodução do próprio trabalho.

Em relação à capacidade de transformação inerente ao trabalho, que atua sobre a natureza e sobre o homem, ela só se torna possível quando existe um pôr teleológico, uma finalidade, um por que que justifique a realização daquela atividade e esteja além da questão de sobrevivência ou financeira.

Como ao trabalho é conferida a capacidade de humanizar o homem e de centralidade ontológica, responsável pelas demais categorias sociais, quando ele se torna alienante e repetitivo, destituído de qualquer caráter de interação social e emancipação humana, o ser humano se vê desprovido de uma série de sentidos anteriormente constituídos por intermédio da experiência laboral, o que o obriga a buscar em outras categorias a função anteriormente desempenhada pelo trabalho.

A Administração está inserida dentro do campo das Ciências Sociais Aplicadas e, portanto, deve colocar seus conhecimentos à disposição dos problemas sociais vivenciados no contexto atual. Ao buscar pesquisas relacionadas ao sistema prisional, trabalho e sistema prisional ou APAC no campo de análise da Administração, percebe-se um número pequeno de estudos e com pouca divulgação nas mais importantes revistas científicas da Administração.

As análises deste estudo reafirmaram resultados encontrados anteriormente em investigações similares. O crime como alternativa ao desemprego estrutural (FERREIRA, 2011), um número baixo de presos usufruindo do seu direito de trabalho durante o cumprimento de pena no sistema comum (PIRES; PALASSI, 2008), ao mesmo tempo em que ao trabalho é conferido um status muito importante na reconstrução da realidade do preso (SILVA; SARAIVA, 2013). Outro fato corroborado é que o sistema prisional – e isso inclui as APACs – reproduz as características de uma organização capitalista (FERREIRA, 2011) (SILVA; SARAIVA, 2013), que tem o trabalho essencialmente como categoria que promove a ocupação dos sujeitos e os ensina a obedecer as regras, gerando o necessário para a sua sobrevivência e consumo, auxiliando no cumprimento de pena, mas, de maneira alguma, contribuindo com a formação de uma outra relação com a atividade laboral com potencial para contribuir com o retorno do sujeito à vida social.

Este estudo oferece subsídios à APAC de Campo Belo para que seja possível promover uma discussão acerca do tema trabalho e de seus limites e possibilidades, visando a modificações no local, o que atende à proposta central do Mestrado Profissional em Administração Pública. A investigação aproxima o campo de conhecimento da Administração de um contexto tão marginalizado, que é o sistema prisional, uma vez que esta área do saber carece de estudos e intervenções no cenário proposto.

A contribuição desta investigação, o que se pode trazer de acréscimo a esta discussão, além das intervenções apontadas de maneira objetiva à APAC de Campo Belo/MG, diz respeito à possibilidade de mudança do cenário em pauta mediante as relações estabelecidas dentro da instituição. No caso do relato dos três egressos, ainda que eles tenham sido beneficiados em função de serem recuperandos “modelo”, foi possível tecer uma outra narrativa a partir das oportunidades oferecidas pelas pessoas e instituição, que acompanharam e fizeram parte do processo de cada um na ressignificação da sua relação com o trabalho. Funcionários, voluntários ou familiares mediaram a relação do sujeito com o mundo do trabalho através de uma relação construída de forma próxima, contínua e afetiva, ajudando cada um a criar seus próprios sentidos diante da situação laboral.

A análise acrescenta aos estudos já realizados na área da Administração a ideia de que não basta oferecer algum trabalho ou atividade ao longo do cumprimento de pena. Por mais que ter alguma ocupação já seja melhor do que a situação da ausência de trabalho, para obter mudanças que afetem a vida dos sujeitos é preciso oferecer um trabalho que provoque reflexão, envolvimento, que se conecte com suas aptidões e promova o seu reconhecimento enquanto ser social. Só neste tipo de relação de trabalho é possível pensar o ato laborativo como capaz de contribuir com a (re)socialização dos recuperandos e não apenas responder às demandas do mercado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALCADIPANI, Rafael. **Michel Foucault, poder e análise das organizações**. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2002.

ANDRADE, Carla Coelho de *et al.* **O desafio da reintegração social do preso**: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais. Brasília, DF: IPEA, 2015.

ARAÚJO, Maurício Azevedo de. **Do combate ao racismo à afirmação da alteridade negra**: as religiões de matriz africana e a luta por reconhecimento jurídico - repensando a tolerância e a liberdade religiosa em uma sociedade multicultural. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Portugal: Edições 70, 2008.

BARBALHO, Lidiane de Almeida.; BARROS, Vanessa Andrade. O lugar do trabalho na vida do egresso do sistema prisional: um estudo de caso. **Gerais**: revista interinstitucional de Psicologia, v. 3, p. 198-212, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Vanessa Andrade. A função política do trabalho e a ordem social. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 51-66, 2005.

BOTELHO, Louise Lira Roede; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. [Brasília, DF], 2004.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 15, p. 4, 2006.

CARNEIRO, Herbert José Almeida. As penas restritivas de direitos e o método Apaqueano de tratamento aos condenados. In: SILVA, Jane Ribeiro (Org.) **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012, p. 305-323.

CASTRO, Matheus Felipe de; RODRIGUES, Adriana. O direito fundamental ao trabalho digno e os processos de subjetivação: uma leitura cruzada entre Direito,

Marxismo e Psicanálise numa experiência empiricamente vivenciada. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, p. 134-158, 2015.

COUTINHO, Adriana de Souza Lima. **Família, trabalho e religião**: fatores de reintegração do detento? Um estudo comparativo e descritivo entre o sistema prisional comum e a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado. 2009. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da.; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes Trabalho prisional como política pública de recuperação de criminosos: estudo de múltiplos casos em unidades penitenciárias de Minas Gerais - Brasil. In: ECONTRRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

FERREIRA, Angelita Rangel. Crime-prisão-liberdade-crime: o círculo perverso da reincidência no crime. **Serviço Social & Sociedade**, v. 107, p. 509-534, 2011.

FERREIRA, Valdeci Antônio; OTTOBONI, Mário; SENESE, Maria Solange Rosalem. **Método APAC**: sistematização de processos. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2016.

FERREIRA, Viviane Gonçalves. **Governança colaborativa na prática**: uma análise das experiências nas APAC. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRATERNIDADE BRASILEIRA DE APOIO AOS CONDENADOS. [On-line]. Disponível em: <www.fbac.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Reincidência criminal no Brasil**: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 529-543, 2010.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Paulo Emilio Matos. Organização e significado do trabalho. In: HELAL, Diogo Henrique; GARCIA, Fernando Coutinho; HONÓRIO, Luiz Carlos (Org.). **Relações de poder e trabalho no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 59-73.

MARX, Karl Heinrich. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O capital: crise da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manuscritos econômicos e filosófico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MASSOLA, Gustavo Martineli. **Sistema penitenciário: reforma ou reprodução: um estudo da APAC de São José dos Campos**. 2001. 470 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)- Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **A subcultura prisional e os limites da ação da APAC sobre as políticas penais públicas**. 2005. 388 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MIRANDA, Sirlene Lopes. A Construção de sentidos no método de execução penal APAC. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 660-667, 2015.

MORAES, Betânia *et al.* A categoria trabalho em Marx e Engels: uma análise introdutória de sua legalidade onto-histórica. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, v. 2, n. 2, p. 36-47, 2010.

NOGUEIRA, Cristiane Santos de Souza. As APACs e a assistência à saúde do preso: os desafios de se garantir o direito à saúde no Sistema Prisional Brasileiro. In: SILVA, Jane Ribeiro (Org.) **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 65-84.

OLIVEIRA, Candido Silva. **De condenado a recuperando: convergência entre LEP e método APAC**. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais) - Fundação Educacional de Divinópolis, Divinópolis, 2008.

ORDÓNEZ-VARGAS, Laura Gimena. **É possível humanizar a vida atrás das grades?**: uma etnografia do Método APAC de Gestão Carcerária. 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Departamento de Antropologia da UnB, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

_____. Todo Homem é maior que seu erro?: bases para uma reflexão sobre o método alternativo de gestão carcerária APAC. **Revista Ser Social: revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Brasília, DF, v. 11, n. 24, p. 129-163, jan./jun. 2009.

OTTOBONI, Mario; FERREIRA, Valdeci Antonio. **Parceiros da Ressurreição**: jornada de libertação com Cristo e curso intensivo de conhecimento e aperfeiçoamento do método APAC, especialmente para presos. São Paulo: Paulinas, 2004.

OTTOBONI, Mario; MARQUES NETTO, Sílvio. **Cristo chorou no cárcere**. São Paulo: Paulinas, 1977.

OTTOBONI, Mario. **Ninguém é irrecuperável**: APAC, a revolução do sistema penitenciário. São Paulo: Cidade Nova, 2001.

_____. **Seja solução, não vítima!**: justiça restaurativa: uma abordagem inovadora. São Paulo: Cidade Nova, 2004.

_____. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Testemunhos de minha vida e a vida de meus testemunhos**. 1. ed. São José dos Campos: Netbooks, 2012.

PIRES, Fernanda Mendes; PALASSI, Marcia Pezotti. Frentes de trabalho da iniciativa privada no Sistema Carcerário do Estado do Espírito Santo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 6, p. 1-16, 2008.

PINTO, Felipe Martins. Do objeto e aplicação da Lei de Execução Penal. In: SILVA, Jane Ribeiro (Org.) **A execução penal à luz do Método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 14-23

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Para além da crise de paradigmas: a ciência e seu contexto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 21, n. 49, jan. 2012.

RESENDE, Juliana Marques. **Desinstitucionalização prisional e o discurso do método APAC**. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**: estudos neolatinos, v. 7, p. 305-322, 2005.

RODRIGUES, Joaquim Herculano. Trabalho, estudo e remição de pena. In: SILVA, Jane Ribeiro (Org.) **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 118-134.

SANTOS, Luiz Carlos Rezende E. Da Assistência: os artigos 10 e 11 da LEP: o método APAC e seus doze elementos. In: SILVA, Jane Ribeiro (Org.) **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 36-53.

SERON, Paulo Cesar. **Nos difíceis caminhos da liberdade**: estudo sobre o papel do trabalho na vida de egressos do sistema prisional. 2009. 203 f. Tese (Doutorado

em Psicologia Social) - Departamento de Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Clara Luísa Oliveira; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Lugares, discursos e subjetividades nas organizações: o caso de uma prisão. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, p. 383-401, 2013.

SILVA, Renato da Silveira. **Contribuições da ergonomia para projeto de engenharia**: utilização de método baseado na observação participante. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Ítalo Leandro da. **A cura em Foucault**: uma leitura de vigiar e punir. 201. 115 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2014.

SOUZA, Sara Cristina. **A cristandade de cores**: a igreja católica e o movimento de cursilhos de cristandade durante a ditadura militar no Brasil (1964-1980). 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em História)- Departamento de História da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ZEFERINO, G. R. Execução penal: APAC. In: SILVA, Jane Ribeiro (Org.) **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2012. p. 54-63.

ZOMIGHANI JÚNIOR, James Humberto. **Desigualdades espaciais e prisões na era da globalização neoliberal**: fundamentos da insegurança no atual período. 2013. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

APÊNDICE A - Diário de Campo

A APAC de Campo Belo começou a desenvolver seu trabalho de forma improvisada, no ano de 2005, em um anexo da Cadeia Pública Municipal. Diante do pedido insistente de Maria do Carmo dos Santos, a dona Maria, o juiz da época, Dr. Antonio Godinho, grande apoiador da APAC até os dias atuais, cedeu a ela um pequeno espaço para que se iniciasse o projeto da APAC, deixando alguns presos na sua responsabilidade.

Nesta época eu já tinha contato com o local, havia outro psicólogo que fazia alguns trabalhos na instituição e ele sempre me convidava para participar de alguns trabalhos em grupo e realizar alguns atendimentos.

A APAC de Campo Belo sempre foi considerada uma APAC complicada pela FBAC, tanto que atualmente, a FBAC enviou um inspetor de metodologia que tem acompanhado de perto todos os trabalhos desenvolvidos no local e tentado trabalhar as questões relacionadas à gestão.

Os artesanatos típicos do Sistema Prisional também estavam presentes ali; eles faziam bonés, barquinhos, trabalhos com palitos de picolé, porta retratos etc. Artesanato simples com baixo apelo comercial que eram vendidos pelos próprios familiares. Estava muito claro pra mim, já naquela época, assim como agora, que a grande maioria daqueles recuperandosgostariam muito de ter uma atividade ou ocupação e que este era um dos motivos que os deixavam empolgados ao sair da Cadeia e ir para a APAC. Diferentemente do discurso repetido pelo senso comum, não era por vontade própria que no sistema comum os presos ficavam o dia todo ociosos, mas sim pela falta de qualquer condição que proporcionasse pensar sobre esta possibilidade. Minhas visitas ao Sistema Comum, em Penitenciárias e Cadeias Públicas me mostraram que a falta de espaço era o primeiro empecilho prático pra se pensar na oferta de um trabalho para todos. Além disso, várias outras questões impediam este fato e a falta do que fazer foi a realidade com a qual eu mais me deparei. Diante desta ociosidade, sobra tempo para continuar comandando o crime e arquitetar fugas, o ambiente já inóspito se agrava quando o preso tem o dia todo confinado em um espaço sem qualquer proposição de atividade.

O trabalho e a educação para o preso é um direito, negado quase sempre. A primeira ocupação vinda de fora das grades para a APAC de Campo Belo foi a das fábricas de costura. Campo Belo e região possuem uma vocação para as manufaturas

de roupas, produzindo peças em jeans, modinha etc. Em cidades vizinhas como Aguanil e Cristais o trabalho das fábricas é o grande motor econômico local, principal empregador da população. Então, algumas fábricas faziam um contrato de trabalho com APAC para que os recuperandos realizassem o trabalho de “tirar linha” das calças e pregar os bolsos. Desta forma, eles conseguiam alguma renda e garantiam a remissão por meio do trabalho. O trabalho era repetitivo e o valor pago por peça era irrisório, mas a atividade garantia a ocupação dos detentos e algum dinheiro por mês para eles e para a família. A dificuldade da APAC de Campo Belo neste sentido sempre foi a de garantir a execução deste trabalho perante as empresas, uma vez que a população prisional é sempre flutuante, oscila de acordo com progressões de regime, saídas temporárias e até mesmo fugas, e também pode acontecer de que um preso que até então tenha se prontificado a participar do trabalho com as fábricas de costura em determinado momento desista de continuar com a sua realização.

Observei que, ao trabalho dos presos são atribuídos alguns possíveis sentidos e finalidades. Em alguns momentos, o trabalho é entendido como um benefício, como foi em relação à construção da APAC. Como se a condição de detento fosse um impedimento em relação à realização de alguma atividade laborativa, como se não merecessem ou não fossem dignos disso. Nesta perspectiva, o trabalho seria compreendido no sentido de regalia ou privilégio, algo destinado a poucos, e caso seja preciso escolher alguns para o trabalho, que não sejam os presos, uma vez que esses infringiram as leis e provocaram danos à sociedade. Se não há trabalho para todos, porque haveria para eles?

Em outros contextos ou situações o trabalho dos presos pode ter o sentido de castigo ou punição, como um sacrifício extra vinculado à privação da liberdade, como se apenas o cumprimento de sua pena não fosse o suficiente para “pagar” pelo crime que cometeu. É preciso trabalhar, de preferência gratuitamente, apenas em troca de comida e para suprir os gastos na cadeia, com trabalhos precários, alienantes ou inúteis.

O trabalho dentro das APACs é obrigatório, conforme sua metodologia, mas o simples auxílio e responsabilização pelas atividades e manutenção da casa já é considerado trabalho. Portanto, só participa dessas atividades que envolvem um certo compromisso em relação a uma demanda externa e está vinculado a um pagamento quem assim desejar. Percebo que esta é uma questão delicada até para o momento atual, uma vez que a Direção se sente insegura de fazer convênios e formar

compromissos e depois não conseguir sustentar o que foi combinado em função das mudanças recorrentes da população local. A própria APAC necessita de alguns recuperandos para ajudar nas atividades básicas do dia-a-dia, é preciso ter apoio na cozinha, na portaria, nas limpezas, para controle das remições, para escolta, quando algum recuperando do fechado precisa ir a alguma consulta ou audiência, por exemplo. Os dados no momento de realização desta pesquisa indicam que a população prisional do regime semiaberto da APAC de Campo Belo é de 19 recuperandos, enquanto o fechado possui 42 recuperandos. Uma parte dos presos do semiaberto já possui o direito de trabalho externo e só retornam para a APAC à noite, para dormir, diminuindo ainda mais o número de pessoas para realizarem os trabalhos da casa ou outros tipos de trabalho que possam ser propostos no local.

Em 2011, a APAC conseguiu um terreno do município para a construção de sua sede própria e obteve também junto ao governo estadual recursos para a realização da obra. Desta forma, a partir do aval legal, alguns recuperandos do regime fechado e semiaberto trabalharam como servente, pedreiro e demais funções durante toda a construção. Todos os serviços elétricos, de pintura, instalações e acabamentos também foram feitos pelos recuperandos que tinham alguma experiência nestas áreas. Este contexto trouxe uma fase de grande exposição dos recuperandos da APAC e da instituição em si. Os recuperandos que trabalhavam na obra eram vistos por toda a comunidade local e vários eram os comentários a respeito da legalidade deste fato. Grande parte da população não concordava com aqueles presos trabalhando “livremente” e se sentia no direito de vigiar as tarefas executadas por eles. Mais uma vez ficou claro para mim o incômodo provocado pelo preso, esse ser que deve ser separado, marginalizado e privado do convívio social. Principalmente quando ele trabalha, que neste caso estava sendo visto como uma grande benefício, sem considerar que ele estava auxiliando a entidade enormemente uma vez que reduzia muito os custos com a obra.

Ao mesmo tempo foi um momento em que a APAC começou a ter mais visibilidade e ainda que houvesse os questionamentos, havia também um interesse, uma curiosidade em saber sobre o que se tratava aquilo tudo. Os recuperandos que participaram da construção da APAC falam sempre com muito orgulho por terem sido escolhidos entre os demais. Foi motivo de alegria o voto de confiança que receberam. Alguns problemas aconteceram relacionados à indisciplina, como idas às casas de

familiares próximos, encontros com companheiras, mas não me lembro de faltas graves destes recuperandos, como uso de drogas ou fuga nesta época.

Em Novembro de 2011, o CRS (Centro de Reintegração Social) da APAC de Campo Belo foi inaugurado e todos os recuperandos foram transferidos. Lembro da alegria de todos nestes momentos; foi uma grande conquista para a Direção e recuperandos, estávamos todos muito satisfeitos. Aquele novo local separava muito bem os regimes, havia espaço suficiente para oficinas, laborterapia adequada, realização de cursos e acomodação de cerca de 90 recuperandos. Pra brindar a casa nova, no primeiro dia do ano de 2012, houve a primeira fuga daquele local, recuperando do regime fechado que fugiu pela área da lavanderia, que ainda estava sem a proteção superior. Atualmente, ele se encontra novamente na APAC, preso mais uma vez. Ainda que com boa estrutura física, os desafios são os mesmos e os momentos de frustração são muitos. O Sistema Prisional pede socorro e levanta questões muito mais profundas do que a superficialidades dos números que o apresentam e da estrutura física que o sustenta. Os desafios não se esgotam.

Com mais espaço e estrutura adequada, a vida na nova APAC se tornou um pouco melhor em relação a muitos itens. Desde então, muitos cursos de formação de mão-de-obra foram oferecidos no local. Um bastante comentado por todos foi o do trabalho com bambu, trazido em parceria com o Instituto Minas Pela Paz. Eles aprenderam a fazer cadeiras, mesas, objetos de decoração utilizando o bambu e durante uma semana tiveram aulas práticas sobre este assunto. Houve também cursos de velas decorativas, de bordado, de escrita. Uma voluntária realizou oficinas sobre a elaboração do currículo, entrevista de emprego, mercado de trabalho, etc. Mas o que continuava me incomodando era que essas atividades estavam totalmente focadas no regime fechado. A agenda dos recuperandos do fechado era sempre recheada de opções e variedades. Por si só, o regime fechado já é um ambiente mais pulsante e cheio de vida, pois abriga um número maior de recuperandos, enquanto os demais regimes possuem um número muito menor. A proximidade do contato entre os presos é muito maior, as atividades são todas realizadas de forma mais coletiva, é mais difícil se isolar. Tal regime possui em média 45 recuperandos, enquanto que no semiaberto há 12, 15, por aí. Sempre que chego na APAC tenho esta imagem, de um semiaberto por vezes desocupado, ocioso, sem uma agenda de atividades contrapondo com um fechado sempre repleto de afazeres e com um grande fluxo de pessoas, sejam visitantes ou voluntários.

O semiaberto é um regime muito delicado no cumprimento de pena. É o início da liberdade, só que talvez não. É uma prisão como o fechado, mas também nem tanto assim. Falo que o recuperando do semiaberto está com um pé na rua e outro na APAC, é aquele momento em que a viagem está quase acabando, o pior já passou, mas é aí que o tempo parece não passar mesmo, a ansiedade aumenta e faltas, erros e omissões acontecem aos montes. Tudo que pode dar errado, geralmente acontece no semiaberto. Neste momento, o preso passa a ter direito ao famoso “sete dias”, em que ele pode ficar sete dias em casa e depois retorna pra prisão, imaginem que situação difícil... Não sei seu eu voltaria, entendo quem não volta. Esta semana teve o caso de um recuperando do semiaberto, cuja esposa faleceu de câncer de modo rápido, no período de um mês, deixando um filho de dois anos. Após a morte da companheira, saiu seu direito aos sete dias, ele foi e não voltou pra APAC na data determinada, voltou no dia seguinte. Foi recolhido para o regime fechado e se encontra à disposição do juiz, que pode lhe regredir ou mandá-lo para o sistema comum. Enfim, na própria cadeia se arranja mais cadeia, fato corriqueiro de se presenciar.

Vejo que neste estágio do semiaberto o trabalho cria uma lacuna, ou ele é desempenhado com as funções da casa, ou o recuperando consegue uma carta de emprego, por vezes fictícias e é jogado de volta à sociedade, ou ele fica restrito às atividades laborais oferecidas naquele regime. Quando o recuperando sai para o trabalho externo, percebo que ele passa a ser vigiado não apenas pela APAC, mas ainda mais pelo seu empregador e pela sociedade, que muitas vezes acredita que seja um absurdo ele ter o benefício do trabalho, “depois de tudo que fez”. O empregador entende que está fazendo um favor àquele trabalhador, pois sem aquela oportunidade o preso não poderia sair da prisão, pois neste momento do cumprimento da pena ele só consegue apenas ir para a APAC só para dormir se tiver em mão a carta de emprego e estiver trabalhando cumprindo os horários. A vigia constante sobre o corpo deste trabalhador é ainda mais acentuada, se ele atrasa para chegar ao trabalho o empregador informa no mesmo momento à APAC, se ele falta também. Enfim, é fácil não dar certo porque muitos são os atores no lugar do panóptico, além de haver uma torcida para que a coisa desande.

Outra coisa que sempre passa pela minha cabeça diante das falas das pessoas, Direção, voluntários, familiares e recuperandos é sobre a expectativa em relação ao trabalho do preso. Para que ele trabalha? Para se ocupar e não “dar

trabalho”, para aprender um ofício ou treinar uma nova habilidade, para garantir alguns trocados a si mesmo ou à família, ou porque não é bom ser visto como um “à toa”? Qual o sentido da atividade laboral para aquele sujeito e qual o sentido da atividade naquele contexto? Para quem ele trabalha, enfim?

Nas minhas últimas visitas à APAC presenciei os recuperandos do semiaberto trabalhando com o encaixe de alguns pregos, aquele tipo de atividade repetitiva e alienada, segmentada do produto final. Recentemente também a APAC adquiriu uma máquina de produzir fraldas geriátricas e diante desta aquisição as minhas perguntas são: a quem interessa isso? Quantas pessoas serão necessárias para trabalhar neste processo? A partir de qual demanda esta aquisição foi feita? Quando pergunto aos recuperandos sobre o que acharam da aquisição sempre respondem baseados na rentabilidade, na possibilidade de venda e de ganho a partir da comercialização das fraldas, mas não pensam em momento algum neste processo de trabalho, nem eles, nem a Direção.

O trabalho associado apenas ao seu valor financeiro e monetário, de troca por bens de consumo, para utilização e satisfação de desejos e vontades parece ser a regra, tanto do ponto de vista da instituição, quando do recuperando. O trabalho para gerar renda, independente de qual renda e de como a mesma é utilizada parece ser o foco de recuperandos e das pessoas que estão ao redor. Sempre faço pesquisa sobre assuntos de interesse dos recuperandos do fechado para atividades em grupo e a questão das finanças pessoais é tema citado por poucos, mas é sempre tema recorrente. Percebo que antes de me debruçar mais sobre o trabalho dentro das prisões e suas relações eu mesma conferia um viés mais da organização pessoal a este tema, no sentido de uma contabilidade pessoal, de não gastar mais do que se tem, etc, repetindo o padrão financeiro do sentido do trabalho. E ao que tudo indica o que precisa ser pensado é o fato da relação com o trabalho ser mediada apenas pelo dinheiro, sendo este seu único fim. Tudo bem o dinheiro ser o aspecto mais importante, mas me parece que o fato dele ser o único aspecto negligencia uma diversidade de sentidos que podem estar atrelados ao trabalho. É aí que mora minha inquietação. A de entender se o trabalho realizado ali poderia ter um papel mais importante na vida daquela pessoa. Qual o sentido aquela própria pessoa confere a ele. E porquê? E poderia ser diferente? Enfim, questionamentos que se desdobram em torno deste tema tão complexo em um contexto que o torna mais cheio de significados ainda.

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista

1. O que significa para você a palavra trabalho? Para que se trabalha?
2. Na sua infância e adolescência, o que te disseram sobre o trabalho?
3. Quais foram as experiências profissionais vivenciadas por você?
4. O que você pensa sobre o trabalho dentro da prisão? Quais as diferenças entre o trabalho no Sistema Comum e na APAC?
5. Você sabe como o método APAC entende o trabalho nos diferentes regimes?
6. Como é/foi sua relação com o trabalho dentro da APAC?
7. Há diferenças entre a sua relação com o trabalho antes da prisão e hoje?

Para os que já possuem trabalhos externo serão feitas também estas:

1. Como você se sentiu ao ter o direito ao trabalho externo?
2. Como tem sido trabalhar fora da prisão?
3. Quais são as possibilidades encontradas dentro da legalidade?